



Vol.6

MARIANA NEVES CRUZ MELLO
ORGANIZADORA

**POLÍTICA, ECOLOGIA E (RE)EXISTÊNCIA
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**
UM OUTRO (DES)ENVOLVIMENTO É POSSÍVEL

Mariana Neves Cruz Mello

(Organização)

**POLÍTICA, ECOLOGIA E (RE)EXISTÊNCIA
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**
UM OUTRO (DES)ENVOLVIMENTO É POSSÍVEL

1ª edição

Editora Itacaiúnas

Ananindeua – Pará

2021

NOTA DO EDITOR

A realização de uma obra coletiva é um grande desafio. Quando lançamos a chamada para essa e outras coletâneas em meados de 2020, não esperávamos que tantas coisas fossem mudar no decorrer dos meses até aqui. No entanto, conseguimos avançar em alguns projetos de coletâneas graças à parceria estabelecida entre organizador, autores e editor. E aqui estamos nós lançando a obra “**Política, Ecologia e (Re) Existências na Amazônia Brasileira: Um Outro (Des) Envolvimento é Possível**”, temática proposta pela professora Mariana Neves Cruz Mello é de grande pertinência e contribuição para a área. São seis capítulos que no conjunto formam um excelente material didático para ser consultado e aplicado em sala de aula. Em nome da Editora Itacaiúnas agradecemos aos autores e o organizador pela parceria na série Estudos Acadêmicos. Que esta obra venha contribuir e inspirar os avanços das pesquisas na área do ensino e aprendizagem em ecologia.

Sobre a Série Estudos Acadêmicos: A série **Estudos Acadêmicos** é uma iniciativa organizada pela Editora Itacaiúnas e abrange diferentes temas do conhecimento, nas suas mais diferentes áreas. Nosso objetivo é possibilitar a publicação de novos autores e dar visibilidade a trabalhos acadêmicos, fomentando, assim, a divulgação do conhecimento científico.



As chamadas para publicação acadêmica geralmente são feitas para publicação final no formato de livro digital (e-book) e ocasionalmente nos formatos e-book e impresso simultaneamente. Priorizamos o formato e-book pela sua natureza acessível, de fácil compartilhamento e distribuição em portais indexadores além de ser uma modalidade de publicação que envolve menos custos se compararmos com a versão impressa.

Acompanhe nossas chamadas para publicação de capítulos de livros para compor a [Série Estudos Acadêmicos](#). Pesquise, escreva e publique! Vamos compartilhar conhecimentos!

Boa leitura e estudos!

Walter Rodrigues
Editora Itacaiúnas
<https://editoraitacaiunas.com.br>

©2021 da edição por Editora Itacaiúnas
©2021 por diversos autores
Todos os direitos reservados.

1ª edição, volume 4

Editoração eletrônica/ diagramação: Deividy Edson

Organização e preparação de originais: Walter Rodrigues

Projeto de capa: Walter Rodrigues.

Foto de capa: Mariana Neves Cruz Mello - Barcarena-PA, fevereiro de 2020.

Bibliotecário: Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal

Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deividy Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P769	Política, ecologia e (re)existência na Amazônia brasileira [recurso eletrônico] : um outro (des)envolvimento é possível / vários autores ; organizado por Mariana Neves Cruz Mello. – Ananindeua : Itacaiúnas, 2021. 133 p. : il. : PDF ; 2,58 MB. – (Estudos Acadêmicos ; v.6) Inclui índice e bibliografia. ISBN: 978-65-89910-14-5 (Ebook) DOI: 10.36599/itac-peam 1. Ciências sociais. 2. Política. 3. Ecologia. 4. Desenvolvimento. 5. Amazônia brasileira. I. Mello, Mariana Neves Cruz. II. Título. III. Série.
2021-2502	CDD 300 CDU 3

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300
2. Ciências sociais 3

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercialSemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses>>. Direitos para esta edição cedidos à Editora Itacaiúnas. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Editora Itacaiúnas.

Esta obra foi publicada pela [Editora Itacaiúnas](#) em julho de 2021.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
DOI: 10.36599/itac-peam.0000 Mariana Neves Cruz Mello	
CAPÍTULO 1	
ESFERA PÚBLICA, ESFERA PRIVADA E O PRINCÍPIO DO COMUM EM ALTAMIRAPA	8
DOI: 10.36599/itac-peam.0001 Michel de Melo Lima	
CAPÍTULO 2	
POPULAÇÃO, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS	28
DOI: 10.36599/itac-peam.0002 Heloísa Corrêa Pereira Fausto Martins Fonte Del Guercio Jônatha Rodrigo de Oliveira Lira	
CAPÍTULO 3	
UM OUTRO DES(ENVOLVIMENTO) É POSSÍVEL! AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA CRIAÇÃO DO MOVIMENTO MOEDA VERDE, IGARAPÉ-AÇU/PA	45
DOI: 10.36599/itac-peam.0003 Andreza Lima Araújo Carolina do Socorro Ferreira Magalhães Mariana Neves Cruz Mello	
CAPÍTULO 4	
POBRES COMO NÓS: O TERRITÓRIO DE USO COMUM DO RIO CAMARÁ (MUNICÍPIOS DE SALVATERRA E CACHOEIRA DO ARARI/PA)	65
DOI: 10.36599/itac-peam.0004 Samuel Vieira Cruz Mariana Neves Cruz Mello	
CAPÍTULO 5	
FORRA, O CONTRATO E O LEILÃO DO AÇAÍ: ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ NO PORTO DO AÇAÍ DO JURUNAS, BELÉM-PA	86
DOI: 10.36599/itac-peam.0005 Marcos Trindade Borges	
CAPÍTULO 6	
FORÇA, RAÇA E GANA SEMPRE! O PAPEL DA LIDERANÇA E DO PROTAGONISMO FEMININO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR MOEDA VERDE EM IGARAPÉ AÇU (PA)	110
DOI: 10.36599/itac-peam.0006 Mariana Neves Cruz Mello, Andreza Lima Araújo Carolina do Socorro Ferreira Magalhães	
SOBRE OS AUTORES	129
ÍNDICE REMISSIVO	132

APRESENTAÇÃO

DOI: 10.36599/itac-peam.0000

Esta obra apresenta alguns cenários amazônicos que demonstram a organização social, econômica, cultural e política de comunidades agrárias, indígenas, caboclas, ribeirinhas e quilombolas, evidenciando outros caminhos possíveis para o desenvolvimento na Amazônia a partir da co-existência de modos de vida singulares que visam o bem comum, partindo das sociedades autóctones e das práticas coletivas de gestão e ordenamento da vida social.

A obra apresenta 6 cenários diferenciados que se aproximam da perspectiva do bem viver, onde o bem comum se sobressai em detrimento das relações econômicas hegemônicas, tão cara ao modo de produção capitalista. Os cenários nos brindam com relações sociais que são estabelecidas a partir de laços de reciprocidade, solidariedade e na forra, cuja tônica é a manutenção de valores sociais e não no preço dos produtos.

A plasticidade das populações autóctones lhes permite se reinventar e re-existir frente a expansão das fronteiras do capital na Amazônia e serão evidenciadas de modo a demonstrar o protagonismo destas populações e permitir que suas vozes possam ecoar como um grito por um outro desenvolvimento possível.

Este desenvolvimento não leva em consideração apenas a produção de bens primários e analisa o Produto Interno Bruto (PIB), tampouco enxerga a Amazônia e os amazônidas de acordo com seu potencial econômico e de produção, mas de acordo com sua sóciobiodiversidade, seu patrimônio ecológico, cultural e imaterial, apontando iniciativas locais para a resolução de problemas pontuais, que foram gerados ao longo da dominação colonial de seu território. Apesar desta dominação, as populações autóctones foram capazes de perpetuar valores e ações imprescindíveis para a vida em comunidade, nos quais pautam suas ações, mesmo quando pressionados pelo estado brasileiro.

Os 6 artigos nos apresentam estratégias sociais coletivas para a manutenção do bem comum, evidenciando que há outros caminhos possíveis para o desenvolvimento, pautado no envolvimento da sociedade como um todo, uma escolha coletiva pelo bem viver.

O bem viver exige uma profunda mudança de postura da sociedade, sobretudo nas relações de consumo, pois as necessidades impostas pelo modo de produção

econômico dominante é insustentável tanto socialmente quanto ecologicamente e em um ambiente finito cujas consequências do modo de consumo é sentida coletivamente, as soluções também precisam ser gestadas coletivamente e referem-se, sobretudo a uma mudança de postura ética e social, respaldada na construção de uma coesão social que não preze pela individualidade, mas sim, pela coletividade.

Os textos reunidos nesta obra apresentam em que medida a coesão social é capaz de sobrepujar as relações de silenciamento empreendidas pelo colonialismo e apontar caminhos possíveis de desenvolvimento específico para cada cenário cujas populações, longe de serem fagocitadas e intoxicadas pelo modo de produção capitalista, muitas vezes se utilizam de seus instrumentos para r-existir e reinventar-se.

Boa Leitura!

Mariana Neves Cruz Mello (Org.)

CAPÍTULO 1

ESFERA PÚBLICA, ESFERA PRIVADA E O PRINCÍPIO DO COMUM EM ALTAMIRA-PA

DOI: 10.36599/itac-peam.0001

Michel de Melo Lima¹

Resumo: A partir da crítica do processo de modernização da Amazônia, e tendo como referência empírica a realidade paraense de Altamira, o presente artigo desenvolve um contraponto da aproximação da esfera pública e privada, a partir do princípio do comum, analisando a apropriação de territórios de uso coletivo em face do processo de modernização regional decorrente do aproveitamento do recurso hídrico para fins de projetos infraestruturais (urbanísticos, minerais e hidrelétricos). Utilizou-se como instrumental interpretativo o materialismo histórico e dialético e outras abordagens críticas, revisão bibliográfica e análise de caráter histórico-geográfico sobre a realidade de Altamira, levantamento e análise de dados primários e secundários e observação sistemática de campo. Por fim, constatou-se a produção de territórios de uso e de enfrentamento comum, que são o rio Xingu, os igarapés e suas margens, os principais referenciais de reprodução socioespacial de grande parte da população altamirense.

Palavras-chave: Modernização. Amazônia. Altamira. Território. Comum.

Introdução

O espaço socialmente produzido (LEFÈBVRE, 2006, 2008, 2013) da Amazônia está intrinsecamente vinculado ao processo de acumulação (OLIVEIRA, 1999, 2000), sobretudo no sentido de expansão do modo de produção capitalista de razão neoliberal destacado por Dardot e Laval (2016). É a partir desta lógica hegemônica que se dão ações estatais (em parceria com o setor privado), que se desenvolvem projetos infraestruturais (hidrelétricos, logísticos, minerais, turísticos) e se dá o aproveitamento de recursos (commodities minerais, vegetais, energéticas) regionais (CASTRO, 2010), dinâmicas que se materializam em processos de cercamentos, privatizações, espoliações (HARVEY, 2004) e desterritorializações de sujeitos, populações amazônicas ligados à floresta e aos rios, grupos que comumente são considerados “invisíveis” ou mesmo entraves ao desenvolvimento do grande capital.

¹ Geógrafo, mestre em geografia e doutor em ciências (desenvolvimento socioambiental)

Diante desse processo, da dinâmica empreendedora e ávida por lucros, grupos e movimentos sociais resistem, contestam e se colocam contra essas práticas que denotam a intensificação do aproveitamento capitalista dos recursos regionais, da mesma maneira como se colocam contra o avanço das ações neoliberais e da concentração de poder por parte do Estado (CASTRO, 2014; TRINDADE JR., 2014) e das grandes empresas e/ou consórcios de empresas.

É nesse contexto que o município paraense de Altamira, notadamente a sua sede municipal e, em menor escala, o seu entorno imediato, destacam-se como os referenciais empíricos de reflexão, sobretudo em função da sua inserção no processo de modernização regional que, *mutatis mutandis*, aproximou a esfera pública colonizada (SOUZA, 2017) do grande capital. O objetivo do artigo é analisar, à luz do princípio dos comuns, a apropriação de territórios de uso coletivo em face do processo de modernização decorrente do aproveitamento do recurso hídrico para fins de projetos infraestruturais (urbanísticos, hidrelétricos e minerais).

Para tanto, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica de teorias e abordagens críticas (materialismo histórico-dialético), e de natureza interdisciplinar, que permitem entender o avanço do capitalismo de razão neoliberal e o espaço socialmente produzido no período contemporâneo na Amazônia; b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre a realidade de Altamira; c) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais relacionadas ao tema de investigação; d) observação sistemática de campo, com inventário, comparação e análise de elementos da paisagem e de suas dinâmicas espaço-temporais.

O artigo estrutura-se em duas partes que se complementam. A primeira apresenta o processo de formação histórico-geográfica de Altamira, com foco na produção, em diferentes momentos, de territórios de uso comum, e na modernização de seu espaço, impulsionada principalmente pela implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A segunda parte detalha, a partir da análise crítica da relação público-privada, como as principais ações/intervenções atualmente projetadas para a cidade de Altamira e o seu entorno, priorizam o desenvolvimento do grande capital, produzindo um movimento de resistência e enfrentamento coletivo capitaneado pela população marginalizada, que tem na esfera do comum o seu principal referencial político de emancipação.

E, como contribuições teóricas e práticas deste trabalho, destaca-se a apresentação dos pormenores (as estratégias de agentes mais capitalizados e do Estado, as contradições, os conflitos, a afirmação dos territórios comuns) da análise da produção social do espaço de um fragmento da porção oriental da Amazônia brasileira, assim como, espera-se dar visibilidade e subsídios às lutas coletivas dos homens/mulheres, grupos e etnias, situados em Altamira, contrários aos avanços do capitalismo de razão neoliberal em âmbito local e regional.

A perspectiva histórico-geográfica de Altamira e a produção de territórios de uso comum

Analisar o mundo em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional) e em diversas perspectivas perpassa pelo vislumbre de uma série de efeitos e processos estruturais que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, no uso dos recursos, nas relações com o ambiente socialmente construído, nas formas político-institucionais e culturais (HARVEY, 2012).

As diferenças mencionadas são bem mais do que legados históricos definidos em função de trajetórias e características “espontâneas”, “naturais”, pois são constantemente produzidas e reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por processos político-econômicos e socioecológicos do passado e da atualidade; estes, por sua vez, guardam íntima relação com a dinâmica de avanço do capital e de suas relações pelo mundo (HARVEY, 2012).

É essa perspectiva que se coloca como um ponto de partida para a retomada histórico-geográfica da produção do espaço de Altamira. Assim, objetiva-se sistematizar o processo de formação da cidade² e de seu entorno, de maneira a possibilitar o entendimento das relações existentes entre estes espaços e o rio Xingu, e a configuração de territórios³ de uso comum que apresentam íntima relações com suas águas.

² A forma-conteúdo cidade, enquanto dimensão material da sociedade, configura a realidade presente, imediata, dado prático-sensível e arquitetônico que sempre manteve relações com a sociedade em seu conjunto e em seu funcionamento, com seus componentes, com a sua história (LEFÈBVRE, 2006, 2013). Nesse sentido e tal qual o urbano (modo de vida, virtualidade e conjunto de possibilidades), a cidade também não se configura e/ou deve ser entendida apenas como uma expressão da sociedade moderna, capitalista, pois seu espaço não é apenas organizado, normatizado e instituído; ele é também transformado, apropriado e reapropriado por diversos grupos sociais, a partir de diversas estratégias de sobrevivência e ideologias.

³ O território, no presente trabalho, é abordado a partir de sua perspectiva geográfica integradora, que entende a territorialização dos diferentes sujeitos tanto como um processo de domínio (político-econômico), quanto de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2009). Tal apropriação é definida sob forte inspiração lefebvriana, isto é, no sentido daqueles grupos que têm a possibilidade, na sua dimensão vivida, de usufruir plenamente do espaço (HAESBAERT, 2014).

Inspirando-se em Harvey (2013, 2014), destaca-se que os comuns são definidos como recursos apropriados, provenientes de dinâmicas de grupos sociais e de práticas coletivas e cooperativas que produzem um tipo de relação sociedade-natureza que configura territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) de valores de uso comum em um determinado referencial socioespacial.

De maneira complementar ao sentido anteriormente apresentado, é importante frisar que para Dardot e Laval (2016, 2017, 2018) o comum configura-se também como uma esfera colaborativa e insurgente da atividade humana, pautada em um princípio político central que se remete a um sistema de práticas que emana dos movimentos sociais, de suas lutas e de suas experiências diretamente contrárias à racionalidade neoliberal. Por conta disso, o princípio do comum desponta como uma potência capaz de transformar o conjunto das relações sociais a partir de modos alternativos de organização e de produção descentralizados, autônomos, assentados em uma subjetividade coletiva, cooperativa e nas apropriações práticas dos sujeitos.

Assim, e iniciando a reconstrução histórico-geográfica, destaca-se que a ocupação do espaço onde atualmente está localizada a cidade de Altamira (sudoeste paraense) é produto do processo de colonização da Amazônia, no final do século XVII. Isso em função da bacia hidrográfica do rio Xingu ter sido considerada, nesse período, um importante espaço para a realização de incursões (inglesa, holandesa e portuguesa) na foz do rio Amazonas (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Os intentos militares (proteção do território), comerciais (drogas do sertão) e religiosos (catequese e aprisionamento de mão de obra indígena) são essenciais para entender a constituição do aglomerado que originou Altamira, sobretudo porque o seu surgimento e consolidação está relacionada à presença de missionários no rio Xingu e no rio Iriri, a partir da segunda metade do século XVIII, e, durante o século XIX (ALONSO; CASTRO, 2006; UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Dessa forma, o município de Altamira, localizado na chamada Volta Grande do Rio Xingu⁴, foi desmembrado do antigo município de Souzel (atual município Senador José Porfírio), tendo a sua sede instalada na vila de Altamira por meio do Decreto

⁴ A Volta Grande do Rio Xingu consiste num território que conta com aproximadamente duzentos quilômetros de extensão e abrange parte dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio, e que faz parte da *fall line zone* (zona de linha de queda) sul amazônica (COSTA, 2004). Trata-se de uma área densa e diversificada, composta por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras e diversas espécies endêmicas (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016). É habitada por pescadores, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores que ocupam os beiradões e por povos indígenas de diversas etnias, especialmente Xipaia, Kuruiaia, Kayapó, Juruna e Arara; grupos que historicamente desenvolveram uma combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca, elementos fundamentais para a sua reprodução coletiva, material e social (ALMEIDA; MARIN, 2014; LIMA, 2020).

Legislativo nº 1.234, em 6 de novembro de 1911 (ALONSO; CASTRO, 2006). A sua base econômica estava assentada no extrativismo da borracha e da castanha do Pará, sendo o escoamento dessas mercadorias feito de Altamira pela estrada até Vitória (que hoje constitui o município de Vitória do Xingu), de onde seguia pela via fluvial para Belém (ALONSO; CASTRO, 2006).

Assim, é a partir das práticas de aldeamento dos grupos indígenas (Xipaia, Curuaia, Juruna, Arara) realizadas pelos missionários da Companhia de Jesus e, posteriormente, pelos Capuchinhos (no período pombalino) que se tem a formação de missões religiosas que deram origem à Altamira (ALONSO; CASTRO, 2006). Dentre elas, destacou-se a missão Tavaquara, criada na confluência do rio Xingu com o igarapé Pannels. É por meio dela e do forte localizado na foz do igarapé Ambé, na margem esquerda do rio Xingu, que se estabeleceram as primeiras bases de Altamira, que foi elevada à categoria de cidade, no ano de 1917 (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; MIRANDA NETO, 2016).

O improvisado porto de Altamira, nesse momento de sua história, foi fundamental para a irradiação de sua influência para povoações menores e para áreas rurais, já que a cidade serviu de entreposto comercial, estimulando a exploração de recursos naturais, inclusive durante o período do extrativismo da borracha (ALONSO; CASTRO, 2006). O comércio extrativista propiciou relativa dinamização econômica e a reafirmação de Altamira como um centro de destaque no médio Xingu (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Por outro lado, a queda da demanda da borracha no mercado europeu, o arrefecimento de seus fluxos populacionais e o fim da segunda guerra mundial demarcam um período de estagnação econômico-regional (1920-1960) na região em referência. Por conta disso, o espaço da Volta Grande do Rio Xingu e a cidade de Altamira não apresentaram alterações significativas em seu quadro socioespacial (CORRÊA, 1987; COSTA, 2004), no qual, em paralelo ao processo de estagnação econômica, diversos sujeitos (indígenas, ribeirinhos, agricultores, barqueiros, marisqueiros, oleiros, caçadores etc.) desenvolviam usos comuns dos recursos hídricos e florestais – os rios, igarapés urbanos e rurais, e suas margens – existentes.

O revigoramento urbano de Altamira se deu somente a partir das ações do Estado desenvolvimentista (CORRÊA, 1987), pois desde os anos de 1960 e notadamente a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, a política que norteou o avanço da fronteira econômica na Amazônia organizou-se de forma a permitir a

conexão do mercado regional às estruturas produtivas nacionais e internacionais (integração, ocupação do território e exploração de seus recursos naturais). É nesse contexto que se sobressai a colonização espontânea e dirigida, que acabou por garantir, por meio do grande fluxo populacional (mão de obra), o “amansamento” da terra e o desenvolvimento da produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado local (COSTA, 2004).

A reafirmação da centralidade urbana de Altamira estava ligada à intensa migração inter-regional de trabalhadores na abertura das frentes de expansão ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e à criação do Programa Integrado de Colonização (PIC-Altamira), que alterou sobremaneira a constituição da rede urbana na qual a cidade estava inserida. E foi neste momento que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se encarregou de organizar os assentamentos de colonos na Transamazônica, com a promessa de garantir assistência técnica e financeira (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Posteriormente, influenciaria definitivamente o espaço urbano e rural de Altamira os estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu. Assim, desde o ano de 1975, a Eletronorte já projetava a construção das barragens de Kararaô (que ficaria conhecida, futuramente, como Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kokraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. De todo modo, foi somente em 1980 que a empresa efetivamente iniciou os estudos sobre o que foi denominado Complexo Hidroelétrico de Altamira, que era composto por duas usinas (Kararaô e Babaquara), objetos espaciais que, juntos, inundariam 8 mil quilômetros quadrados de terras (ALONSO; CASTRO, 2006).

Também acabou por contribuir para a consolidação do empreendimento hidrelétrico em Altamira, a chegada, a partir do ano de 1999, da linha de transmissão elétrica (linhão) da UHE de Tucuruí, com 325 quilômetros de extensão. A iniciativa fez parte do projeto TRAMOESTE, que objetivou levar infraestrutura de transmissão de energia para o lado ocidental do Estado do Pará. A “chegada” do linhão fortaleceu o movimento para asfaltar a rodovia Transamazônica, propiciando uma melhor circulação de produtos e de pessoas, elementos-chave para a retomada da construção de Belo Monte (COSTA, 2004).

A usina de Belo Monte, um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), teve a sua licença de instalação efetivamente liberada no início do ano de 2011, quando iniciaram os procedimentos necessários à recepção do

grande volume de mão de obra (formação de acampamentos para os trabalhadores) e as prospecções para a instalação e construção do empreendimento (edificação de canteiros industriais) pela empresa responsável (Norte Energia S.A.) (MAGALHÃES, 2017).

O anúncio, a liberação da licença e o início da construção da hidrelétrica se deram através de “malabarismos legais”, que fragilizaram o Estado democrático de direito, e por meio de medidas autoritárias (GLASS, 2016) e de diversas manifestações de grupos sociais que, direta e indiretamente, seriam atingidos/desterritorializados por este empreendimento (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; MAGALHÃES, 2017), pois, no vale do rio Xingu:

[...] pescadores e ribeirinhos desenvolvem uma combinação de agricultura, extrativismo, caça e pesca que é fundamental para a sua reprodução material e social. Ela se estrutura com base em saberes práticos, em conhecimentos tradicionais, desenvolvidos e sistematizados consoante as variações sazonais, assim expressas: vazante/seca/período de estiagem/chuvas. Para esses ribeirinhos e indígenas, o rio é coextensivo a sua maneira de viver, além de consistir na principal via de transporte e comunicação [...] (ALMEIDA; MARIN, 2014, p. 144).

Assim, desde os primeiros boatos de soerguimento da hidrelétrica foi sendo construída uma identidade de luta baseada na formação e/ou conscientização política dos direitos dos moradores, dos grupos que historicamente produziram e se reproduziram nesse espaço (COSTA, 2004). É quando se dá a formação de uma consciência social enquanto um grande grupo atingido/desterritorializado pelo empreendimento, independentemente de serem camponeses, moradores dos espaços de orla da cidade ou etnias indígenas. Além disso, é importante frisar que tal situação também foi resultado do processo de trabalho de diversas organizações que passam a direcionar os seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações organizadas em entidades, associações sindicais, movimentos sociais, quais sejam: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, Fundação Viver, Produzir e Preservar e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006).

Em meio ao processo de resistência, a usina hidrelétrica de Belo Monte⁵ entrou em operação em abril do ano de 2016, com capacidade instalada de 11.233,1 MW e um lago formado que abrange uma área de 516 quilômetros quadrados, inundando partes dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

O empreendimento dispõe de duas barragens e um canal fluvial construído. A primeira (barragem do sítio Pimental) localiza-se em Altamira, no início do trecho encachoeirado em desnível que se estende por toda a Volta Grande do Rio Xingu. A segunda (usina do sítio Belo Monte) está situada no município de Vitória do Xingu, ao fim do trecho encachoeirado. O barramento do sítio Pimental redireciona a vazão principal do rio Xingu para um canal de 20 quilômetros de comprimento, conduzindo a água desviada até diques que abastecem a geração no sítio Belo Monte, no qual se pretende gerar energia através de 18 turbinas. A partir desse processo de redirecionamento segue para a Volta Grande apenas um resíduo da vazão original do rio (MIRANDA NETO, 2016; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016).

E sobre as transformações no núcleo urbano da cidade, destaca-se que

com o empreendimento hidrelétrico, a cidade de Altamira passa por um processo de redefinição urbana, com a requalificação de áreas localizadas às margens dos igarapés, criação de novos loteamentos para fins de reassentamento urbano e alterações estruturais importantes. Nesse contexto, é importante considerar, por um lado, o papel da Norte Energia S.A (NESA) e dos agentes públicos no processo de reassentamento e requalificação urbana, a fim de se entender as interferências diretas do empreendimento nas redefinições espaciais que se processam na cidade e na região. Por outro lado, é relevante entender o papel dos agentes privados na dinâmica de reorganização na área de influência direta do projeto, especialmente os agentes imobiliários, os quais possuem a capacidade de determinar o nível de renda necessário para se ocupar determinados pontos e, ao mesmo tempo, forçar o deslocamento da população para áreas ainda mais periféricas (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016, p. 6).

Os impactos causados pelo empreendimento na população da cidade foram significativos, sobretudo nas consideradas Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) urbanas, que estavam localizadas na faixa de segurança de até 100m acima do nível

⁵ Apesar dos questionamentos sobre a eficiência energética e dos altos custos socioambientais deste tipo de projeto de grande porte, é importante destacar que, além da função de conferir motricidade ao “crescimento econômico”, existe a alegação de que essas estruturas também desempenham um papel essencial no fortalecimento dos setores da construção civil (grandes empreiteiras) e no setor primário-exportador, subsidiando projetos de extração mineral e estimulando a instalação de complexos infraestruturais (hidrovias, portos etc.) (GLASS, 2016).

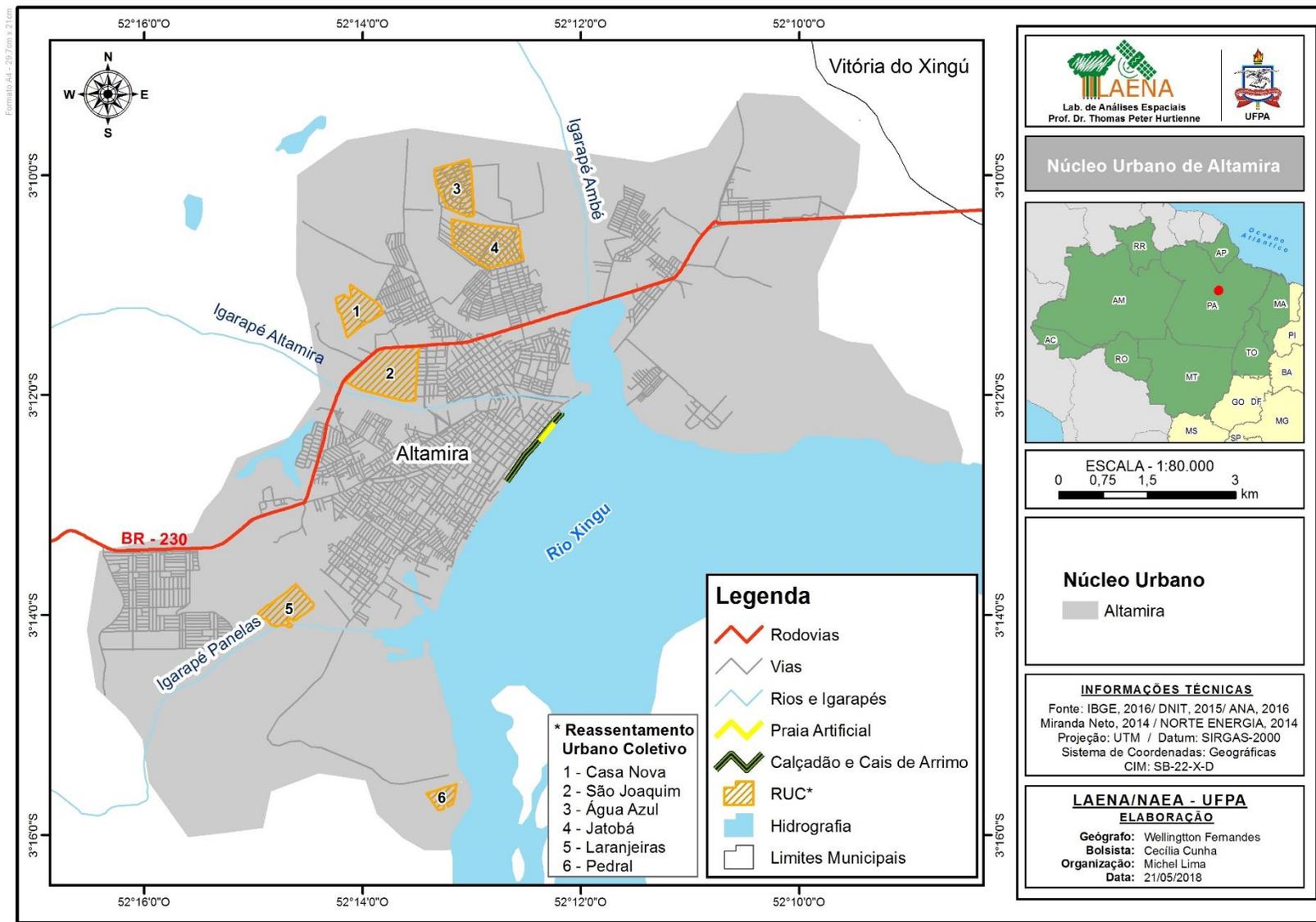
do mar e a 3 metros acima da cota altimétrica 97, destinada ao reservatório da usina hidrelétrica (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

As populações que residiam na ADA Urbana, desde o ano de 2014, foram e estão sendo transferidas para os novos loteamentos urbanos situados no entorno do núcleo central da cidade. Estes, ao menos em tese, deveriam ser dotados de infraestrutura urbana básica, com rede de abastecimento e sistema de tratamento de água, rede de esgoto, energia e pavimentação asfáltica (MIRANDA NETO, 2016).

Ao total, são lotes urbanos distribuídos em seis loteamentos planejados, denominados RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos), compostos por uma população de baixo poder aquisitivo que, em sua maioria, é formada por ribeirinhos, indígenas que moram na cidade (CARDOSO, 2018), oleiros e demais moradores que residiam em espaços periféricos na orla fluvial do Xingu e nos três igarapés urbanos (Ambé, Altamira e Pannels). São eles: RUC Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul, Laranjeiras e Pedral/Tavaquara (mapa 01). O processo de reassentamento foi e é acompanhado de intensos debates sobre a adequação infraestrutural desses espaços e sobre a garantia dos serviços e equipamentos urbanos essenciais a serem implantados nessas áreas, o que produz conflitos entre a empresa, a prefeitura municipal e movimentos sociais de atuação local e regional (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016; LIMA, 2020).

Além disso, diversos grupos sociais (indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, agricultores etc.) que estão ligados ao rio Xingu e suas margens, e cujos territórios localizam-se fora do espaço urbano de Altamira, os sujeitos que desenvolveram usos comuns assentados na combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca – atividades consideradas fundamentais para a sua reprodução material e social –, também são compelidos a se deslocar para a cidade, formando unidades de mobilização, retomando reivindicações que não foram consideradas em nenhum momento da elaboração e da execução do empreendimento hidrelétrico (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017; LIMA, 2020).

Mapa 01 – Altamira: núcleo urbano pós construção da UHE de Belo Monte



Assim, os referidos grupos, juntamente com a igreja e outras organizações que focavam seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações direcionadas por entidades ou associações sindicais (Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Conselho Indigenista Missionário, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.) formaram resistências e organizaram lutas em função de seus interesses, sobretudo a manutenção de suas identidades, cultura e territórios de usos coletivos ligados ao rio, suas margens e à floresta, os seus referenciais de vida (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017; LIMA, 2020). E isso antes, durante e depois do processo de instalação da hidrelétrica de Belo Monte.

A análise empreendida permitiu entender o processo de produção do espaço de Altamira, dando ênfase à crítica do aproveitamento capitalista dos recursos naturais (hídricos e florestais) em uma importante cidade amazônica, assim como também possibilitou apontar a apropriação do rio Xingu, dos igarapés urbanos (Altamira, Ambé e Panelas) e dos territórios coletivos por eles subsidiados como instâncias produtoras de territórios comuns de características e/ou particularidades regionais.

A difusão do processo de modernização infraestrutural (intensificado após a década de 1960), a instalação dos grandes projetos na Amazônia e a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso do rio e da floresta, também levaram os referidos territórios a se configurarem como uma contradição ao avanço do grande capital. Além disso, as unidades de mobilização em torno da sua defesa fizeram surgir bandeiras de luta coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso (princípios políticos) (DARDOT; LAVAL, 2017, 2018) entre os grupos sociais impactados direta e indiretamente pelas ações modernizantes, sobretudo pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A esfera pública, privada e o princípio do comum em Altamira-Pa

Na última seção deste trabalho é desenvolvida uma discussão, no âmbito do capitalismo contemporâneo e da razão neoliberal, sobre as diferenças existentes entre a esfera pública⁶, a esfera privada⁷ e comum da atividade humana, no sentido de

⁶ Inicialmente entendida como a vida dedicada aos assuntos políticos, que envolvia o debate entre iguais na Grécia antiga (ARENDRT, 2010), e, mais recentemente, se remete ao poder público moderno e sua administração das condições socioeconômicas em diferentes escalas, aos serviços, a opinião pública etc. (HABERMAS, 1984).

⁷ Tratava-se, em sua origem grega, da esfera da intimidade, da reprodução familiar, da tirania incontestável (ARENDRT, 2010). Atualmente, representa os princípios da propriedade privada de uso exclusivo, o cálculo e a maximização de lucros capitalistas

subsidiar o detalhamento da leitura crítica do processo modernizante e empreendedor que ocorreu em Altamira.

Nesse sentido, ao pensar o contexto brasileiro, Souza (2017) analisa como a esfera pública e a esfera privada se colocaram como os parceiros do grande capital, difundindo ideais e protagonizando ações modernizantes assentadas na eterna busca pelo “progresso” e pelo desenvolvimento capitalista, inicialmente, de inspiração europeia e, mais recentemente, com base no modelo norte-americano.

Isso porque as elites econômicas, em parceria com segmentos da classe média (o grupo que mais difunde narrativas vencedoras, ideais meritocráticos e de superioridade moral) acabam transformando os seus interesses de proprietário capitalista num suposto “interesse geral”, coletivo, o mote que aproxima o Estado e o mercado, de maneira a garantir o controle da reprodução social através de relações socioeconômicas que primam pela manutenção de seus privilégios e vantagens associadas ao processo de acumulação do grande capital nacional e internacional (SOUZA, 2017). É dessa forma que se dá o controle da esfera pública pelos segmentos privados, pelos interesses de mercado e pela subjetividade/biopoder neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Assim, o ideal desenvolvimentista, a perspectiva de colonização da esfera pública pelos agentes capitalistas e as tentativas de controle das camadas populares se fazem presentes no cenário brasileiro, seja no período do Estado desenvolvimentista, que predominou até a década de 1980-90, seja no momento de prevalectimento da razão neoliberal, no final do século XX e nas primeiras duas décadas do século XXI (SOUZA, 2017).

É nesse contexto geral do país que se pensa o processo de modernização ocorrido na cidade de Altamira (quadro 01). Dessa forma, objetiva-se demonstrar como os interesses privados, sobretudo os de mercado, em parceria com a esfera pública colonizada, produzem a destruição das possibilidades de reprodução social de diversos sujeitos amazônidas – populações que são desterritorializadas, espoliadas de seus referenciais de vida e de cultura (floresta, rio e demais corpos hídricos) –, restando, para estes, o princípio do comum enquanto a principal esfera de luta sociopolítica e de visibilidade regional.

(HABERMAS, 1984), os ideais empreendedores e a lógica da concorrência estendida ao conjunto da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

Quadro 01 – Altamira: principais ações e/ou intervenções realizadas e projetadas na cidade e entorno

Obra/Intervenção	Objetivo	Principais funções e resultados	Agentes envolvidos	Situação
Hidrelétrica de Belo Monte	Atender demandas e projeções do Governo Federal de produção de energia, integrando-se ao Sistema Interligado Nacional (SIN)	Modernização regional; mudanças na estrutura urbana de Altamira; diminuição do fluxo de água do rio para a Volta Grande; espoliações de territórios e conflitos socioambientais	Governo Federal, Prefeitura Municipal e Norte Energia S.A. (NESA).	Liberação da licença de instalação em 2011, e início das atividades de operação em 2016
Transferência da População da ADA Urbana e construção dos RUCs	Realocar a população que estava situada na faixa de segurança de até 100 metros acima do nível do mar para novos espaços planejados	Habitação; realocação conturbada; denúncias de irregularidade; “novos bairros” distantes do centro (dos comércios e serviços) da cidade e do rio Xingu; conflitos sociais	Norte Energia S.A. (NESA), Governo Federal e Prefeitura Municipal	Ocorrido entre os anos de 2014 e 2015
Ações de Requalificação Urbana das Áreas Diretamente Atingidas	Estabelecer melhorias na infraestrutura socioambiental e urbana da cidade, a partir da mitigação dos impactos causados pelo enchimento do reservatório da usina	“Reorganização da orla” da cidade; valorização turística, recreativa e comercial; recuperação ambiental dos igarapés urbanos que foram (re)estabelecidos como parques ambientais (áreas verdes e de recreação)	Norte Energia S.A. (NESA) e Prefeitura Municipal	Ocorrido a partir dos anos de 2014-2015
Reassentamento Urbano Coletivo Pedral/Tavaquara	Realocar população deslocada (pescadores, oleiros, ribeirinhos, indígenas) em espaço localizado na margem do rio Xingu	Espaço habitacional indígena e ribeirinho; mobilizações populares e escolha coletiva de um território na margem do rio Xingu	Norte Energia S.A. (NESA), Governo Federal e populações indígenas	Em vias de finalização
Territórios Ribeirinhos	Retorno de parte das populações ribeirinhas para territórios situados no reservatório da usina (municípios de Altamira e Vitória do Xingu)	Acolher adequadamente os sujeitos espoliados; mobilizações populares e conflitos; precariedade de infraestrutura e de assistência por parte do poder público	Norte Energia S. A. (NESA), Governo Federal, Conselho Ribeirinho	Em andamento
Projeto de Mineração Volta Grande	Explorar o potencial mineral existente no subsolo da Volta Grande, principalmente para extração de ouro.	Atividades de mineração em maior escala; degradação ambiental e conflitos sociais	Iniciativa da empresa canadense Belo Sun Mineração Ltda.	Obteve licença de instalação (2017) – atualmente está paralisado

Fontes: Costa (2004), Leme (2009), Norte Energia S.A. (2011), Miranda Neto (2016,) Boletim Cartografia da Cartografia Social (2017), Weibermel (2017), Cardoso (2018), Barreto (2019), Ministério Público do Estado do Pará (2019) e levantamentos de campo (ano de 2018 e 2019).

Organização: Michel de Melo Lima, 2020.

A sistematização apresentada no quadro 01 denota a parceria existente entre os interesses privados e de mercado, e a esfera pública colonizada, no âmbito da reprodução das relações sociais de produção na Volta Grande do rio Xingu – processo a partir do qual os recursos hídricos e florestais são “tomados de assalto” (espoliados) pelas forças produtivas capitalistas e pela razão neoliberal.

Dentre as principais obras/intervenções de grande porte relacionada ao aproveitamento do recurso hídrico na Volta Grande do rio Xingu, ganha destaque a usina hidrelétrica de Belo Monte. O empreendimento, que foi estimulado pelo governo federal e construído pelo Consórcio Norte Energia S.A. (NESA) (de 49,98% de composição acionária pertencente ao grupo Eletrobras) foi um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

A implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte ocorreu sobre muitos protestos e através de uma inobservância dos regramentos e das legislações socioambientais aplicáveis ao empreendimento, o que pôde ser constatado através dos diversos embates sociais ocorridos entre a empresa e as populações ribeirinhas e indígenas atingidas (WEIBERMEL, 2017; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019) e por meio das diversas ações judiciais, do Ministério Público do Estado do Pará, que se apresentavam contrárias ao prosseguimento da construção da usina (GLASS, 2016).

Assim, o anúncio, a liberação da licença e o início da construção da hidrelétrica, e as demais obras/intervenções decorrentes (requalificação de áreas urbanas da cidade, reassentamentos urbanos coletivos que desconsideraram a relação da população com o rio) percorreram um caminho marcado pela negação da existência de trajetórias, espacialidades e territorialidades comuns na Volta Grande, sobretudo por parte do grande capital e do poder público, em meio a medidas autoritárias, repressivas e diante de diversas manifestações de grupos sociais que, direta e indiretamente, foram atingidos por este empreendimento (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; GLASS, 2016; MAGALHÃES, 2017; BARRETO, 2019).

O Reassentamento Urbano Coletivo Pedral/Tavaquara destoa dos outros cinco RUCs por ser um produto do atendimento de uma demanda dos espoliados, sobretudo dos indígenas na cidade (CARDOSO, 2018). O sexto

RUC, que é de responsabilidade da Norte Energia S. A., em parceria com o poder público municipal (que também precisa operacionalizar a prestação de serviços públicos locais) e federal, acabou sendo inserido nas condicionantes do empreendimento hidrelétrico por meio de muita pressão e mobilização popular (WEIBERMEL, 2017; BARRETO, 2019). Por outro lado, os moradores ainda aguardam a finalização da obra por parte da empresa e definições relacionadas ao atendimento de alguns serviços (transporte coletivo, unidade básica de saúde, educação indígena) demandados pela população do bairro.

O retorno para os territórios situados ao longo do lago reservatório da usina de Belo Monte pode ser considerado outra ação relacionada ao processo de organização e luta popular dos sujeitos (ribeirinhos) (BARRETO, 2009), que, em parceria com movimentos sociais (locais e regionais) e instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Instituto Socioambiental (ISA), o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, deram visibilidade ao processo de degradação de suas condições de vida e de violação de seus direitos (MAGALHÃES; CUNHA, 2017). Posteriormente, pleitearam e delimitaram três territórios que foram considerados mais adequados para a sua reprodução socioespacial.

O projeto minerário da Volta Grande do Rio Xingu está situado no município de Senador José Porfírio, sendo de iniciativa privada da empresa canadense Belo Sun Mineração Ltda. Sobre este empreendimento, é importante frisar que a chegada de Belo Sun à Volta Grande do Xingu, uma companhia de capital originalmente canadense, conta com amplo suporte do governo do Pará, que lançou, no ano de 2014, um plano estadual de mineração para incentivar a atividade e respaldar a formulação de políticas para o setor (GOMES, 2017). Porém, este empreendimento de grande porte também é muito contestado pela população local, que sofrerá impactos como o deslocamento de seus territórios e a degradação ambiental proporcionada pela atividade mineradora (GOMES, 2017).

Assim, a maioria das obras/intervenções listadas e os seus resultados – sobretudo para a população local/regional invisibilizada, sujeitos que têm no rio Xingu e nos territórios animados por suas águas e pela floresta importantes referenciais de existência – reproduzem o processo de colonização interna

(CASANOVA, 2006) que permeia não apenas diversas políticas de Estado, a esfera pública colonizada (SOUZA, 2017), mas também uma parcela significativa da sociedade brasileira por meio de ameaças de que haverá faltas (de conforto, do direito de consumir, da perspectiva de acumular ou simplesmente do básico à sobrevivência coletiva) caso não sejam colocadas em práticas esses empreendimentos capitalistas. Afinal, o “desenvolvimento” da nação exige os seus sacrifícios, desde que, obviamente, os cordeiros sejam outros, os considerados “invisíveis”, os “atrasados”, os obstáculos ao crescimento econômico (GLASS, 2016).

É nesse momento conflituoso que a necessidade de sobrevivência, o medo, a privação, e o processo de espoliação encontram o seu contrário, materializado na coragem, na resistência dos moradores; estes que, na pluralidade de suas identidades, deliberam coletivamente e aliam-se aos movimentos sociais locais e regionais, assim como juntam-se com instituições científicas em defesa do rio, dos igarapés, e de suas margens fluviais, os territórios de uso comum nessa porção do espaço amazônico (LIMA, 2020).

Considerações finais

A análise desenvolvida permite inferir que o uso comum do rio Xingu, dos igarapés urbanos e de suas margens, elementos essenciais da territorialidade coletiva dos sujeitos, não são priorizados pelas políticas públicas que se manifestam em nível local e regional em Altamira. Assim, percebe-se a existência de um insistente movimento de mercadificação dos corpos hídricos (de seu potencial energético, lúdico, mineral e turístico) e de espoliação gradativa dos territórios ligados às águas, notadamente a partir da aproximação da esfera pública (colonizada) e da esfera privada.

O percurso traçado pela história e pela geografia de Altamira, demonstrou como os intentos modernizantes da Amazônia, cujo principal marco é a década de 1960, materializam-se no espaço regional em conjunto e/ou com a anuência da esfera pública colonizada, que, em parceria com os interesses privados e de mercado, sempre ressaltam os “benefícios coletivos” da chegada do grande capital e de suas milagrosas obras, seja pela materialização da hidrelétrica, seja

pelo estabelecimento de infraestruturas que valorizem economicamente amenidades naturais existentes, ou mesmo por meio do aproveitamento do potencial mineral.

Assim, a lógica assentada nas promessas do “novo” e do moderno se faz presente no imaginário da população, nas ações dos agentes vinculados ao grande capital e dos atuais representantes do poder público local de Altamira (LIMA, 2020). É por conta disso que o comum desponta como o princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017, 2018) norteador da atividade insurgente dos sujeitos (moradores, representantes de associações e movimentos sociais), uma esfera da atividade social que pode contribuir como um caminho alternativo em face do predomínio dos interesses privados e de mercado.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 143-169.

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. Processo de transformação e representações rural-urbano em Altamira. *In*: DUARTE, Ana Cláudia Cardoso (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 161-215.

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARRETO, Andreia Macedo. **Território de águas na Amazônia**: ribeirinhos e o direito à propriedade coletiva da terra. Curitiba: Juruá, 2019.

BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Povos tradicionais da Volta Grande do Xingu**: garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores. Manaus: UEA Edições, n. 12, dez. 2017.

CARDOSO, Suelem Maciel. **A cidade dos invisíveis?** indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno: una redefinición. *In*: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). **La teoría marxista hoy**: problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 409-434.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel (Orgs.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

CASTRO, Edna. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. *In*: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 100-118.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.39-68, jul./set. 1987.

COSTA, Reinaldo Corrêa. **Xingu-Transamazônica**: linha de queda, territorialidades e conflitos. 2004. 408 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A sombra de outubro**: a revolução Russa e o espectro dos soviets. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA-FILHO, Jorge. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Autonomia Libertária, 2016. p. 405-424.

GOMES, Marcel. As veias abertas da Volta Grande do rio Xingu: análise dos impactos da mineradora Belo Sun sobre a região afetada por Belo Monte. **Ponto de Debate**, São Paulo, n. 16, out. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* (Orgs.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HARVEY, David. A criação de bens comuns urbanos. *In*: HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 134-189.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte. UFMG, 2008.

LEFÈBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
LEME. **Relatório de Impacto Ambiental**: aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Brasília, DF: Leme, 2009.

LIMA, Michel de Melo. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 2020. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVA, Ygor Yuri Pereira da; VIDAL, Cleide da Luz. Não há peixes para pescar nesse verão: efeitos socioambientais durante a construção de barragens – o caso de Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 37, p. 111-134, maio. 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Introdução – A voz dos ribeirinhos expulsos. *In*: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manoel Carneiro da (Orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25-34.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **MPPA requer suspensão imediata de licenciamento do projeto Belo Sun**. Senador José Porfírio: MPPA, 2019. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-requer-suspensao-imediata-do-licenciamento-do-projeto-belo-sun.htm>. Acesso em: 08 dez. 2019.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antonio. Altamira-Pa: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins**, Paris, n. 28, p. 01-18, out. 2016.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos da re-estruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Planos, programas e projetos. Brasília: Norte Energia S. A., 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir. As cidades da Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, v. 1. n. 21, p. 53-70, jul. 1999.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

SOUZA, Jessé. **Elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In*: LIMONAD, Ester; CATRO, Edna (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história**. 4. ed. Belém: Ponto Press, 2012.

WEIBERMEL, Sören. A negociação e desposseção: violação de direitos e violência psicológica na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: BLANKE, Svenja; KURTENBACH, Sabine (coord.). **Violencia y desigualdad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ADLAF, 2017. p. 235-250.

CAPÍTULO 2

POPULAÇÃO, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS⁸

DOI: 10.36599/itac-peam.0002

Heloísa Corrêa Pereira⁹
Fausto Martins Fonte Del Guercio¹⁰
Jônatha Rodrigo de Oliveira Lira¹¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar, por meio de revisão bibliográfica, os avanços no campo de estudo demográfico no que se refere à relação entre população, ambiente e desenvolvimento na era das mudanças ambientais globais, buscando avaliar se estes trabalhos caminham para abordagens que se afastam do conceito de pressão populacional no ambiente, ou se ainda persistem as visões deste gênero.

Palavras-chave: população, ambiente e desenvolvimento.

Introdução

Até pouco tempo, a Demografia se contentava em confrontar ou refutar as principais teorias de Malthus, sem abordar a problemática ambiental. O grande desafio dos demógrafos, ao identificarem um espaço no debate ambiental que não fosse limitado à polêmica neomalthusiana, “foi confrontar a unanimidade dos ambientalistas e estudiosos ambientais quanto à explosão demográfica” (HOGAN, 2000, p. 22).

Certamente, o crescimento e o tamanho da população não deixaram de ser pontos críticos para a questão ambiental; entretanto, cada vez mais foi possível perceber a influência dos padrões de desenvolvimento na relação entre população e ambiente (TORRES e COSTA, 2000; MARTINE, 2006; HOGAN, 2001).

A Demografia busca entender os nexos mais específicos na relação entre números e recursos, olhando, por exemplo, para as componentes da dinâmica demográfica (fecundidade, mortalidade e migração) e percebendo suas relações particulares com a problemática ambiental (TORRES e COSTA, 2000; HOGAN,

⁸ Trabalho apresentado no **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

⁹ Universidade Estadual de Campinas – hcpereira@nepo.unicamp.br

¹⁰ Universidade Estadual de Campinas – fausto@nepo.unicamp.br

¹¹ Universidade Estadual de Campinas – rodrigao@nepo.unicamp.br

2001, 2007). Dessa forma, o volume populacional não é a principal das preocupações dos demógrafos, dedicam-se a responder questões além da descrição das populações humanas.

Este trabalho apresenta os avanços no campo de estudo demográfico no que se refere à relação entre população, ambiente e desenvolvimento na era das mudanças ambientais globais. São analisadas agendas de pesquisa anteriores e avaliado se houve prosseguimento, ponderando sobre quais novas propostas e caminhos foram levantados nos debates recentes.

O estudo compreende uma revisão bibliográfica acerca do tema população, ambiente e desenvolvimento, buscando fazer um paralelo com as publicações do Grupo de Trabalho em População, Espaço e Ambiente (GT-PopEA)¹², da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). A seleção das publicações foi realizada a partir das informações disponíveis no sítio da ABEP no campo sobre os Grupos de Trabalho, sendo necessário ainda um levantamento sobre as publicações importantes para este estudo, mas não disponíveis na página do GT.

A partir desse levantamento, fizemos uma reflexão pautada principalmente nas publicações de Martine (1993), “População e Meio Ambiente: verdades e contradições”; Torres e Costa (2000), “População e meio ambiente: debates e desafios”; e Hogan et al (2010), “População e ambiente: desafios à sustentabilidade”. Reconhecemos a existência de outras publicações do GT PopEA, e não deixamos de incluí-las no estudo. No entanto, selecionamos estas publicações por considera-las como marcos temporais na temática das pesquisas desenvolvidas pelo GT ao longo de sua existência.

População, Espaço e Ambiente e desenvolvimento?

O interesse da demografia nos estudos ambientais acompanhou as tendências observadas no campo ambiental de forma geral, buscando elucidar as complexas relações entre a dinâmica demográfica e o ambiente (MARANDOLA e HOGAN, 2007). A relação entre população e ambiente, na

¹² Um balanço completo de toda a produção do GT de população e ambiente da ABEP se encontra em Marandola Jr. e Hogan (2007).

Demografia, busca entender as inter-relações entre as componentes da dinâmica demográfica e o meio ambiente, mediante a uma perspectiva multidisciplinar.

A partir do momento em que a sociedade reconhece os limites ambientais, novos esforços surgem para lidar com essa temática. Os temas relacionados às questões ambientais são relativamente novos na Demografia, e ainda são tratados de maneira distinta: de certo modo, ainda prevalece a visão abstrata da pressão de números sobre os recursos; no entanto, novos estudos emergem e uma série de questões passam a ser incluídas neste leque de pesquisas (MARTINE, 1993; HOGAN, 2001).

A preocupação dos demógrafos não se resumia apenas à pressão de números sobre os recursos, mas as duas dinâmicas – a demográfica e a ambiental – devido às importantes *novas interações*, na medida em que a situação ambiental havia mudado radicalmente ao longo do século XX, passaram a ser amplamente consideradas pelos demógrafos (HOGAN, 2010).

Aparentemente, existe uma limitação nos estudos que relacionam a demografia e o ambiente. Por esta razão, muitos pesquisadores encontram dificuldade para estudar o tema **população e ambiente**, principalmente se levarmos em consideração a sua condição aparentemente ambígua, já que uma problemática se encontra dentro do âmbito das ciências sociais e a outra no das ciências naturais (CARMO, 2001, p.7).

A pressão do volume da população sobre os recursos naturais foi considerada por muito tempo a questão determinante nos estudos de população e ambiente; com o avanço dos estudos, porém, ganhou força a ideia de que a pressão da população deve ser vista como um fator agravante de problemas ambientais, e não o fator determinante (HOGAN, 2007; BUENO et al., 2011). É preciso compreender os processos sociais, físicos e biológicos do território (BUENO et al., 2011), de maneira que a dinâmica demográfica possa ser um meio para compreender as mudanças ambientais e o comportamento da população.

“Não podemos privilegiar o enfoque nos efeitos causados pela dimensão humana ao ambiente – os danos ambientais -, em detrimento da

componente humana das causas dos problemas – a dinâmica demográfica” (BUENO et al., 2011, p.89).

Os estudos na linha de pesquisa em população e ambiente têm avançado significativamente. Como exemplo destes avanços, podemos citar as publicações do Grupo População e ambiente (renomeado como População, Espaço e Ambiente - PopEA), da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), que apresenta uma série de pesquisas sobre diferentes processos ambientais e sua aproximação com o campo demográfico.

O grupo foi criado em 1990 e teve a sua primeira sessão temática em 1992, em um dos encontros da ABEP. Sua criação parte das tentativas dos demógrafos de se distanciarem de uma visão neomalthusiana e dedicar-se à avaliação dos impactos da degradação ambiental no bem estar da população (HOGAN, 2001; MARANDOLA E HOGAN, 2007; MARQUES, 2010).

Marandola e Hogan (2007) consideram que uma das questões que acompanhou o GT foi o de sua legitimidade como grupo de trabalho em Demografia. Caracterizado pela interdisciplinaridade, resultado da participação de pesquisadores de diversas áreas, tinha a construção epistemológica dos métodos e objetos de estudo como um de seus desafios a ser sanado. Ainda que os mesmo autores afirmem que este caráter interdisciplinar seja uma vantagem, por trazer novos temas e metodologias e por facilitar a difusão de conhecimento tanto no campo acadêmico quanto político, ele pode eventualmente relegar os debates ao âmbito meramente populacional – isto é, apenas incluindo a população como uma das variáveis a serem analisadas – afastando os trabalhos das questões especificamente demográficas.

Há tempos a relação entre população e ambiente vem sendo debatida entre os estudiosos da Demografia brasileira, e algumas reflexões fundamentais já foram elaboradas. Dentre as iniciativas, o maior exemplo se dá nos estudos desenvolvidos por Daniel Joseph Hogan (1942-2010), que teve um papel fundamental tanto na difusão dessa linha de pesquisa na Demografia quanto na criação do GT. Hogan teve um papel essencial na realização de pesquisas e na abordagem de temas ambientais dentro do escopo das ciências humanas, atuando em diferentes áreas. “Seu trabalho nos departamentos de Geografia,

Ambiente e Sociedade e Demografia tinha como elo as questões ambientais e teve um grande papel no tocante à interdisciplinaridade nesse campo do saber” (MARQUES, 2012, P.2).

Como exemplo de outro estudioso do tema, temos George Martine. Sua publicação “População e Meio Ambiente: Verdades e Contradições” (1993), até hoje tem sido utilizada por diversos pesquisadores nas áreas de ciências sociais, geografia, e da própria demografia, para instigar o debate de temas relacionados a questões ambientais, urbanas e rurais (TORRES e COSTA, 2000).

Questões referentes às implicações ambientais ressurgem com mais intensidade e difusão em uma escala global. Sua relevância se dá, sobretudo, pelas alterações climáticas, muito relacionadas à uma visão neomalthusiana clássica de pressão do crescimento demográfico sobre os recursos naturais. Esse ressurgimento é acompanhado pelo velho fantasma do desenvolvimento, buscando compreender a relação população e ambiente a partir da lógica global do desenvolvimento.

Se de fato não existe uma preocupação dos demógrafos quanto ao volume populacional, podemos dizer que a demografia busca entender os nexos mais específicos na relação entre números e recursos, olhando, por exemplo, para as componentes da dinâmica demográfica (fecundidade, mortalidade e migração), percebendo suas relações particulares com a problemática ambiental (TORRES e COSTA, 2000; HOGAN, 2001, 2007). Essa relação se dá, principalmente, pela compreensão entre população, ambiente e desenvolvimento e suas interações no espaço.

O “velho” e o “novo” no debate população, espaço e ambiente.

Ao realizarmos este estudo, identificamos que iniciativas semelhantes já haviam sido desenvolvidas por outros autores, com perspectivas próximas, buscando identificar questões, temas e mudanças que ocorreram ao longo da existência do GT PopEA. Entretanto, tais trabalhos fazem uma revisão mais específica e detalhada sobre os estudos, principalmente porque sintetizam o número de trabalhos publicados nos encontros da ABEP e os demais estudos desenvolvidos em população, espaço e ambiente. Este estudo faz uma reflexão

pautada em algumas publicações, um pouco menos detalhado se comparado, principalmente, ao estudo de Marandola e Hogan (2007), aqui aproveitado como uma forma de complementar a discussão que nos propomos fazer.

O texto de Marandola e Hogan (2007) faz um balanço das atividades do GT População, Espaço e Ambiente, destacando as publicações produzidas, a evolução dos temas abordados, os pesquisadores envolvidos e as agendas futuras para trabalhos do grupo de pesquisa.

Os autores iniciam comentando a respeito do fato de as temáticas e as discussões no GT caminharem no sentido oposto àquele que se ocupava em avaliar a pressão dos números sobre os recursos naturais – isto é, abordagens que tratavam da questão ambiental sob a ótica neomalthusiana. Hogan (1992) coloca que até o início dos anos 1990, dificilmente encontravam-se publicações na área de população e ambiente que se propunham a ir além deste tipo de abordagem.

O artigo divide os *abepianos* em três gerações, de acordo com a época em que iniciaram suas atividades e inseridos em três fases de evolução nas quais os autores do texto dividem as atividades do GT – Vislumbres, Precursores e Consolidação. A primeira delas se estende de 1978 a 1986, quando a questão ambiental estava sendo discutida, mas não havia sido totalmente incorporada às ciências sociais, sendo inclusive ainda discutida a validade da criação de um GT nesta área dentro da ABEP. Nesta época, já apareceriam temas que perdurariam até a publicação do artigo: a colonização/fronteira amazônica e as condições de vida nas cidades. A segunda fase se deu de 1988 a 1990, já com a apresentação de trabalhos com temática explícita de população e ambiente. A última fase se deu a partir de 1992, quando o GT de população e ambiente participou do encontro nacional da ABEP, atuando em três sessões temáticas que abordaram temas como degradação de recursos hídricos, espaço urbano e ambiente e Estado e ecologia.

Quanto ao escopo metodológico das publicações apresentadas, os autores identificaram três eixos principais: (1) a inclusão da abordagem espacial, (2) a discussão metodológica, (3) aplicação de tais metodologias abrangendo aspectos quali-quantitativos. No que se refere às problemáticas, estas estariam principalmente em torno de questões sobre a distribuição espacial da população,

nas escalas da cidade e da região, enfocando os fenômenos de risco e vulnerabilidade, mobilidade e produção e uso do espaço, conforme figura a baixo:

Figura 01: Principais problemáticas e enfoques no estudo da relação P-A no Brasil e suas escalas espaciais de análise.



Fonte: Marandola e Hogan (2007 p.211)

Marandola e Hogan (2007) mostraram em seu estudo, de maneira detalhada, os aspectos mais importantes nos trabalhos de população e ambiente. O GT PopEA cumpriu as condições necessárias para ser justificado como um grupo de trabalho, estabelecendo questões específicas à área e contando com um grupo de pesquisadores que as exploram. Marandola e Hogan (2007) concluem ainda que o tema população e ambiente já teria se consolidado e estaria em uma fase de busca pelo desenvolvimento de metodologias específicas. Entretanto, ainda é necessário o desenvolvimento de metodologias comuns à área, além da integração de variáveis da dinâmica demográfica e suas implicações em termos ambientais.

Marques (2012), em um trabalho publicado no XVIII Encontro Nacional da ABEP, propôs uma reflexão teórica sobre a incorporação da categoria espaço, como parte importante dos desafios teóricos, e metodológicos assumidos pelo campo da demografia ambiental. O autor enfatizou a importância do conceito de

espaço já compreendido nos estudos do GT PopEA, destacando alguns aspectos limitantes para o avanço das preocupações ambientais no campo demográfico. Parte de seu estudo também foi dedicado a revisar trabalhos, especificamente do GT PopEA da ABEP, refletindo se o modo de estruturação de tais estudos estimulam o pensar de uma demografia espacial e ambiental no país. O autor aborda principalmente a importância do conceito espaço como variável a ser incluída nos estudos demográficos, compila os estudos desenvolvidos no âmbito do GT PopEA ao longo de sua existência e analisa os temas publicados nos encontros da ABEP de 2008 e 2010.

A partir destes trabalhos nota-se que as publicações e pesquisas desenvolvidas no campo de População e Ambiente são bastante extensas e abrangem temas já recorrentes nos estudos demográficos desta área. No âmbito do GT PopEA, algumas temáticas já se consolidaram (mobilidade; vulnerabilidade e risco; urbanização e mudanças climáticas) e continuarão a ser estudadas.

Existe um avanço significativo no desenvolvimento dos temas, importantes para repensar o avanço das pesquisas e reconhecer a importância das políticas públicas na questão ambiental, bem como da disponibilidade de dados. Contudo, é preciso estar atento às novas propostas, ao resultado destas propostas na sequência de tais estudos, que de certo modo nos dão a impressão de novos problemas quando, na verdade, retratam velhos problemas em novos tempos.

Nesse sentido, separamos algumas publicações que consideramos importantes e que acabam revelando um marco temporal da discussão, no qual percebemos quais eram as preocupações iniciais, os caminhos apontados, onde esses caminhos nos levaram e o que vemos hoje.

O marco temporal dos estudos

As pesquisas desenvolvidas durante todo período de existência do grupo de trabalho na ABEP foram marcadas por uma série de publicações que reuniram os principais temas discutidos conforme as necessidades se faziam. Nota-se que o caráter central das discussões permanece o mesmo, mas o direcionamento das temáticas mudou em alguns aspectos.

População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.

Este livro reúne uma série de pesquisas frutos da iniciativa do grupo de trabalho população e ambiente – naquele momento recém-criado - objetivando desenvolver pesquisas e discussões sobre os temas população, ambiente e desenvolvimento. Os estudos representam o avanço na compreensão da relação entre população e ambiente, diferenciando essa problemática a nível global e a nível internacional, procurando situar a discussão no contexto das perspectivas de desenvolvimento que se anunciam para o futuro.

O livro apresenta oito estudos que nos dão um panorama geral da discussão sobre população ambiente e desenvolvimento, buscando mostrar outros elementos por traz da visão neomalthusiana. Dada a extensão dos trabalhos e o detalhamento das pesquisas, resumimos aqui os temas centrais da discussão proposta no livro.

George Martine explicita as diferenças na conformação da problemática ambiental no cenário global e nacional e mostra como a dimensão demográfica assume um perfil diferenciado em distintas regiões e países. Nesse sentido, considera os padrões de produção e consumo, característicos da industrialização e do desenvolvimento, como variáveis centrais da problemática ambiental global. O próprio modelo de desenvolvimento adotado pelas sociedades modernas é considerado como agravante dos problemas ambientais, e não o volume e crescimento demográfico.

O texto de Hogan aborda um tema bastante recorrente nos estudos de população e ambiente naquele momento. Ele analisa, a partir do incidente ocorrido no município de Cubatão na década de 80, a relação entre industrialização, migração e bem-estar em outro contexto e sob outra ótica, abordando especificamente o papel dos movimentos migratórios na determinação das vítimas da poluição no polo sidero-petroquímico de Cubatão.

Os problemas ambientais ocorridos em Cubatão revelam a ausência de atenção dada à problemática ambiental predominante nos anos sessenta e setenta, entendida a partir do clima de protecionismo criado “para o grande capital garantido pelo governo militar, e pelo controle de movimentos sociais e da imprensa” (p. 127).

Hogan enfatiza como preocupação central os problemas causados pela indústria ao ambiente e à população, avaliando que, se por um lado temos um agravante ambiental, por outro temos os fatores sociais que implicam na permanência de população nesses lugares. Seu estudo revela questões relacionadas a um contexto onde a população ainda não reconhecia (ou apenas ignorava) os efeitos ambientais e insalubres decorrentes da implantação da indústria em Cubatão, justificada principalmente pelo dilema estabelecido em torno das escolhas de se ter um trabalho, uma moradia e viver em um lugar insalubre.

O livro encerra a discussão com o texto de Carlos Viner, mostrando que os atuais problemas ecológicos têm sido abordados fundamentalmente através de dois elementos inter-relacionados da evolução humana: tecnologia e crescimento populacional. Baseia-se na consciência adquirida sobre como os princípios da ecologia conduzem ao reconhecimento de que toda a atividade humana tem um custo ecológico a ela vinculado, o que significa que qualquer intervenção nos sistemas e processos naturais deve considerar a capacidade de sustentação, a elasticidade, e a diversidade da base de recursos naturais.

População e meio ambiente: debates e desafios

Este livro, organizado por Haroldo Torres e Heloisa Costa, apresenta “um conjunto sofisticado e plural de reflexões sobre população e meio ambiente no Brasil” (p.18). Conforme exposto nas páginas de apresentação, a obra aborda o amadurecimento do debate sobre população e meio ambiente no Brasil, reúne umas das primeiras publicações para divulgar a série de trabalhos produzido pelos pesquisadores do GT PopEA e resume os principais temas debatidos naquela década.

O livro tratou de temas considerados mais urgentes e de necessária continuidade para o debate sobre população e ambiente., explorando os diferentes contextos regionais do Brasil, resumido em quatro sessões.

Na primeira delas, “Caminhos do Debate”, Daniel Hogan, Haroldo Torres, João Antônio de Paula e Roberto Monte-Mór trazem novos aspectos teóricos e metodológicos para o tema, refletem a respeito da tradição histórica da visão

neomalthusiana da pressão populacional sobre os recursos naturais e apontam os principais caminhos para a reflexão empírica e os novos rumos a serem adotados. Neste primeiro bloco de discussão, é bastante debatida a preocupação dos demógrafos com a questão ambiental, voltada principalmente para entender a relação entre números e recursos, olhando para os aspectos mais centrais da dinâmica demográfica (mortalidade, fecundidade, migração), bastante presente no texto de Daniel Hogan.

Na segunda sessão, “Capacidade de Suporte em Ambientes Tradicionais”, três textos são reunidos e mostram a dinâmica populacional em áreas rurais não atingidas pela modernização agrícola, compilando estudos de caso desenvolvidos por Marília Carvalho Brasil, Débora Lima e Edna Castro, e ainda Eduardo Ribeiro e Flavia Galizoni. A importância desta sessão está no fato de trazer o tema da dinâmica populacional e das mudanças no uso e cobertura terra aparece na discussão. Também é discutido como este tipo de pressão se constrói a partir das diferentes formas de organização social sobre lógica da exploração dos recursos, refletindo questões sobre a distribuição da população no espaço e da capacidade de suporte.

Na sessão intitulada “Novas Configurações de Ambientes em Construção” os autores Heloisa Costa, Edmilson Junior, Daniel Hogan et al, e Suzana Taschner privilegiam a discussão sobre a transformação dos ambientes urbanos e os distintos processos de transformação do espaço. Nela se reflete sobre temas bastante distintos, mas, que de certa forma, remetem às questões dos diferentes processos do “ambiente em construção”, resultado da interação entre natureza e sociedade e as relações desiguais de poder. É importante destacar três temas centrais nesse bloco de discussão: o primeiro reflete a falta de planejamento urbano nas grandes cidades e resume a questão dos espaços para as populações de baixa renda em ambientes construídos; o segundo, não muito distante do primeiro, retrata os processos de favelização e os riscos que a população nesses espaços corre diante dos desastres ambientais; e o terceiro reflete a expansão imobiliária e a lógica desse mercado, principalmente na cidade de São Paulo.

O livro encerra a discussão com uma sessão sobre “Riscos Sociais e Ambientes Industriais”, abordando uma das questões que se mostravam centrais

no grupo de população e ambiente naquela década: “em que condições determinadas extratos da população se colocam em posição de maior vulnerabilidade frente às consequências ambientais e atividades industriais” (p.17). Partindo desta pergunta, Marcelo Porto, Carlos Freitas e Tania Braga, resumem alguns dos tópicos que se faziam presentes, como organização do trabalho, os processos técnicos de produção, o problema da qualidade de vida das populações urbanas, sujeitas a situações extremas de poluição e da ausência de políticas ambientais eficientes.

As pesquisas apresentadas neste livro perpassam temas muito distintos e reúnem uma série de problemáticas que ainda remetem à primeira publicação de Martine (1993). Elas também mostram o avanço nos estudos de população e ambiente no Brasil, ao mesmo tempo em que apontam alguns desafios que o GT PopEA precisaria vencer, além dos passos a serem dados a partir de então.

População e ambiente: desafios à sustentabilidade

Este livro está entre os 10 volumes dedicados à série *Sustentabilidade*, coordenada por José Goldenberg. A série *Sustentabilidade* reflete alguns desafios a serem alcançados pelos governos em termos de políticas públicas frente ao atual modelo de desenvolvimento. Este volume foi organizado por Daniel Hogan, Ricardo Ojima e Eduardo Marandola, e traça uma visão geral sobre o campo de população e ambiente, abarcando as principais questões da área e visando problematizar algumas das questões relacionadas à P-E-A. Os autores desenvolvem suas questões em cinco tópicos: Espaço-tempo; Tendências; Consumo; Espaço e Tempo-espaço, considerados como palavras-chave para pensar a sociedade contemporânea e o ambiente em constante processo de mudanças.

Ao discorrerem sobre “Espaço-tempo” como parte introdutória da discussão proposta no livro, os autores remetem a questões desafiadoras para lidar com a problemática ambiental quando comparadas a outras partes de um mesmo sistema, onde a população e o meio ambiente tenham a mesma importância. Olhar para a relação entre população-ambiente pensada como desafio à sustentabilidade requer a “compreensão da dinâmica demográfica e da

distribuição espacial da população, bem como das questões dos limites ao crescimento e da amplitude das mudanças ambientais” (p.14). Esses são os pontos que introduzem a discussão central deste livro.

No tópico sobre “tendências”, os autores refletem sobre as tendências demográficas e as abordagens teóricas e metodológicas que se relacionam com as mudanças na relação população-ambiente. Assim, fazem uma crítica sobre a visão Malthusiana, e retornam à discussão clássica sobre a pressão populacional sobre os recursos ambientais, a fim de se desprender desta visão e deslocando o debate para aspectos como mobilidade e a distribuição populacional, refletindo sobre os papéis simultâneos na relação homem-espaço-ambiente, apresentados a partir de uma proposição multiescalar e multidimensional.

O tema “consumo” é apresentado como algo mais preocupante do que propriamente a explosão demográfica, pois quando pensado dentro da relação P-A, não se trata exatamente de quantas pessoas existem, mas do quanto essas pessoas consomem. Ao fazer a relação entre explosão demográfica e transição demográfica, os autores mostram a ampliação do alcance das interações entre as nações e seus distintos processos, econômico, político e sociais. D’Antona (2010) considera que esta interação revela a conexão entre outros processos, por exemplo, a transição demográfica e a transição urbana não podem ser pensadas como separadas uma da outra, pois “desloca o foco para o modo de vida nas cidades e para a correspondente alteração no padrão de consumo” (D’ANTONA, 2010, p. 2). A transição urbana, por um lado, é vista como potencial acesso ao consumo de bens e serviços essenciais para a população, mas por outro, trouxe desafios quanto à capacidade de se oferecer tais serviços de maneira adequada e sem desperdícios.

O livro encerra a discussão com a relação inversa à que foi apresentada no primeiro tópico, isto é, “Tempo – Espaço”. Esta inversão, no entanto, se coloca de maneira reflexiva para pensarmos *tempo-espaço* futuro como um campo desconhecido, pelo qual todos teremos de caminhar. Os autores desenvolvem uma discussão bastante atual sobre mudanças climáticas, incluindo o conceito de vulnerabilidade, que é apresentado com outros termos, para discussão sobre a sustentabilidade (adaptação, mitigação, riscos, perigos e resiliência).

A vulnerabilidade é discutida no texto como o outro lado da sustentabilidade: o aumento de uma provocaria a diminuição da outra, ou seja, o aumento da sustentabilidade dependeria da diminuição da vulnerabilidade. De certo modo, ambas estão direcionadas para o futuro, mas ao mesmo tempo representam um indicativo de direções contrárias, pois, para atingirmos a sustentabilidade plena, seria necessário “eliminar as vulnerabilidades socialmente produzidas e espacialmente localizadas, ainda que persistissem vulnerabilidades específicas a riscos controlados” (p.93).

O livro se encerra com um desafio lançado pelos autores, desafio este que na verdade já é bem conhecido nos estudos de Hogan (2007). Ele acreditava ser possível, pensando na maneira como a ciência demográfica havia avançado diante das questões ambientais, vislumbrar uma futura Demografia Ambiental. Assim, o desafio está em aceitarmos que o debate populacional não se resume à pressão dos números sobre o ambiente, e assumirmos uma demografia ambiental que contribua de forma sistemática para compreensão e construção de um mundo sustentável.

Nesse texto vimos e revimos uma série de temas e conceitos que se mostravam ainda incipientes nas pesquisas demográficas. Temas como mudanças climáticas, problemas urbanos, degradação de ecossistemas e contaminação, riscos e perigos mais diversos, conforme ressaltam os autores, são desafios que se colocam diante da sociedade a fim de vencer a vulnerabilidade da população e do ambiente.

Resultados e discussão

A visão do crescimento populacional como agravante de problemas ambientais aparece com força na década de 1970, quando o grupo de cientistas e profissionais liberais agremiados sob o nome de *Clube de Roma* publica o livro **Limites do Crescimento**, buscando analisar os limites do crescimento econômico à luz da perspectiva neomalthusiana.

Vários estudiosos reagiram à esta abordagem, buscando alertar para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas. Nesse momento, era atribuído

um papel secundário à crise ambiental. O que não deixou de existir foi a visão antropocêntrica dada à problemática ambiental.

Pensar a problemática ambiental a partir da compreensão da dinâmica demográfica e da distribuição espacial da população, bem como avaliar as questões dos limites ao crescimento e a amplitude das mudanças ambientais são elementos importantes nas questões contemporâneas da relação população, ambiente e desenvolvimento (MARANDOLA e OJIMA, 2010).

Os padrões de consumo, assim como o uso de recursos naturais pelos meios produtivos, também são apontados como importantes fatores conectivos das variáveis *população, desenvolvimento e ambiente*. Os impactos ambientais derivariam, então, da pressão causada pelo crescimento do consumo de bens, assim como da demanda por energia e produção de resíduos, modelo de desenvolvimento conhecido por *throughput growth* (MARTINE, 2014). Mello e Hogan (2007) colocam que a ascensão de milhões de pessoas à categoria de consumidores certamente terá impacto ambiental importante. O dilema que se apresenta, portanto, é o de que uma maior distribuição de renda, de certa forma, implicaria em maior pressão sobre o meio ambiente, se mantidas as condições atuais de desenvolvimento.

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos algumas das questões sobre os estudos demográficos que compõem a relação população, ambiente e desenvolvimento, procurando mostrar como a demografia vem avançando nesta área, particularmente, nas publicações brasileiras referentes ao GT PopEA.

Dentre os temas mais recorrentes discutidos foram identificados (a) consumo, que tem avançado na discussão e passou a ser o tema central; (b) economia de baixo carbono, que surge como estratégia para conter um determinado padrão de desenvolvimento; (c) mudanças climáticas, que ressurgem com maior força nos estudos de populações; e, (d) processo de urbanização, relacionado ao que muito se discute nos estudos urbanos, em especial ao fenômeno caracterizado como de espraiamento (*urban sprawl*).

Referências bibliográficas

BUENO, M.; Dagnino, R. (2011). População em Unidades de Conservação da Amazônia Legal: estimativas a partir da Contagem Populacional 2007. In: Dinâmicas demográficas e ambiente. Campinas: NEPO/Unicamp.

BUENO, M.; DAGNINO, R.; D'ANTONA, A. Estimating population in protected areas of the state of Amazonas, Brazil. In: European Forum for Geostatistics, Lisboa – 2011.

CARMO, R.L. A água é o limite? Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo. Campinas. Tese de Doutorado em Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. População, ambiente e sustentabilidade: desafio à demografia ambiental. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2011.

HOGAN, D. J. Marandola Jr, E. OJIMA, R. (org.). População e ambiente: desafios à sustentabilidade. São Paulo, SP: Blucher, 2010.

_____. Demographic dynamics and environmental change in Brazil. *Ambient. soc.* [online]. 2010.

_____. Indicadores sócio-demográficos de sustentabilidade. Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de População (NEPO)-UNICAMP, Vol. 1. 2001.

MARTINE, G. (ed.); Ojima, R. (org.). População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira. Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.

_____. (org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdade e contradições. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. As grandes conferências da ONU – Disponível em: <http://goo.gl/rDfTS6>.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D.J. Em direção a uma demografia ambiental? Avaliação e tendências dos estudos de população e ambiente no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 24, n. 2, p. 191-223, jul./dez. 2007.

MARQUES, Cesar. Desafios teóricos e tendências recentes na demografia espacial e ambiental brasileira. Trabalho apresentado no XVIII Encontro

Nacional de Estudos Populacionais. realizado em Águas de Lindóia – MG – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

MELLO, L. F.; HOGAN, D. J. População, Consumo e Meio Ambiente. In: HOGAN, D. J. (Org.). Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População. 2007.

TORRES, H.; COSTA, H. (org.). População e meio ambiente: debates e desafios. 2. Ed. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2006.

CAPÍTULO 3

UM OUTRO DES(ENVOLVIMENTO) É POSSÍVEL! AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA CRIAÇÃO DO MOVIMENTO MOEDA VERDE, IGARAPÉ-AÇU/PA

DOI: 10.36599/itac-peam.0003

Andreza Lima Araújo¹³

Carolina do Socorro Ferreira Magalhães¹⁴

Mariana Neves Cruz Mello¹⁵

Resumo: Este artigo aborda as ações e ferramentas de mobilização social empreendidas pelos organizadores do projeto Movimento Moeda Verde na cidade de Igarapé-Açu/Pará, para criar e fomentar um movimento popular que promovesse o desenvolvimento sustentável local, através da troca de materiais recicláveis por moeda social com poder de compra em mais de 52 comércios cadastrados pelo projeto. O artigo traz uma reflexões teóricas acerca de moeda social e educação ambiental para, então, relatar as experiências vivenciada com o estabelecimento do movimento moeda verde e com a criação de uma moeda social de mesmo nome, que estimulou laços de solidariedade, confiança e reciprocidade entre todos os envolvidos, promovendo a retenção de riqueza dentro de seu território geográfico e ao mesmo tempo revelam o seu poder transformador quando fomentam a educação ambiental e o desenvolvimento econômico, social e cultural no município de Igarapé-Açu.

Palavras - chaves: Espaço geográfico. Movimento Popular. Moeda Social. Moeda Verde. Confiança.

Introdução

O Movimento Moeda Verde nasce em um contexto ambiental ameaçado pela destruição dos ecossistemas locais causado, em grande parte, pelo descarte inadequado de lixo nas nascentes dos igarapés e rios que circundam o município de Igarapé-Açu, localizado na região nordeste do estado do Pará (MAGALHÃES, 2018; PINHO, 2018).

Neste cenário, houve a proposta de mobilização social através de rodas de conversas utilizadas pelo Movimento como um propulsor econômico fundamental para o êxito da ação – a troca de material reciclável por moeda social.

¹³Coordenadora do Movimento Moeda Verde. anasclaraelis@gmail.com.

¹⁴Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, pós graduação em gestão ambiental e graduação em Administração pela Uni-Anhanguera, Goiás. magalhaes.carol@yahoo.com.br.

¹⁵Professora Dra. Em Ecologia Aquática e Pesca. Mncruz1988@gmail.com.

A proposta da adoção de uma moeda social denominada de **moeda verde** cuja circulação restringe-se ao município de Igarapé Açu, alinha-se à perspectiva de uma economia solidária sem a premissa da acumulação, baseada em um princípio de solidariedade, cooperação e autogestão com gradativa promoção da melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos (SOARES, 2011), estabelecendo relações de “confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária” (SOARES, 2009, p. 55).

Todavia, o moeda verde, para além da proposição da moeda social, associou a aquisição desta moeda a uma proposição de educação ambiental, tendo por público alvo, primeiramente, as crianças de Igarapé-Açu. Com a estratégia do envolvimento das crianças no recolhimento dos resíduos sólidos e rejeitos familiares pretendeu-se o engajamento e promoção da educação ambiental, o despertar de uma consciência ecológica e provocar a reflexão e mudança de comportamento em relação ao descarte inadequado de materiais recicláveis (MAGALHÃES, 2018).

Com isto, criou-se uma metodologia de identidade geográfica própria, recriando e adaptando a tecnologia social com o uso da moeda verde aos moldes da experiência dessa sociedade. Desta forma, o moeda verde não demandou pela criação de um banco de trocas de moedas, mas demandou por um espaço de triagem de materiais e troca destes materiais por seu equivalente em moeda verde, onde cada moeda verde equivalia ao mesmo valor da moeda nacional vigente, conforme figura 1:

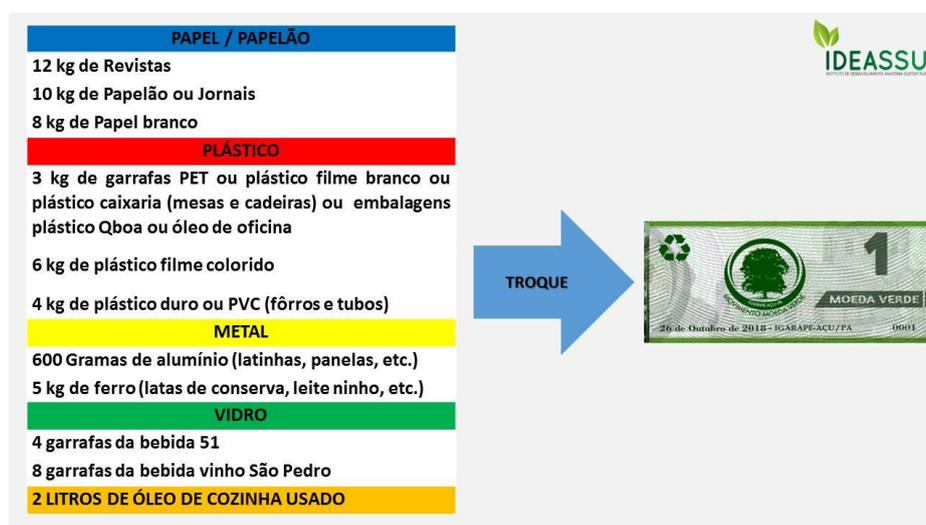


Figura 1: Equivalência de troca de resíduos sólidos por Moeda Verde.

Fonte: ROSÁRIO V. L. Do. Relatório de estágio supervisionado, 2019.

As experiências e aprendizagens do Movimento Moeda Verde instrumentalizam a prática do desenvolvimento sustentável na medida em que oportunizam a retenção de riqueza dentro de seu território geográfico e ao mesmo tempo revelam o seu poder transformador quando fomentam a educação ambiental e o desenvolvimento econômico, social e cultural no município de Igarapé-Açu.

Por todo o exposto, torna-se relevante compreender como o uso das ferramentas de articulação para a mobilização e engajamento social aos objetivos de redução do descarte inadequado e estímulo a seleção e coleta seletiva de lixo propostas pelo Movimento Moeda Verde através do uso de uma moeda social, promoveram resultados e alianças que permitiram a consolidação do Movimento em seu território, a criação de uma startup socioambiental e a projeção nacional da cidade de Igarapé-Açu como referência em educação ambiental para a reciclagem, a partir de ações emanadas por sua sociedade civil organizada.

Este artigo baseia-se nos relatórios produzidos ao longo de 18 meses de existência do movimento Moeda Verde, conta também com o relato de experiência de suas idealizadoras e destaca, não apenas uma versão do que é um movimento popular, mas aproxima o caminho teórico científico à vida cotidiana dos moradores do município de Igarapé Açu.

Este relato de experiência se propõe-se a descrever a vivência do Movimento Moeda Verde no espaço geográfico de ações do município de Igarapé-Açu, localizado na região nordeste do estado do Pará desde a sua criação em 17 de agosto de 2018 até dezembro de 2019, através da operação da sua startup socioambiental denominada Central de Valorização de Resíduos – espaço físico responsável pela troca, triagem, armazenamento e comercialização do material reciclável coletado e/ou trocado pela moeda verde.

Tecnicamente pode-se apontar como metodologia o plano de ação imediata (PAI), ou 5w2. Entretanto, o caminho sugere planejamento da ação constituído na base do diálogo, com muitas idas e vindas, aliados a animação e reflexão de ideias. Quando relatada a experiência é importante imaginar como

ela se conectaria com os conceitos de movimento popular, espaço geográfico e desenvolvimento local para que não seja mero encaixe, mas a construção de forma consolidada da metodologia de comunicação e diálogo, animada por reflexão do que se vivencia no entorno, como por exemplo, o descarte inadequado do lixo – uma preocupação mundial.

Neste sentido, acredita-se que o uso do relato de experiência associado aos documentos técnicos produzidos pelo movimento, trabalhos acadêmicos publicados por outros pesquisadores sobre as contribuições do Movimento Moeda Verde em Igarapé-Açu para o campo científico, sejam capazes de reunir os diversos elementos descritos através da retratação racional da experiência vivida pelo Movimento Moeda Verde, cuidando para que a produção do texto não fosse, de forma alguma, uma narrativa subjetiva, emotiva e nem mesmo uma divulgação aleatória e pessoal das autoras.

O movimento moeda verde igarapé-açu: novos olhares sobre o meio ambiente

Sobre movimento popular, Gonh (2012, p. 22), diz que ele “busca resgatar os descontentamentos, os valores e ideologias por intermédio de uma visão que almeja envolver, principalmente, a identidade coletiva e a interação de sua cultura”.

Alain Touraine (1996) destaca que os movimentos populares geralmente estão envolvidos em temas universais, que a seu tempo observam os princípios da liberdade, igualdade e justiça. Nota-se, portanto, que os movimentos populares estão na base da sociedade, concentrando os desafios sociais os quais nos afetam de forma conjunta.

Nesta linha de análise, o Movimento Moeda Verde na cidade de Igarapé-Açu funciona como uma força sinérgica que atrai os iguais no sentido de desejos e sonhos coletivos para fortalecer a sociedade democraticamente nas suas conquistas e construções sociais.

Araújo (2015) explica que o espaço geográfico está alicerçado na demonstração à natureza dimensionada espacialmente e em sociedade, quer seja natural (rios, serras, florestas, clima, etc.) ou artificializada (praças, prédios

públicos, casas, cultivos). Neste entendimento “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido” (SANTOS, 1997, p.70). Santos (1997, p.44) revela que “em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”.

Assim, o espaço geográfico é uma caracterização do perfil das relações sociais e naturais materializadas em formas e significados que são dadas e conferidas pelas ações sociais humanas no meio ambiente.

Neste cenário, o conceito de desenvolvimento local possibilita o encontro entre teoria científica e prática porque defende o alinhamento das ações de desenvolvimento econômico e ambiental com a boa qualidade de vida para as gerações atuais e futuras (BRUNDTLAND, 1988). Silveira e Reis (2001, p.158) aplicam o conceito base de desenvolvimento sustentável ao de desenvolvimento local definindo-o como um “fenômeno pelo qual tornam-se dinâmicas as potencialidades territoriais locais por meio da interação de fatores humanos, sociais, econômicos, físicos e ambientais”.

A partir destas premissas, associadas a possibilidade de um desenvolvimento sem acumulação respeitando os moldes sociais existentes no município, fortalecendo os laços de solidariedade e confiança entre os moradores, bem como construindo novas relações entre os moradores e o meio ambiente, pensou-se na organização de um movimento social que pudesse estabelecer relações virtuosas com seu espaço geográfico, construindo novos valores e novas relações éticas entre os envolvidos.

O Movimento Moeda Verde é um movimento popular pluripartidário formado por moradores da cidade de Igarapé-Açu para realizar, coletivamente, ação de educação ambiental. Propõe a troca de material reciclável por uma moeda verde com efetivo poder de compra no comércio local cadastrado pelo projeto. Posteriormente, o material reciclável coletado, é vendido para empresas recicladoras da cidade e região do entorno. Com o dinheiro da venda, a moeda verde é comprada dos comerciantes e um novo ciclo de mobilização se inicia, conforme demonstra a Figura 2:



Figura 2: ciclo de mobilização do Movimento Moeda Verde
Fonte: Arquivo do projeto, 2018

O projeto foi inspirado na experiência da Secretaria de Saúde da cidade de Santa Cruz da Esperança, SP, para ser adaptado e elaborado coletivamente a partir de rodas de conversas denominadas pelos organizadores do Movimento de “Café com ideias”.

Lisboa & Dias (2019, p. 44) destacam que:

O projeto foi idealizado para atingir as crianças e suas famílias. O público é a cidade de Igarapé-Açu, mas o alvo no lançamento foram as crianças. Atualmente não se perdeu esse foco, mas ampliou-se a faixa etária de idade para todas. Trouxe consigo a ideia de centralizar as crianças frente ao projeto pois além de serem sujeitos que estão em decorrentes (sic) aprendizagens, necessitam desde cedo compreender a importância de uma educação ambiental tornando-se sujeitos ideais para o início projeto.

O convite para adesão popular, inicialmente, foi feito através da rede social *Facebook* no dia 17 de agosto de 2018. As rodas ganharam volume e tornaram-se itinerantes, acontecendo nos quintais das casas dos moradores da cidade que se dispunham a receber o movimento e a participar da mobilização. A Figura 3 ilustra a adesão popular durante as rodas de conversas, onde foi possível discutir de maneira participativa e coletiva as ações, bem como, as dificuldades e desafios para realizá-las:



Figura 3: Rodas de Conversas para divulgação do Movimento e engajamento popular.

Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2018.

Sendo assim, o Movimento nasce com o objetivo principal de sensibilizar a população local para a importância da seleção de resíduos domésticos e da reciclagem através da troca de material reciclável por moeda verde. Com esta ação esperava-se: **a)** Proteger e preservar os ecossistemas locais com o aumento dos índices de reciclagem do município; **b)** Gerar renda para a população através da troca de material reciclável (papel, papelão, plástico e alumínio) pela moeda verde; **c)** Estimular a implantação da coleta seletiva com o intuito de reduzir o descarte inadequado de recicláveis que sujam a cidade, poluem os igarapés da região e colocam em risco a saúde humana; **d)** reduzir os custos com a coleta de lixo e a limpeza pública através da diminuição do número de recicláveis enviados para o lixão da cidade.

O grupo mobilizador, em sua maioria, foi composto por pessoas comprometidas com a causa ambiental e com a preservação das belezas naturais do município, sendo todos moradores da cidade que compartilhavam do interesse em concretizar uma ação coletiva de transformação da realidade social em conformidade com o que afirma Touraine (1996), quando destaca que o surgimento de movimentos populares geralmente está envolvido com a tentativa de resolução de dilemas universais, resgatando e preservando os princípios da liberdade, igualdade e justiça social aplicados a contextos específicos.

Rapidamente e de modo expressivo, o movimento ganhou a simpatia popular, surgindo a necessidade de engajar novos parceiros, inclusive organismos internacionais que se dispunham a apoiar a ideia, mas se ressentiam da ausência de documentos jurídicos que pudessem formalizar tal parceria.

Com o objetivo de garantir a legitimidade das ações do movimento, a coordenação do Moeda Verde iniciou diálogo com o corpo técnico do Instituto de Desenvolvimento Amazônia Sustentável – IDEASSU, organização da sociedade

civil local com 13 anos de história ligada ao movimento ecológico em Igarapé-Açu. A conversa culminou com a associação do movimento ao Instituto, tornando-se assim um projeto dentro do escopo de atuação do IDEASSU. A aliança foi frutífera e fortaleceu o movimento para que novos espaços de ação fossem conquistados, garantindo a credibilidade institucional para o evento que apresentaria o movimento para a cidade.

O lançamento da ideia do Movimento Moeda Verde foi realizado no dia 26 de outubro de 2018, na Praça do Mercado Municipal, centro, aproveitando a ambiência de aniversário da cidade. Neste primeiro contato o evento recebeu um público de 3.000 pessoas que trocou 2,5 toneladas de material reciclável por 800 moedas verdes em pouco mais de 2h de evento (MAGALHÃES, 2018), conforme Figura 4:



Figura 4: Lançamento da ideia da moeda verde para a cidade de Igarapé-Açu
Fonte: Acervo fotográfico do projeto, 2018.

Ficou estabelecido por meio de relações de confiança que 1 (uma) cédula da Moeda Verde equivaleria a 1 (um) Real da moeda nacional corrente e, na ocasião do lançamento, pôde ser trocada por **7 kg de papel/papelão, 2 kg de plástico ou 0,5 kg de alumínio.**

A ação de apresentação contou com o apoio de 65 parceiros dentre eles: empresários locais, pequenos comerciantes, agricultores, empreendedores sociais, profissionais liberais, artistas, líderes comunitários, Ministério Público, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Universidades, Igrejas e Escolas municipais, estaduais (urbanas e rurais) e recebeu o apoio institucional da Organização das Nações Unidas para a Habitação- ONU-Habitat.

O Movimento seguiu realizando mais dois eventos de troca, dias 14 de dezembro de 2018 e 22 de fevereiro de 2019. Em Março de 2019, decidiu-se

alugar, com recursos próprios e de investidores sociais sensibilizados pelo Movimento, uma prédio situado na Av. Benjamin Constant, 4629, no município de Igarapé-Açu, onde foi possível receber, triar, armazenar e comercializar o material reciclável coletado pelo projeto e também o material reciclável enviado, voluntariamente, pelos comércios da cidade como destinação adequada e em cumprimento de sua responsabilidade socioambiental.

Após 18 meses de operação, a Central de Valorização de Resíduos de Igarapé-Açu – CVRIga enviou para a reciclagem **152 toneladas** de material reciclável, injetando mais de **R\$ 7.000,00** no comércio local através das moedas verdes. Esse volume, embora pequeno, é resultado de uma ação embrionária que tende a crescer exponencialmente e que gera, em pouco tempo, impactos relevantes para a economia e a qualidade ambiental no município, conforme apresentado na Figura 5:



Figura 5: Os números do Movimento Moeda Verde.

Fonte: relatório mensal de movimentação da CVRIga, Fevereiro de 2020.

A CVRIga, aliada às ações do projeto Movimento Moeda Verde é uma experiência inovadora. Cresce exponencialmente a cada dia e entrega resultados importantes que impactam diretamente nos índices de reciclagem, geração de renda, preservação e proteção dos ecossistemas locais. Possui alto potencial de replicabilidade e neste sentido, torna-se uma alternativa sustentável que propõe uma solução imediata para resolver parte do problema que envolve a gestão de resíduos sólidos nos municípios brasileiros. Por isso, encaixa-se perfeitamente

nos preceitos que definem uma Startup Social, conforme literatura técnica do setor disponível no site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Pará.

O Moeda Verde como uma iniciativa popular de ação coletiva educativa consegue materializar as diretrizes apresentadas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2013), que direcionam para a implantação de um projeto de coleta seletiva na cidade economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Neste sentido, colabora para a conservação do meio ambiente e está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas em seus Objetivos 04, 08, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

Uma Pesquisa realizada durante o lançamento da ideia do Movimento para a cidade de Igarapé-Açu por estudantes do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Cônego Calado e voluntários do projeto, aponta que a preservação do meio ambiente é, de fato uma preocupação e que ideias como a da moeda verde encontram facilmente adesão e engajamento popular. Foram entrevistadas 147 pessoas escolhidas de forma aleatória.

O gráfico a seguir demonstra as respostas encontradas a alguns dos questionamentos feitos aos entrevistados:

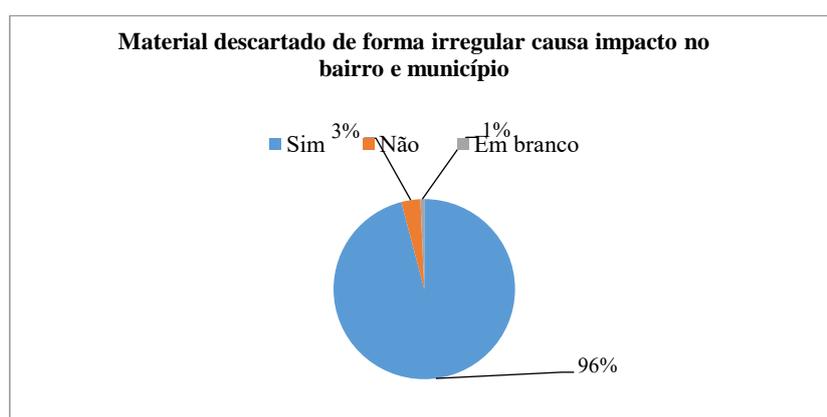


Gráfico 1: Pesquisa com participantes do evento de lançamento da ideia do Movimento
Fonte: EECC e Mov. Moeda Verde Igarapé-Açu, 2018.

Também foi possível mensurar a aceitabilidade do projeto na cidade de Igarapé-Açu, onde obtivemos uma aceitação de 96% dos entrevistados, conforme tabela abaixo:

Gosta da ideia do lançamento Movimento Moeda Verde Igarapé-Açu	Qtde
Sim	142
Não	5
Total	147

Tabela 1: Pesquisa com participantes do evento de lançamento da ideia do Movimento Moeda Verde Igarapé-Açu, 2018. **Fonte:** Geografia EECC e Mov. Moeda Verde Igarapé-Açu, 2018.

O gráfico e a tabela supracitados demonstram a percepção sobre o descarte inadequado dos resíduos sólidos, bem como evidenciam a boa aceitação da comunidade em relação a proposição do movimento moeda verde na cidade de Igarapé Açu, dando margens para a continuidade dos projetos de prospecções para a inserção e circulação de uma moeda social, vinculada a perspectiva de educação ambiental e de novas relações entre sociedade e natureza.

Movimento popular no espaço geográfico: metodologias e construção da prática cotidiana e o cuidado com o meio ambiente

A legitimidade do movimento popular faz-se no espaço geográfico, pois é a relação social da humanidade na esfera local do meio ambiente, a exemplo de uma cidade, que, conferidos pela animação dos sujeitos sociais, constrói o espaço geográfico e/ou os reorganiza.

A pauta do diálogo buscou a realidade das crianças e o descarte dos resíduos sólidos que estão dispostos em muitos lugares de forma desorganizada, sendo despejados nas ruas, nas margens dos igarapés, nos bueiros, bem como no veículo de coleta do lixo diário. Sendo assim, foi no espaço do cotidiano que encontramos o ponto de partida para sensibilizar e animar os diálogos e reflexões com a população de Igarapé Açu.

O movimento popular desperta a força para a realização de ações por um grupo de pessoas (sujeitos sociais), voltado para a convergência de energias e dinâmica de ideias com foco na educação ambiental. Pode-se observar, portanto, a democratização da vida em sociedade e o senso de justiça social e ambiental como a mola propulsora para o diálogo popular, independente da via, seja a mídia, ou olho no olho e/ou outra forma mista de comunicação. As

imagens contidas na figura 6 demonstram o processo de articulação e divulgação do movimento moeda verde, tendo como público alvo, as crianças:



Figura 6: Encontros para planejamento de eventos de educação ambiental
Fonte: Acervo fotográfico do projeto

A partir das reuniões, foram definidas as estratégias de ação e sensibilização dos sujeitos, havendo a definição e organização de frentes de ação e de modo coordenado realizaram um dia de ação para a troca da moeda verde. Desta forma, esta sinergia de ações criou a possibilidade de mudanças da paisagem do lixão existente no município, alterando sua forma espacial, materializando a feição do espaço e tempo geográfico, promovendo outra forma de desenvolvimento local e fortalecendo o movimento popular. A imagem 7 apresenta o vínculo entre o espaço geográfico e o movimento popular:

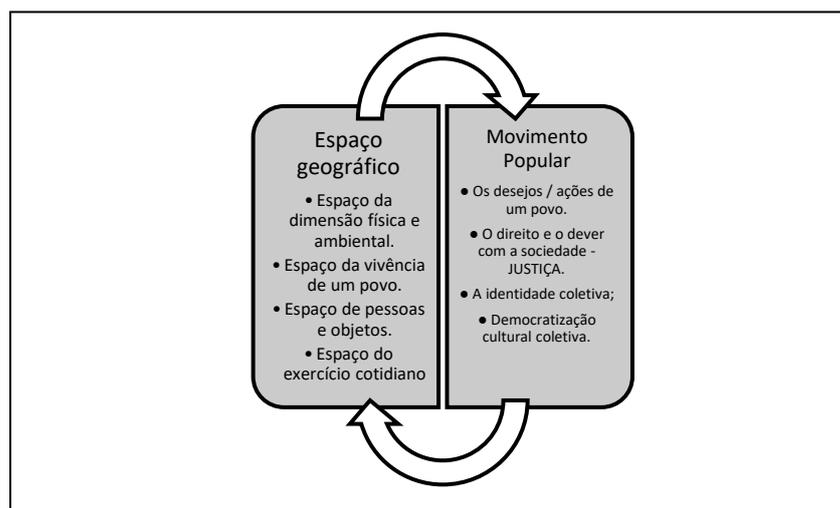


Figura 7: Representação esquemática de interseção espaço geográfico e movimento Popular
Fonte: Araújo, 2020.

O entendimento da metodologia de ação do movimento moeda verde indica a identidade do projeto, a qual se solidificou na intercessão da categoria de espaço geográfico e movimento popular. O Movimento Popular Moeda Verde abre margens para uma vinculação de esforços populares que conduzem para a soberania e autonomia popular por meio do exercício da cidadania de direitos e deveres.

Ao falarmos do movimento popular e o espaço geográfico queremos, não apenas didaticamente relatar e compreender o que é cada um, mas refletir sobre interseção que há entre áreas científicas na sua relação entre a sociedade e o Movimento Moeda Verde, bem como revelar uma forma de identidade da gestão do dilema sobre o descarte dos resíduos produzidos e presentes no espaço geográfico. É como se a sociedade naturalmente levantasse questionamentos a serem feitos à Igarapé Açu, ou seja, a ela mesma: 1) o que NÓS necessitamos ou o que nos incomoda? 2) quem SOMOS e o que DESEJAMOS? 3) o que PODEMOS fazer? Essas indagações representam o plano teórico das ações que foram se projetando no município de Igarapé-Açu.

As respostas para tais questionamentos são subjetivas, todavia convergentes, pois a resposta direcionará para a reflexão sobre o senso de coletividade, o que nos permitirá o ajuste e desenvolvimento de uma metodologia ativa voltada para as intervenções necessárias para alterar os aspectos mais incômodos da realidade vivida em Igarapé Açu.

A decisão coletiva da e sobre a cidade se assemelha ao entendimento do geógrafo ao ler a natureza de um espaço, pois é:

quando geógrafos escrevem que a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte, eles estão certos, mas a relação, que se deve buscar, entre o espaço e o fenômeno técnico é abrangente de todas as manifestações das técnicas, incluída as técnicas da própria ação [...] técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico (Santos, 1997, p.31).

É a partir da observação e reflexão do homem como sujeito social que há a construção da técnica para apropriar-se do espaço. Desta forma, cabem ainda outros questionamentos: mas, afinal de contas O que é uma Moeda Verde? Para que serve a Moeda Verde? Como funciona a ação de desenvolvimento local com a Moeda Verde? A partir daqui, podemos discorrer como esse exercício de

educação ambiental e sustentabilidade no desenvolvimento local se constituiu, tem se desenvolvido e se adequado à realidade do lugar.

Trata-se de um sistema monetário de conversão dos valores de material, como por exemplo, o resíduo sólido, em um valor quantificado em quilograma, que tem sua base calculada no sistema de valor monetário do real, para assim criar uma média de conversão. Baseia-se em um exercício diário para a troca, despertando, assim, uma conscientização de sustentabilidade na economia local funcionando, também, como uma alternativa de educação ambiental. Até então, foram cadastrados pelo movimento 52 estabelecimentos que aceitaram comercializar seus produtos em troca da moeda verde.

Com as trocas, houve a construção de uma rede diversificada de oferta de serviços, contando com produtos alimentícios (restaurantes, padarias, lanchonetes, supermercados, pequenos agricultores e comércios locais), lojas de confecções e, até mesmo, produtos e serviços de beleza (manicure, cabelereiros, etc.), articulando e aproximando diferentes setores na sociedade municipal de Igarapé-Açu por meio das relações de confiança mútua.

Verificou-se que a moeda verde circula com mais frequência nos supermercados e pequenos mercados do município, sendo intermediário para a aquisição de alimentos pelas famílias, ou seja, para além da educação ambiental, o movimento acabou intermediando as relações de segurança alimentar das famílias. Quanto aos locais mais recorrentes para o uso da moeda verde, temos o gráfico 2:

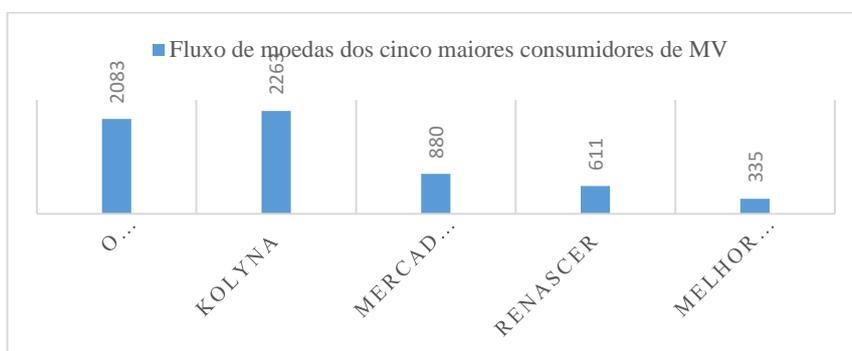


Gráfico 2: Fluxo de moedas dos cinco maiores consumidores de MV (14 de março até 12 de setembro, 2019).

Fonte: Relatório interno, 2019.

Devido à ampla participação e aceitação social da moeda verde, novas parcerias foram estabelecidas pelo movimento com importantes entidades representativas de classe (SEBRAE), instituições de ensino superior (Universidade do Estado do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia e Instituto Federal do Pará) e novamente com organismos internacionais como a ONU- Habitat, entre outros. Decidiu-se, então, pela realização de um evento alusivo a um ano de existência do projeto e ao aniversário do município, organizado em forma de um festival local ocorrido de 25 à 26 de Outubro de 2019, denominado de 1º. Festival de Saberes e Sabores Tradicionais de Igarapé-Açu, conforme figura 8.

Devido à ampla adesão dos cidadãos de Igarapé-Açu, decidiu-se alargar a proposta inicial do movimento, que era vinculado a educação ambiental para, também, promover o processo de educação patrimonial e valorização da identidade local. Desta forma, durante o festival houve o lançamento da etiqueta social **@moedaverdeigarape** para comercializar peças exclusivas e carregadas de memórias de Igarapé-Açu/Pará.

Houve a apresentação de uma releitura dos azulejos que compõem o piso da Igreja Matriz da centenária Vila de Santo Antônio do Prata, a ex-Colônia do Prata – lugar que abriga rico patrimônio arquitetônico, histórico e cultural no município.

Outra ação importante de celebração foi a realização da I Gincana Ambiental Moeda Verde, contando com ampla participação da sociedade civil, escolas municipais e privadas do município. O evento envolveu em sua programação cerca de 15.000 pessoas na cidade, entre estudantes, suas famílias e demais moradores.

Ainda em 2019, o movimento ganha projeção nacional através da veiculação da sua história em um programa de uma emissora brasileira de grande repercussão nacional e internacional. Foi como expectador deste programa que o prefeito da cidade de Gravatá, estado de Pernambuco, conheceu as ações do projeto e enviou seu vice prefeito e secretário de meio ambiente e agricultura para uma visita técnica com a finalidade de replicar a experiência do movimento em território gravataense. O resultado do contato foi a contratação de consultoria coordenada pelas empreendedoras sociais do

moeda verde que culminou com a realização de uma formação para mobilizadores sociais moeda verde na cidade de Gavatá nos dias 21 e 22 de janeiro de 2020.

A Formação contou com a participação de 35 pessoas que representaram 19 entidades da cidade. Os participantes saíram entusiasmados com a possibilidade de criar o seu próprio movimento e mudar a história da gestão de resíduos sólidos no município. Os resultados imediatos foram o impulso para a construção e consolidação de um grupo de trabalho composto por lideranças comunitárias locais, representantes do poder público, associações de classe e empresas para lançar a ideia da moeda verde nos moldes do que foi feito em Igarapé-Açu e compartilhado durante a formação.

Nova visita técnica das empreendedoras de Igarapé-Açu foi programada para ser realizada após o evento de lançamento para que os próximos passos do grupo fossem planejados a partir do resultado do engajamento popular obtido localmente com a proposta apresentada pelo grupo.

Em março de 2020, apesar da boa aceitação do movimento, tivemos a propagação de uma pandemia. Essa particularidade fez com que as atividades do projeto fossem temporariamente interrompidas, afetando por conseguinte a circulação da moeda verde. Todavia, há a crescente e constante demanda pela continuidade das atividades, acarretando na reformulação do projeto e na percepção de êxito quanto ao processo de educação ambiental e alteração do público do projeto.

Primeiramente, tínhamos as crianças enquanto principais parceiros do movimento, todavia, as famílias abraçaram o movimento e passaram a adotar a coleta seletiva como uma nova postura ética dentro das casas, cujo objetivo se estende para além da possibilidade de troca pela moeda social, mas como uma real contribuição para a sustentabilidade ambiental no município. Cabe-nos então, refletir: **o que permitiu que os comércios e população local pudessem aderir ao movimento e construíssem relações de confiança e coesão entre eles?** Tais respostas serão encontradas posteriormente, a partir de outros momentos de encontros e reflexões.

Considerações finais

O Movimento Moeda Verde funciona com uma metodologia de identidade local porque há uma rede de articulação entre os sujeitos sociais com as organizações governamentais e a rede comercial privada, que cria, desta forma, uma economia solidária e articulada entre si.

Quando a mobilização dialoga com outros vetores de ação tornamos dinâmica as potencialidades locais e criamos elos de articulação aos sujeitos envolvidos na sociedade, rompendo barreiras de novos padrões culturais e oportunizando a superação de fragilidades de uma cidade.

A Moeda Verde estimula uma economia solidária por meio do pensamento coletivo, com a perspectiva da responsabilidade e do cuidado com a cidade por meio do descarte adequado do material sólido reciclável, que passa a vincular-se a perspectiva de um poder monetário, político e simbólico.

Souza (2009, p. 259) nos lembra que “A utilização da moeda social compara-se a um grande laboratório, do qual resultam, à semelhança dos ensaios laboratoriais, algumas novas tecnologias sociais e experimentações de alternativas”, sendo assim uma revelação na construção de tecnologias culturais à sociedade.

Uma das possibilidades do desenvolvimento local quanto ao senso de justiça social é que a moeda verde não faz distinção de cor, raça, credo ou classe social, logo o material reciclável está na base para a acessibilidade de todos, pois é descartado irregularmente. Outro detalhe é a potencialidade de despertar o caminho para a solução do trabalho informal dos catadores de lixo e o espaço geográfico irregular do lixão a céu aberto, despertar a consciência do processo de reciclagem e, acima de tudo, a articulação da sociedade, constituindo arranjos sociais.

Por se tratar de uma experiência incipiente, o moeda verde passa por tempos de readaptação ao período de pandemia. Por meio da coleta seletiva, a população de Igarapé-Açu incorporou o hábito de triar os materiais consumidos pelas famílias não apenas para a troca monetária equivalente, mas como um meio de destinação adequada de descarte. Destaca-se que, se primeiramente o objetivo central do projeto era o trabalho com crianças e jovens tendo como foco

a educação ambiental, com a pandemia, foi o papel familiar que se destacou, onde as famílias mantiveram o hábito de separação dos materiais independente da abertura dos locais de triagem de material ofertados pelo Movimento.

Apesar de originar-se de uma cooperação voluntária, a moeda social sofre da fragilidade de demandar por maturidade e por atitude ética dos participantes a um grau capaz de dispensar a interferência do Estado ou de qualquer outra instituição externa com vistas a promover o cumprimento das regras e contratos estabelecidos, demandando pelo estabelecimento de relações de confiança resultando em extraordinárias formas de coesão social.

A moeda social, ao longo do seu processo de construção e articulação com outros movimentos sociais, como a economia solidária, poderão indicar um caminho alternativo para uma outra forma de desenvolvimento, que preze por uma realidade socialmente justa, ambientalmente viável e que promova o desenvolvimento da autonomia coletiva, pois a lógica da moeda social é sempre a inclusão social e não a acumulação. Desta forma, a moeda social poderia, por meio de novos valores e da construção de uma nova coesão social, indicar que a economia também relaciona-se às relações de reciprocidade, cooperação e solidariedade entre todos os envolvidos no processo de educação ambiental.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, F. (1998). **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico (uma resposta às exigências do ajuste estrutural)**. Fortaleza: BNB.

ARAÚJO, A. L. **O uso da história oral sobre o desenvolvimento local para o domínio cognitivo de compreender espaço geográfico com alunos de 6º e 7º ano da escola estadual cônego calado em Igarapé-Açu**. Asunción, 2015

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre, 1998.

BARQUERO, A. V. Conceptos críticos desarrollo, uma estratégia para tempo de crisis. Madrid. **Universitas Forum**, vol. 1, n. 02, may. p. 01-11, 2009.

BROSE, M. (2003) **Formação de uma rede de agentes de desenvolvimento local na Amazônia**. Projeto Prorenda Pará.

CAMPANHOLA, C. SILVA, J. G. Desenvolvimento Local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, p. 11-40, jan./abr, 2000.

FONTES, A. Mulheres e participação política a inserção desigual. **Revista de Administração Municipal – RAM**, Rio de Janeiro, Edição 283, setembro de 2015. Acesso: <http://www.ibam.org.br/info/institucional/36>

GOMES, C. Castro, I. E. *Et. Correa, R. L.* **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONH, Maria Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4 ed. São Paulo, editora Loyola, 2012.

HIRST, P. T. G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Trad. Wanda Caldeira Brant. Petrópolis: Vozes, 1998.

LISBOA, D. M. S; DIAS, R. D. **Da sucata ao lúdico: Construindo o brincar numa perspectiva pedagógica num ambiente não escolar no município de Igarapé-Açu/PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena em Pedagogia)- Universidade do Estado do Pará, Igarapé-Açu, 2019.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local**. Fortaleza, editora Fundação Konrad Adenauer, 2003.

PINHO, Paulo Maurício. **Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na Amazônia Brasileira**. Editora Biblioteca 24 horas, 2ª. edição, São Paulo, 2018.

ROSÁRIO V. L. Do. **Relatório de estágio supervisionado**. Igarapé-Açu, 2019.

SOARES, C. L. B. Moeda Social. In: CATTANI, A. D. et all. **Dicionário Internacional da outra Economia**. Edições Almedina, Coimbra, 2009. Acesso: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. A moeda social e a economia solidária no brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento? **Revista Orbis Latina**, vol.1, nº1, janeiro-dezembro de 2011. Pp. 54-69. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis/article/viewFile/488/437>. Acesso em: 13/08/2020.

SOJA, E. **Geografia Pós-moderna: afirmação do espaço na teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

THÉRER, Bruno. Os três estados da moeda – abordagem interdisciplinar do fato monetário. **Periódico: Economia e Sociedade**. Campinas. V.17 n 1 (32), p 1-28, 2008. Acesso: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642800>

TOURAINE, Alain. **O que é democracia?** 2ª edição , editora Vozes, Petrópolis, 1996.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em política de requalificação urbana na Amazônia. **Revista Espaço e Geografia**. Vol.16, n. 2. Brasília, 2013.

CAPÍTULO 4

POBRES COMO NÓS: O TERRITÓRIO DE USO COMUM DO RIO CAMARÁ (MUNICÍPIOS DE SALVATERRA E CACHOEIRA DO ARARI/PA)

DOI: 10.36599/itac-peam.0004

Samuel Vieira Cruz¹⁶
Mariana Neves Cruz Mello¹⁷

Resumo: O presente trabalho busca compreender as razões pelas quais os comunitários quilombolas de Rosário evitaram reivindicar, no processo de regularização fundiária em seu favor, relevante área do território utilizado como fonte de recursos naturais essenciais a sua reprodução física, social, econômica e cultural, a partir da reflexão sobre os valores que fundamentam suas relações com outras comunidades e vilas vizinhas, com as quais compartilham este território de uso comum. Com fundamentação teórica em Pierre Bourdieu, através dos conceitos de capital cultural e do *habitus*, examinamos suas estratégias e providências no sentido de garantir o usufruto dos recursos naturais existentes (território, recursos pesqueiros e florestais) os quais, além da apropriação privada por fazendeiros da região, se encontram em áreas que vão além do território quilombola pleiteado, denominadas pelos próprios quilombolas como território de uso comum, compartilhados com famílias de outras comunidades ribeirinhas, com as quais mantém relações históricas baseadas na tradição, nas relações de parentesco – por ascendência e aliança, acionados em situações de eventos socioculturais e/ou para solucionar eventuais conflitos. Ao longo da discussão, são identificadas tensões, choques de interesses, valores entre os campos envolvidos e a dinâmica socioeconômica na calha do rio Camará, que expõem as ações ordinárias, funcionando a partir de estruturas de significados, pelas quais podemos interpretar as mudanças e permanências na ordem cultural que demonstram a resiliência da comunidade quilombola nas relações com seus vizinhos e que lhes garantem os vínculos de solidariedade, assim como o acesso – para todos - aos recursos naturais essenciais ao seu modo de vida (roçado, coleta, pescado).

Palavras-chave: Quilombolas. Uso comum. Capital cultural. Solidariedade. Modo de vida.

Introdução

Em sua concepção original, a pesquisa pretendia analisar as alterações provocadas pela introdução da atividade de rizicultura na realidade vivenciada pelas famílias remanescentes de quilombos de Rosário. No entanto, em janeiro e abril de 2016, ao iniciar a imersão de campo, o objetivo da pesquisa foi deslocado pelas referências feitas por aqueles comunitários aos representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal (MPE e MPF, respectivamente),

¹⁶ Antropólogo, indigenista da FUNAI de 1979 à 1990, antropólogo aposentado do Inca.

¹⁷ Prof. Dra. em Ecologia Aquática e Pesca.

sobre um território de uso comum¹⁸ utilizado por eles e compartilhado com outras famílias rurais, de comunidades e vilas na bacia do rio Camará.

A comunidade quilombola de Rosário e Mangabal¹⁹ cultivam a mandioca, entre outras espécies, são predominantemente pescadoras e são extrativistas, com relevante importância para o açaí²⁰. Sua territorialidade é profundamente marcada pela presença dos rios, furos e igarapés. No caso da comunidade do Rosário, o rio Camará é identificado como a principal fonte para a produção (pesca e coleta de produtos florestais) e reprodução dessa comunidade, além de delimitar os limites entre os municípios de Salvaterra/PA e Cachoeira do Arari/PA.

O rio Camará possui vários afluentes, sendo os mais importantes para os quilombolas de Rosário e outras comunidades e vilas da região, os igarapés Panema, Turiá, Jutuba, São Miguel e Santa Maria, os quais junto com o próprio rio Camará, constituem locais de pesca, lazer, vias de transporte e acesso a outras comunidades, além de servirem de delimitadores para suas áreas de coleta e de pesca.

Durante imersão no campo realizado em janeiro de 2016, que coincidiu com a presença de uma equipe do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar - GATI, do Ministério Público do Estado do Pará²¹, foi possível constatar que parte dessas áreas se encontram hoje localizada dentro da Fazenda Boa Esperança, onde está instalada a rizicultura e fora da área delimitada para regularização fundiária enquanto território quilombola.

A instalação da rizicultura em Salvaterra trouxe à pauta das comunidades locais a preocupação com riscos ambientais associados à utilização de defensivos agrícolas e fertilizantes, à captação e descarte de água, além de agravar outros problemas pré-existent, como a restrição de acesso e utilização

¹⁸Território de uso comum foi a expressão pela qual os comunitários de Rosário e Mangabal apresentaram a primeira versão, em croqui, do espaço denominado por eles desta maneira em janeiro e abril/16.

¹⁹Sempre que há referência à Rosário enquanto sujeito no processo de regularização fundiária inclui-se a comunidade de Mangabal, com a qual compartilham o pleito junto ao Estado Brasileiro de reconhecimento, identificação e delimitação de território quilombola, esta identidade auto-atribuída, o parentesco e o território – entre outros valores.

²⁰Para conhecer sobre a coleta do açaí, vide: MARINHO, José Antônio Magalhães. Desenvolvimento do Extrativismo do Açaí e Mudanças na Socioeconomia de Ribeirinhos Marajoaras. Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias, v.2: Estratégias de Reprodução Social/ Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 185/209.

²¹Após a imersão de janeiro/2016, fomos convidados para acompanhar uma reunião entre os comunitários de Rosários, representantes da câmara de vereadores e da EMATER de Salvaterra, da Malungo, que aconteceu em 8 de abril de 2016, na qual também foram tratados assuntos relacionados à regularização fundiária.

do território de uso comum, além da concorrência por terras e recursos florestais, que se manifestam ciclicamente, em geral durante a safra do açaí, conforme boletins de ocorrência e documentos da Associação Remanescente de Quilombos de Rosário aos Ministério Público Estadual e Federal.

Com esta constatação surgiu o questionamento: - Apesar dos comunitários sempre terem utilizado tais áreas de uso comum, porque durante o levantamento fundiário realizado pelo INCRA e/ou na elaboração do Relatório Antropológico, a Fazenda Boa Esperança, onde está instalada a rizicultura não foi questionada e incluída no território quilombola de Rosário?

Na ocasião, surpreendeu-nos, da mesma forma que aos representantes do MPE (Ministério Público Estadual) e MPF (Ministério Público Federal), pois as lideranças quilombolas fizeram referência a um território que se distinguiu da área delimitada com as equipes técnicas do INCRA para regularização fundiária em seu favor através do relatório antropológico, com trabalho de topografia, cartografia e de levantamento fundiário realizados com ampla participação de comunitários.

O foco deste trabalho está em compreender as razões pelas quais aquela área de uso comum foi excluída do território delimitado a ser regularizado exclusivamente para usufruto dos comunitários quilombolas. Para tanto, buscaremos conhecer as relações entre as comunidades e vilas no que refere às áreas compartilhadas entre si, ou seja, privilegiando as relações de vizinhança a partir da perspectiva da comunidade quilombola de Rosário.

As relações internas às vilas e às suas relações familiares em seus diversos aspectos, não são objeto da pesquisa e não serão aprofundadas em razão de nossa atenção estar relacionada ao território de uso comum. Desta forma, temos como objetivo geral compreender como o costume, através do *habitus*, a tradição, é elemento central para a organização e a manutenção do território de uso comum do rio Camará, apesar das pressões do mercado de terras e das restrições de acesso provocadas pela apropriação privada das áreas de pesca, caça, coleta e agricultura.

Entendemos que o acesso e usufruto no território de uso comum do rio Camará, entre as 12 comunidades que o compõem – na perspectiva dos comunitários de Rosário – se fundamenta para o acesso, a apropriação e gestão

dos recursos naturais encontradas no rio Camará e suas margens, em especial peixes e recursos florestais, em regras de uso habitual e parentesco, incluindo-se aí aquelas relacionadas à ascendência e ancestralidade na ocupação da região.

O texto revela um contexto da realidade empírica, com a identificação das comunidades rurais que compõem o território de uso comum, a percepção de suas fronteiras, estratégias de acesso, usos e gestão dos recursos naturais e como suas relações de vizinhança e redes de parentesco contribuem para conservar seus vínculos sociais e territoriais.

Imersão no campo: por entre olhares e percepções da comunidade de Rosário

Para compreender os limites de respeito que existem entre as diversas comunidades e vilas, aspectos sobre a composição das famílias que vivem nestas, suas redes de parentesco e de alianças locais, o compartilhamento de recursos pelos comunitários e as suas estratégias de gestão, considerando as relações que estas comunidades mantêm entre si, com base nas percepções dos moradores será privilegiada a perspectiva dos comunitários de Rosário.

Entre as questões que serão necessárias responder para alcançar o objetivo principal estão: a) Que território de uso comum é esse? b) Quais as comunidades e vilas que partilham deste território? c) Quais são as famílias residentes nas comunidades e vilas? d) Quais as relações existem entre as famílias das demais comunidades e vilas, e as famílias remanescentes de quilombos de Rosário e Mangabal que permitem o compartilhamento e a gestão dos recursos no território de uso comum? e) Há tensões e conflitos? Como se manifestam? Como são solucionados? f) Porque a área não foi reivindicada, pelos comunitários de Rosário e Mangabal, como território quilombola quando houve a oficina de elaboração do croqui e os trabalhos para sua delimitação?

Pretendemos compreender através do conhecimento sobre a realidade local e a literatura, quais são as respostas para solucionar as tensões eventuais que fazem parte das práticas socioambientais entre as famílias residentes no território de uso comum. Assim, pretendemos trabalhar com o conceito de

habitus, o qual surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. *Habitus* é aqui compreendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65)

Para compreender as práticas de gestão e uso do território é preciso conhecer as estratégias de reciprocidade que vinculam as famílias locais, resultante do seu *habitus* dentro da dinâmica histórica e sociológica, configurando o circuito do ‘dar, receber, retribuir’ (MAUSS, 2003), mas considerar também a existência de conflitos, sejam internos às vilas e comunidades sejam entre vizinhos e conhecer suas estratégias de conciliação e superação das dificuldades.

As questões relacionadas a eventuais conflitos entre as famílias que usufruem do território de uso comum do rio Camará e que permanecem nas terras há pelo menos 169 anos, serão analisados no contexto histórico e utilizando o conceito de conflito em Simmel (2011), que aponta uma de suas virtudes “Se todas as interações entre homens é uma sociação, o conflito, afinal uma das interações mais vivas, que, além disso tudo, não pode ser exercida por um indivíduo sozinho – deve certamente ser considerado como sociação.”. (SIMMEL, 2011, p. 568).

Este atributo positivo do conflito residiria no fato de que ele cria:

um tablado social, à semelhança de um palco teatral, espaço onde as partes podem encontrar-se em um mesmo plano situacional e, desta maneira, impõe-se um nivelamento. Uma condição necessária para que as partes, às vezes, ásperas e díspares possam, de fato, efetuar a trama que ele encerra. É um ato estipulador que, em outros instantes, permitirá a própria superação das dissimilaridades dos litigantes. (...) algo que é negativo e prejudicial entre indivíduos (...) não tem necessariamente o mesmo efeito na relação total desses indivíduos. Pois, um quadro muito diferente emerge quando se vê o conflito em conjunto com outras interações não afetadas por ele. Os elementos negativos e dualistas desempenham um papel inteiramente positivo nesse quadro mais abrangente, apesar da destruição que pode desenvolver sobre as relações particulares. (SIMMEL, 2011, p. 573).

As questões relacionadas a organização das famílias, em especial da comunidade quilombola de Rosário para continuar a usufruir do território de uso comum do rio Camará, apesar dos embates com a restrição de acesso aos recursos naturais essenciais para sua reprodução física, social, econômica e cultural e que lhes garantiu permanecer ali são, em acordo com a análise do James C. Scott (2002), que denominou essa forma de resistência enquanto:

expressão da luta prosaica e constante entre os integrantes das classes dominadas e aqueles que deles buscaram extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros. Ela se expressa na forma de corpo mole, dissimulação, falsa aquiescência, furto, ignorância fingida, calúnia, incêndio ou sabotagem. Assim, a ausência de formas mais visíveis de oposição política, como rebeliões ou greves, não reflete uma "hegemonia" (SCOTT, 2002, p. 242-243).

Para o conjunto destas comunidades e vilas considerando as características das famílias que as habitam o parentesco é relevante para a compreensão de sua reprodução social, seja como casamento, seja como descendência e está relacionado ao seu patrimônio territorial (WORTMANN, 1995). Estas relações de parentesco são apresentadas através de levantamentos genealógicos, que demonstram basicamente a ancestralidade de ocupação das terras, por sucessivas gerações de uma mesma família. Também apontam para, como algumas alianças por casamento, tanto no interior de terras de herança, como entre terras de vizinhos, o que é mais uma das suas estratégias para conservar seu patrimônio fundiário (WOORTMANN, 1995; LUNA, 2012; SANTOS, 2009).

Os dados levantados permitem inferir que as comunidades e vilas na área do estudo possuem as características elencadas por Almeida (2002, p. 53) como terras de herança²², cuja ancestralidade de ocupação que remete há várias gerações:

Abrangem domínios titulados, tornados espólios que permanecem indivisos, há várias gerações, sem que se proceda ao formal de partilha ou que seus títulos tenham sido revalidados por meio de inventários que, consoantes disposições legais, teriam de ser realizados quando da morte do titular de

²² Nas entrevistas realizadas em campo as terras são referidas como herança e, como para Luna (2012, p. 133), a frase "Aqui todo mundo é parente", resume parte das explicações para as conexões entre as famílias locais, frequentemente fundamentadas nas relações de consanguinidade e afinidade.

direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos. (...). Durante várias gerações, que adensam a ocupação desses domínios, além de serem estabelecidas formas peculiares de utilização da terra, que permitem classificá-las junto àquelas de uso comum, percebe-se que a apropriação individual, em termos absolutos, perde gradativamente sua força num contexto em que os recursos são por demais escassos e que o grupo familiar não pode prescindir de reciprocidades econômicas.

Não é feita análise das relações de parentesco somente ressaltamos que fundamentalmente as relações que encontramos estão relacionadas às correntes tradicionais da antropologia: a teoria da descendência e a teoria da aliança, sendo que, para compreender o território de uso comum do rio Camará estas características podem estar mais relacionadas, ora para as regras de descendência e herança no interior das terras, nomeadas enquanto vilas e comunidades; ora sendo utilizadas para formalizar e/ou fortalecer as alianças, pois, como será possível verificar ocorrem também casamentos entre as famílias vizinhas, havendo casos de 'endogamia de vizinhança' (KUPER, 2008, p. 268).

Através das entrevistas e observação direta foram identificados eventos que reforçam os vínculos entre as comunidades que compartilham o território de uso comum; acordos tácitos de reciprocidade característicos do comércio do açaí; arranjos de parcerias para o acesso aos recursos pesqueiros além de pactos que viabilizam o compartilhamento dos recursos naturais ao longo do tempo.

Para Benatti (1999), a delimitação dos direitos sobre áreas que são utilizadas para o cultivo e moradia familiar enquanto outras porções de terra são reservadas para uso comum (onde se pratica o extrativismo) ocorrem dentro de uma lógica espacial na qual não há a necessidade de que essas áreas (uso comum e familiar) sejam adjacentes e permanentes. Além disso, a distribuição dos roçados, casas e a área de uso comum é baseada num consenso do grupo e não em ações isoladas.

E complementa Benatti (1999, p. 10):

A dificuldade em definir áreas de uso comum, também conhecidas como terras comuns, está no fato de o controle dos recursos básicos não ser exercido livre e individualmente por uma família ou por um grupo doméstico de trabalhadores rurais, e as normas que regulam essa relação social vão além das normas jurídicas codificadas pelo Estado. Na realidade, essas áreas são reguladas por um conjunto de noções que tem o objetivo de disciplinar as relações com a terra e os demais recursos naturais.

Para Benatti²³, “existem duas modalidades de apossamentos: (1) da comunidade, que é de uso coletivo, no qual se manifesta o sistema de uso comum da terra, e (2) o de apossamento familiar, apoiados na unidade de trabalho familiar (que pode ser entendido como "privado")”. No entanto, o sistema de uso comum na estrutura agrária brasileira sempre foi marginalizado, tanto é, que não temos um conceito de áreas de uso comum juridicamente consolidado, apesar dessas áreas serem consideradas “vitais para a sobrevivência do conjunto das unidades familiares”, que delas se utilizam²⁴.

No território de uso comum do rio Camará, no usufruto e acesso aos recursos naturais existentes, por exemplo, na extração de madeira, palha ou açaí, há mais de uma família necessitando do mesmo recurso e existem regras consensuais de acesso, tanto internamente, para Rosário e Mangabal, quanto nas relações com as demais terras de herança de cada uma das comunidades da área de estudo (Mãe de Deus, São Marcos, Baiano, Beiradão, Vila Chiquita, Sapocaitá, Vila Camará, Umarizal, Santa Rosa ou Camaraú), para o usufruto compartilhado do território de uso comum do rio Camará.

O território de uso comum possui ampla interferência com as margens do próprio rio Camará e seus afluentes, também reconhecidos localmente como Área da União, que os quilombolas sabem estar sob circunscrição da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, por serem consideradas no Código Florestal (2012) como Áreas de Preservação Permanente.

Ali se percebem tensões e conflitos latentes ou declarados que envolvem os coletores de açaí e proprietários privados (fazendeiros) que tanto se apropriam das áreas de coleta quanto restringem o acesso dos pescadores (o mais das vezes os mesmos comunitários) aos recursos de pesca nas cabeceiras do rio Camará e seus afluentes. Assim, a etnografia dos conflitos pretende explicitar suas bases e dar visibilidade aos grupos que estão partilhando e conflitando:

²³BENATTI, José Heder. Posse Coletiva da Terra: Um Estudo Jurídico Sobre o Aposseamento de Seringueiros e Quilombolas. Revista CEJ/Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários – vol. 1, n.º 1, Brasília: CJF, 1997. In: <http://www.if.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/126/169>.

²⁴25 Almeida, Alfredo Wagner Berno. - Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito, p. 185.

Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. (...). Neste sentido, o uso de uma metodologia etnográfica representa um aporte significativo da antropologia à ecologia política (LITTLE, 2006, p. 92).

As questões relacionadas a direitos territoriais e, nesse sentido, além das questões legais, dialoga com Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda (2002, p. 22), que ressaltam que:

A situação de (in)segurança fundiária e dificuldade de acessar políticas públicas mais adequadas às suas características os leva a acionar estratégias políticas na maneira de identificar-se, que surge como alternativa para as populações locais, na Amazônia Brasileira, à exemplo do “caboclo” que passa a se apresentar como indígena, ou aos membros de comunidades negras rurais, que passam a se identificar como remanescentes de quilombos,

Para Calegare (2014, 151; 154-155), “(...) não é um caso de reaparição, reconstrução ou valorização das identidades indígenas, mas de uma estratégia política da comunidade para ter melhor acesso à cidadania”. Na discussão final se aponta a desvalorização governamental e a falta de políticas públicas voltadas às comunidades de várzea como contexto impulsionador desse acontecimento.

Desta forma interpretamos a distinção entre as famílias das demais vilas e comunidade do Camará não quilombolas e aquelas que, sem deixar de possuir estas características, optaram por manifestar também a identidade política de remanescentes de quilombos em Rosário e Mangabal.

Pelo que pudemos observar durante a convivência e na observação das relações sociais, culturais, territoriais, econômicas e políticas que mantêm entre si os aspectos característicos relativos às terras, às famílias e ao trabalho, conservam processos, ritos, formas, comportamentos que, ainda que estejam sujeitos às dinâmicas do cotidiano, são fortes o suficiente para conservar e reproduzir vínculos que os distinguem dos demais segmentos que compõem o cenário circundante local, regional e nacional.

Para Cunha, 2001:

(...) populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (CUNHA, 2001, p. 190-192).

Consideramos que a opção identitária enquanto remanescentes de quilombos em Rosário e Mangabal dialoga com o conceito de população tradicional expresso por Cunha e Almeida (2002) no sentido de sujeitos políticos reconhecidos no sistema jurídico nacional com implicações, direitos e responsabilidades perante o Estado e a sociedade, em uma perspectiva histórica, ideológica e dinâmica deste reconhecimento.

O território de uso comum do rio camará

O território de uso comum do rio Camará foi assim referido em abril de 2016, durante reunião convocada pela Associação Remanescente de Quilombos de Rosário, com a presença do Ministério Público Federal – MPF, da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Para - Malungo, de representantes da Câmara Municipal de Salvaterra e de comunitários locais, realizada na própria comunidade, para tratar sobre as implicações da rizicultura sobre o território delimitado.

O Ministério Público Federal - MPF, assim como já haviam feito os representantes do Ministério Público do Pará - MP/PA, apresentaram questionamentos aos quilombolas sobre as razões pelas quais essa extensão de terras e áreas de marinha não fora incluída na sua proposta de delimitação para regularização fundiária quilombola junto ao INCRA.

Em razão da não inclusão do TUC Camará ao território quilombola, a sua região de abrangência não fora mapeada, desta forma – com o apoio dos comunitários de Rosário e utilizando um GPS, levantamos os pontos de coordenadas da foz dos principais afluentes do rio Camará, assim como no percurso nossos guias foram informando sobre produção, espécies mais

importantes da flora e da fauna, sazonalidade, marcos culturais, conflitos, entre outras.

A comunidade quilombola elaborou e apresentou um croqui acerca de suas áreas de uso, o qual não delimita ou determina um polígono específico, mas apresenta, em linhas gerais, toda a bacia hidrográfica do rio Camará, como território de uso comum. Após a apresentação e introduzida a questão foi esclarecido que outras comunidades da região também compartilham os recursos, sendo referidas a convivência pacífica e harmoniosa entre estas, que não se identificam como remanescentes de quilombos, mas compartilham dos mesmos recursos há gerações, e os quilombolas de Rosário. A informação sobre o território de uso comum do rio Camará está sistematizada na Figura 1, abaixo:

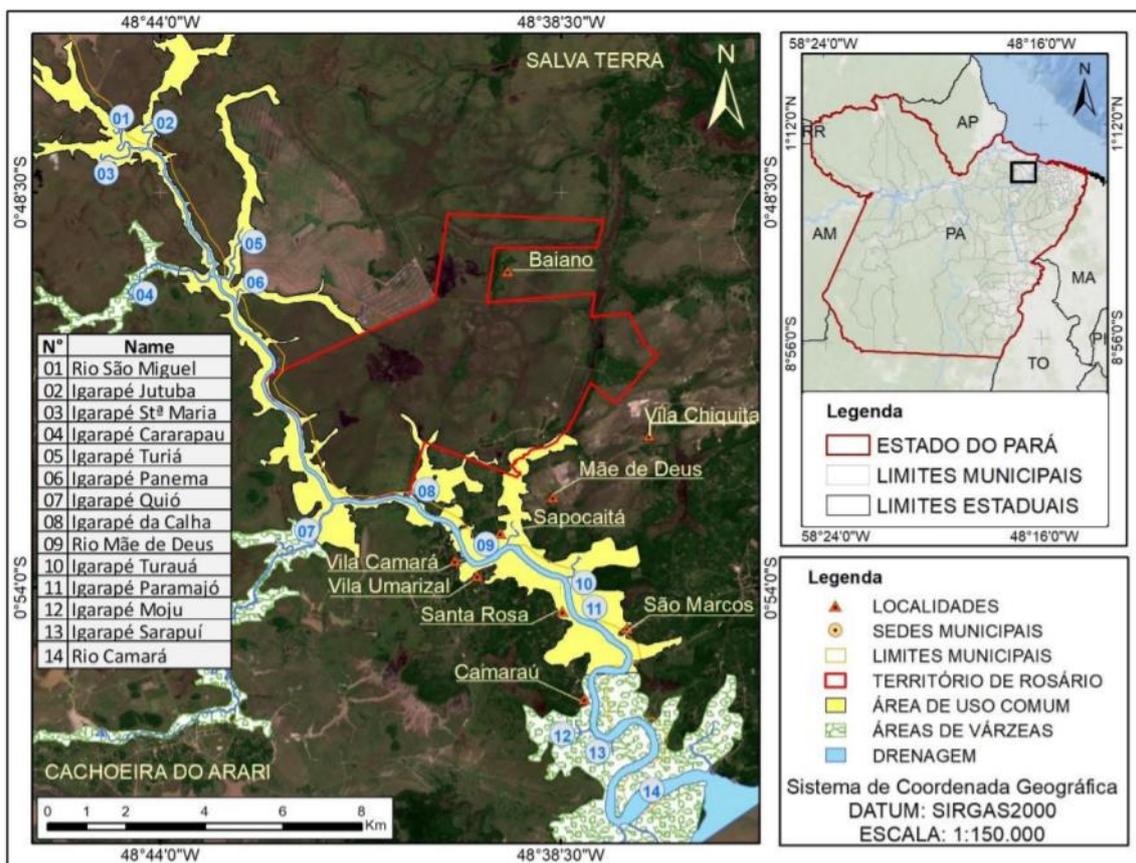


Figura 1: Território de uso comum do Rio Camará

Fonte: Samuel Cruz, Levantamento de campo, 2019. Organizado por Marcelo Siqueira.

Inquiridos em ambas as ocasiões pelos representantes do Ministério Público Estadual e Federal, foi esclarecido pelos quilombolas que a área denominada de território de uso comum se confunde com as várzeas, o leito do

rio Camará e seus afluentes, que não se trata de região de uso exclusivo dos comunitários quilombolas e que, por esta razão, não fora reivindicado como território quilombola.

São áreas de uso compartilhados e todas as comunidades – quilombolas e não-quilombolas – sofrem restrição e impedimento de acesso por parte de fazendeiros e seus seguranças privados, principalmente na região a montante, nos igarapés Panema, Turiá, Jutuba, São Miguel e Santa Maria, como pode ser observado na Figura 1.

Quando houve o questionamento do MPE e MPF sobre a circunstância, após discussão entre os comunitários no qual prevaleceu o argumento do compartilhamento em razão da necessidade de todos aos recursos naturais, interpretamos uma razão moral, de respeito aos costumes e relações habituais entre os comunitários quilombolas de Rosário e as demais comunidades não quilombolas.

Desta forma, percebemos coerência com o argumento de Arruti (2006), ao trabalhar questões de etnogênese quilombola e afirmar que o ressurgimento de grupos étnicos, além do processo de auto-reconhecimento do grupo na esfera pública, como categorias políticas e jurídicas envolve:

aquele relativo à própria auto-identificação do grupo de acordo com o seu novo enquadramento categorial, o que implica o grupo passar a reconhecer que o desrespeito a que está submetido é parte constituinte (eventualmente instituinte) de sua identidade coletiva e fonte tanto de uma identificação moral quanto de mobilização política válida. (ARRUTI, 2006, p. 44).

Ressalta-se, nesse caso que, se o desrespeito é parte instituinte para sua auto-atribuição enquanto quilombolas, em Rosário e Mangabal, a sua identificação moral é vinculada a valores pré-existentes, constituinte nesse caso, e envolve laços sociais e vínculos de solidariedade com as comunidades que compartilham o território de uso comum e se localizam em ambas as margens do rio Camará. Sua identidade coletiva, quilombola, através de sua associação comunitária passa a ser acionada então na busca de garantir a todas o acesso aos recursos de uso comum.

Resiliência quilombola em Rosário: o enigma do dom

Foi então que se produziu o estalo e decidimos retomar o dossiê do dom a luz desse fato fundamental: de que existem coisas que não se devem dar e que também não se devem vender. Foi então que nos pareceu evidente a seguinte hipótese: não há sociedade, não há identidade que atravesse o tempo e sirva de base tanto para os indivíduos quanto para os grupos que compõem uma sociedade se não existirem pontos fixos, realidades subtraídas (provisória mas duravelmente) às trocas de dons ou às trocas mercantis.

A análise deslocou-se das coisas que se dão para aquelas que se guardam e nesse movimento vimos esclarecida a natureza desta coisa tão familiar que parece ameaçar a prática do dom e penetrar no domínio do sagrado apenas para profaná-lo e destruí-lo: o dinheiro.

Para a garantia de seus direitos sobre o território quilombola, assim como os usos associados ao território de uso comum compartilhado no rio Camará com as demais comunidades e vilas, os quilombolas de Rosário enfrentam as restrições de acesso promovidas pelos fazendeiros e rizicultor, articulando os capitais passíveis de mobilização, neste caso principalmente o social e o cultural, em contraposição aos demais campos com os quais se relacionam, representados por outras formas de capital, em acordo com a descrição de Bourdieu:

o mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos." (BOURDIEU, 1983, p.4).

Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis “(...) Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena...” (Diegues, 1996, p 87).

O quilombo de reconhece, de maneira solidária, a necessidade em manter comum à todos o acesso aos recursos naturais indispensáveis ao seu modo de vida, conforme expresso na fala do “Mário”:

No costume do passado era área comum, para todos. O Zé Marques queria que ficasse só pra Rosário, Mangabal e Baiano... Mas o costume não é assim. Agora, aí pra baixo (no rio Camará) a Rita faz de outra maneira... O rico coloca vigia para controlar o açai, com toda certeza só para impugnar o **pobre**... Porque a produção nem dá pra pagar a despesa... No rio São Miguel, em poucos dias pode haver problema porque o fazendeiro prendeu os peixes (com barragem), que é do **pobre**... (...) Há tempos passados, tive um debate com um camarada deste... (...) Ele veio me impedir – Era no tempo que o Turiá era do Guilherme, agora é do Zé Marques. O gerente era o Casimiro, que mora em Salvaterra. Ele disse: Ei tio Mario, vai fazer o que? - Vou pescar ... - Não vai dar, o Sr. Guilherme não quer... Falei (“Mário”): Me diga: É o dono que não quer ou é você ? Ele disse, é o dono que não quer, porque quer ver a terra dele com fatura... Respondi: Vou lhe dizer uma coisa... Porque se o dono quiser o peixe, tem de fazer uma rampa e criar lá dentro da área dele... Mas esse peixe de enchente e vazante é de quem pegar...4:17’ Se eu pegar é meu, o que você pegar é seu, e se o seu patrão quiser, ele manda vocês pegarem pra ele, não eu... E fiz a minha pescaria (Mário, gravação e anotações de campo, Samuel Cruz, set/2016).

Nesse caso a fundamentação, o histórico e a definição das demais comunidades que compartilham os recursos naturais existentes, referidos pelas lideranças de Rosário nas tratativas com os pretensos proprietários de terras (fazendas) e seus prepostos ou nos documentos encaminhados ao poder público caracterizam a área de abrangência do estudo enquanto uso comum que acionam e modelam múltiplas relações de direito e domínio.

Colocando-se numa posição intermediária, ele nos convida a romper definitivamente com as abordagens que opõem as dimensões “exógenas” e “endógenas” nas dinâmicas de formação de comunidades quilombolas. (Oliveira, 1998, p. 210).

Em acordo com suas relações históricas e usuais, estas comunidades quilombolas e não quilombolas, no Camará, compartilham recursos na maneira que, para Luna (2012, p. 2) podem ser entendidos como “uma série de arranjos,

regras e acordos acerca do uso e gestão de recursos naturais, que não partilhados por um grupo de pessoas (...).”

Cruz (2013) esclarece mais alguns aspectos da relevância dos arranjos locais, inter e entre comunitários para a gestão de recursos comuns: Em seu livro “Governing the Commons”, Ostrom explora uma vasta variedade de instituições que pessoas formam para gerenciar recursos comuns. Ao contrário da maioria dos economistas antes dela que assumiam que a tragédia dos comuns só poderia ser impedida via privatização ou regulamentação governamental, Ostrom percebeu que muitas vezes os usuários em comum desenvolviam de baixo para cima métodos muito mais engenhosos de auto-governança. Garrett Hardin, que cunhou a frase “tragédia dos comuns”, era inflexível no tocante ao problema ser resolvido apenas por regulamentação.

Ele sustentou que:

se se quer evitar a ruína em um mundo lotado, as pessoas devem responder a uma força coercitiva fora das suas psiques individuais, um ‘Leviatã’, para usar o termo de Hobbes” (...) Ostrom rejeitou as vozes que afirmavam que apenas a regulação ou privatização podiam resolver a tragédia dos comuns. Através da teoria dos jogos, ela demonstrou como usuários de recursos coletivos podem formar contratos entre eles para assegurar o uso responsável dos recursos comuns. O interesse próprio daqueles que negociaram o contrato irá induzi-los a monitorar uns aos outros e denunciar infrações para que o contrato seja cumprido”, diz Ostrom. (CRUZ, 2013, p. 10-11).

Em acordo com as discussões, identificamos semelhanças pois, assim como em Rosário:

associadas às relações de vizinhança e ao uso do território, em um contexto onde a intervenção do Estado se dá de maneira muito discreta e as relações de vizinhança se dão essencialmente conduzidas entre os vizinhos através do *habitus*, aqueles aspectos do senso comum, representados pelo direito costumeiro, que no plano das relações sociais são conduzidos através de ‘lógicas subjacentes direitos de domínio, de apropriação e de uso em casos específicos’, o que faz diferir esta realidade, daquelas compreendidas sobre o regime de livre acesso, pois neste caso (de uso comum) o grupo de usuários é definido e partilham regras de domínio, acesso e uso, reconhecidas entre si e por terceiros. (LUNA, 2012, p. 9).

Considerando os valores comungados entre os comunitários de Rosário, percebidos durante a pesquisa, podemos ter esperança de que as relações

estabelecidas possam contribuir para a sustentabilidade do território de uso comum, do ponto de vista ambiental, econômico e social, considerando a cultura, como principal capital para seu equilíbrio e manutenção da qualidade de vida – percebida como um valor muito acima da acumulação do capital - para os comunitários da região.

Considerações finais

Na região, como em muitas regiões da Amazônia, em especial nas áreas de várzea, não há documentos, títulos, presença dos órgãos governamentais e/ou outros meios legais imediatos que garantam o acesso das famílias tradicionais aos recursos naturais, o que resulta em limitações crescentes ao seu usufruto, inclusive o seu ir e vir, em razão da instalação de seguranças privados por parte dos fazendeiros que detém a propriedade – legítima ou não, de áreas de terras às margens dos rios e igarapés da região. Assim, o acesso se dá baseado em acordos informais e construídos sem apoio da legislação socioambiental.

Percebe-se em Rosário que a dinâmica das regras locais de apropriação e uso dos recursos naturais compartilhadas com as demais comunidades existentes persevera através das lógicas subjacentes ao costume do dar e receber, do respeito às tradições do bom convívio sobrepondo-se às pressões do mercado e ao interesse egoístico de apropriação privada de territórios coletivos e historicamente compartilhados entre si e com os demais.

Dessa maneira, entendemos a relevância do comportamento ético das lideranças de Rosário e Mangabal, que se emponderam e apropriam-se de instrumentos políticos e jurídicos para reconhecimento de sua identidade com vistas – entre outras coisas - a delimitação e regularização do território quilombola, porém resguarda a coesão e as relações sociais de vizinhança que prescindiram a legislação, por estarem representadas nas regras habituais, indispensáveis para si e seus vizinhos serem resilientes às pressões de mercado.

O presente trabalho traz visibilidade à realidade vivenciada por estas famílias que compartilham o usufruto dos recursos naturais existentes no rio

Camará, seus afluentes e margens, faz perceber suas redes de sociabilidade e estratégias de superação dos conflitos efetivos e/ou potenciais que surgem, assim como as formas de manutenção dos seus respectivos territórios e limites de respeito²⁵, a partir de relações de parentesco, consanguíneo e de aliança, além dos arranjos de vizinhança, hábitos e costumes.

Para a garantia de direitos sobre o território quilombola, assim como os usos associados ao território de uso comum compartilhado no rio Camará com as demais comunidades e vilas, os quilombolas de Rosário e Mangabal enfrentam as restrições de acesso aos recursos naturais, articulando os capitais passíveis de mobilização, neste caso principalmente o social e o cultural, representados por suas redes solidárias mobilizadas para a implementação de políticas públicas em seu favor.

Esse esforço se dá em contraposição aos demais campos com os quais se relacionam, representados pelo capital econômico articulado ao poder político, representados pelos fazendeiros e rizicultores que se instalam nos municípios de Salvaterra e de Cachoeira do Arari, agravando as restrições históricas à terra, ao pescado e aos recursos florestais, principalmente o açai.

No caso das comunidades de Rosário e Mangabal a distinção entre quilombolas e não quilombolas na região do rio Camará se inicia a partir de 1999, quando referem à reunião com representantes do Programa Raízes e descobrem possibilidade de titulação do território a partir de seu reconhecimento como *quilombos* e assim assumiram a identidade de “remanescentes de quilombos” com a valorização de aspectos identitários e possibilidades de acessar políticas públicas²⁶.

As demais comunidades optaram por não assumir identidade política ainda que possuam características socioculturais semelhantes, inclusive relações de parentesco e de aliança em comum. No entanto o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares - FCP, em 2006, não corrompe os valores e

²⁵ Além do direito consuetudinário através do qual as comunidades (re)conhecem seus respectivos territórios, o limite de respeito indica a linha fronteira respeitada de forma pacífica pelos proprietários e/ou simples ocupantes (sem título de domínio), como linha divisória entre imóveis. Importante: O limite de respeito nem sempre corresponde ao título de domínio e nestes casos o georreferenciamento deve ser realizado em consonância com o título. In: Manual Técnico de Limites e Confrontações, 1ª edição, INCRA/2013. (Almeida, op. Cit.: 6)

²⁶ LIMA FILHO, Petronio Medeiros. Entre Quilombos: Circuitos de Festas de Santos e a Construção de Alianças Políticas Entre as Comunidades Quilombolas de Salvaterra – Marajó – Pará, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, UFPA, 2014.

compromissos morais que mantêm historicamente com as demais comunidades do território de uso comum.

A regularização de um território para seu usufruto exclusivo não implica na apropriação de uma área mais ampla, representada por uma territorialidade historicamente constituída na qual outras famílias, externas àquelas da comunidade quilombola, não possam usufruir desta área comunal desde que sigam normas estabelecidas por todos, respeitando as regras muitas das quais fazem parte do direito consuetudinário (CAMPOS, 2012)

Os quilombolas de Rosário possuem poucos recursos financeiros, utilizando principalmente a colaboração familiar para a coleta do açaí, para a lavoura, para a pesca, na criação de animais em pequena escala, características de comunidades e povos tradicionais, com conhecimento associado ao ambiente onde vivem a gerações. (COSTA FILHO, 2008; DIEGUES, 1996),

Apesar da pouca densidade populacional, as pressões sobre os recursos naturais no rio Camará se intensificaram nos últimos anos, assim como nos demais territórios quilombolas na costa leste do Marajó, nos rios Arari, Paracauari e seus afluentes, com a valorização do preço do açaí, da instalação da rizicultura e da criação de gado bovino e bubalino, a exemplo do que ocorre em outras regiões do arquipélago Marajoara (FERREIRA, 2019; ACEVEDO 2005, 2007, 2008)

Além do mercado, outro aspecto do aumento da pressão sobre os recursos naturais é representado pelo crescimento demográfico das populações locais. No entanto apesar das demais comunidades do rio Camará não serem quilombolas, os quilombolas de Rosário e Mangabal, são solidários às necessidades de todos.

Não só excluíram o território de uso comum do polígono a ser regularizado para seu usufruto exclusivo, mas se posicionam pela manutenção do acesso de todos aos recursos naturais indispensáveis ao seu modo de vida, pois todos são pobres, iguais a eles.

Considerando os valores comungados entre os comunitários de Rosário e Mangabal, em relação às demais comunidades da região, há esperança de que suas relações possam contribuir para a sustentabilidade do território de uso comum, do ponto de vista ambiental, econômico e social, considerando a cultura,

como principal capital para seu equilíbrio e manutenção da qualidade de vida – percebida como um valor muito acima da acumulação do capital.

Os pressupostos morais desse comportamento dos quilombolas de Rosário, solidário com as necessidades das famílias das comunidades vizinhas, relacionados ao território de uso comum, estão referendadas – apesar deste fato não estar expresso de maneira explícita nos discursos de seus membros, em suas concepções religiosas cristãs e em leis consuetudinárias no direito.

Este comportamento moral envolve as relações comunitárias, suas trocas solidárias não monetárias e nem sempre econômicas, baseadas nas relações pretéritas e atuais, com obrigações recíprocas, deveres e direitos sociais relacionados ao bom uso dos recursos naturais para consumo e para geração de excedentes para comercialização, desde que garantido o compartilhamento equilibrado às famílias que fazem parte do território de uso comum.

Ao invés de assegurar única e exclusivamente o território quilombola e seus recursos naturais para si, os comunitários de Rosário e Mangabal garantem por sua postura as relações sociais e comunais existentes, reconhecendo territorialidades e existências diversas representados no Território de Uso comum do rio Camará, definindo as coisas que não se deve dar, nem vender, mas guardar: os valores morais, a confiança e o respeito mútuos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2002.

ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Antonio Carlos. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; COBIO - Coordenadoria da Biodiversidade; NUPAUB - Núcleo de Pesquisas Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras; Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – Uso Comum e Conflitos**. In: *Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias*, v.2: Estratégias de Reprodução Social/ Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo:

Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

BENATTI, José Heder. Posse Coletiva da Terra: Um Estudo Jurídico Sobre o Aposseamento de Seringueiros e Quilombolas. **Revista CEJ/Conselho da Justiça Federal**, Centro de Estudos Judiciários – vol. 1, n.º 1, Brasília: CJF, 1997. In: <http://www.if.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/126/169>.

BENATTI, José Heder. **Formas de Acesso à Terra e a Preservação da Floresta Amazônica: Uma Análise Jurídica da Regularização Fundiária das Terras dos Quilombolas e Seringueiros**. IPAM, Programa Nacional da Diversidade Biológica, Seminário de Consulta, Macapá, 21 A 25/09/1999.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 46/47, 1983.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar. Estratégias de Mudança Identitária para Acesso a Bens e Serviços Sociais na Amazônia. **Revista de Psicologia Política**, vol.14, nº. 29, São Paulo, 2014.

CRUZ, Mariana Neves. **Gestão de Recursos Pesqueiros na RESEX Mãe Grande de Curuçá: Comunidade de Arapiranga de Dentro**, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia do IFCH/UFPa, Belém, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da e Almeida, Mauro W. Barbosa de. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. Artigo publicado em Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios, Orgs. João P., R. Capobianco et al, São Paulo, **Instituto Socioambiental e Estação Liberdade**, 2001, pp. 184-193.

KUPER, Adam. **A Invenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um Mito**, Editora Universitária da UFPE, 2008.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia Política como Etnografia: Um Guia Teórico e Metodológico**. Horizontes Antropológicos, Poto Alegre, ano 12, nº 25, p. 85-103, jan/jun/2006.

LUNA, Marisa Barbosa Araújo. **Questões de Uso Comum: Transformações das Lógicas de Apropriações de Territórios e Recursos Naturais**, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

MARINHO, José Antônio Magalhães. Desenvolvimento do Extrativismo do Açai e Mudanças na Socioeconomia de Ribeirinhos Marajoaras. Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias, v.2. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO, Rosa (orgs.) **Estratégias de**

Reprodução Social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão de Troca nas Sociedades Arcaicas.** Sociologia e Antropologia. São Paulo : Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos** culturais. Mana vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Cinco desafios à imaginação sociológica. In: **Pela Mão de Alice**, São Paulo: Cortez, 2009, p. 17-22./

SCOTT, James C.. **Formas Cotidianas de Resistência Camponesa.** Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002, Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. In: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_86.pdf.

SIMMEL. Georg. **O Conflito como Sociação.** (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, vol. 10, n. 30, Dez/2011, p. 568-573. In: <http://www.cchala.ufpb.br/rbse/index.html>.

WOORTMANN, Ellen. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Brasília, UNB/Editora Hucitec, 1995.

CAPÍTULO 5

FORRA, O CONTRATO E O LEILÃO DO AÇAÍ: ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ NO PORTO DO AÇAÍ DO JURUNAS, BELÉM-PA

DOI: 10.36599/itac-peam.0005

Marcos Trindade Borges²⁷

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de divulgar parte do resultado de uma pesquisa de mestrado apresentada na do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), área de antropologia, em 2013; e versa sobre a etnografia das relações de comercialização açaí no Porto do Açaí, bairro do Jurunas, Belém-PA, que se desdobram em práticas ribeirinhas-urbanas que envolvem interrelações de uma economia mais humana entre maqueiros e apanhadores de açaí. É válido destacar que as interpretações realizadas aqui estão dentro de uma perspectiva antropológica econômica com interfaces entre as noções de mercado, dádiva e reciprocidade nos fluxos de pessoas e do fruto do açaizeiro, vistos aqui como processos culturais contínuos.

Palavras-chaves: Mercado. Dádiva. Reciprocidade.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de divulgar parte do resultado de uma pesquisa de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPGCS) da UFPA na área de antropologia, em 2013 e versa sobre a etnografia das relações de comercialização açaí no Porto do Açaí, Jurunas, Belém-PA, que se desdobram em práticas ribeirinhas-urbanas que envolvem interrelações de uma economia mais humana entre maqueiros²⁸ e apanhadores de açaí²⁹, como *a forra, o contrato e o leilão do açaí*.

É válido destacar que as interpretações realizadas aqui estão dentro de uma perspectiva antropológica econômica com interfaces entre as noções de mercado, dádiva e reciprocidade nos fluxos de pessoas e do fruto do açaizeiro, vistos aqui como processos culturais contínuos no Porto do Açaí, um ambiente considerado por mim como familiar.

²⁷ Mestre em antropologia pela Universidade Federal do Pará. Email: mtborges07cs@hotmail.com

²⁸ Compradores do fruto do açaizeiro e vendedores do produto despulpado por máquinas elétricas.

²⁹ São os trabalhadores extrativistas do fruto do açaizeiro.

O Porto do Açaí fica localizado no bairro do Jurunas. Neste trabalho ele é visto como um dos mercados de comercialização e circulação de produtos e pessoas mais relevantes da Amazônia. O açaí, fruto que dá o sobrenome ao porto, sem dúvida, é o carro chefe das comercializações que se desenvolvem nesse **mercado de encontro** (ABRAMOVAY, 2004).

É na comercialização do açaí que as ações, os gestos e as palavras nativas locais aparecem incrustados de significados econômicos-simbólicos-socais e fogem a um olhar desatento. Assim, foi necessário ir além do aparente (material e superficial) e fazer interpretações dos dados etnográficos obtidos por mim durante o processo de observação participante dos grupos presentes no Porto do Açaí durante os fluxos do açaí.

Para tanto, tornou-se fundamental para a análise seguir perspectiva antropológica econômica que questionasse o sentido dado pelo “‘toma lá, dá cá da’ economia econômica”³⁰ (BOURDIEU, 1996b, p.165) e pela perspectiva antropológica (demasiada dualista) que acabam apenas por instrumentalizar os dados e opor dádivas-recíprocas ao mercado, respectivamente, nas trajetórias que envolvem coisas e relações sociais. É o que mostrarei adiante.

Estranhando o familiar

Minha família vendeu açaí³¹ no Jurunas por mais de cinquenta anos. Em virtude dessa experiência familiar na compra do fruto e na produção do açaí nesse bairro ribeirinho³², eu participei das das relações que afloram entres vários grupos no Porto do Açaí e dele com o outro lado do rio, em um vai e vem de barcos que transportam diuturnamente, entre o interior e a cidade, os mais variados produtos amazônicos, em especial o açaí.

O estranhamento do que era “familiar”, como diz Velho (1978), levou-me a pesquisar incipientemente, em 2008, as relações comerciais dos maqueiros de açaí do Jurunas; e mais profundamente, em 2013, os fluxos de comercialização,

³⁰ Entendo que Bourdieu fala de uma economia onde o sujeito é puramente calculista.

³¹ Nomear apenas por “açaí” em vez de “vinho” de açaí, que é uma expressão dada pelos europeus em analogia a cor do vinho desta região (MOURÃO, 2010), busca dar sentido à nomeação que as pessoas e os grupos do cotidiano local usam para nomear tanto ao fruto quanto à bebida. Agradeço à professora Angélica Maués por aguçar essa reflexão.

³² Segundo Rodrigues (2008), o bairro do Jurunas se desenvolveu às margens do rio Guamá e é um local onde circulam muitas pessoas que moram nas áreas ribeirinhas próximas de Belém, o que corrobora muito para diversos aspectos atuais do bairro.

circulação e consumo de açaí no Bairro do Jurunas. Este artigo é parte deste trabalho de observação e análise mais profunda de algumas partes registradas no primeiro. É uma “experiência próxima”, como diz Geertz (2008), no Porto do Açaí do Jurunas.

Perspectiva antropológica econômica

A perspectiva antropológica econômica adotada aqui parte de Bronislaw Malinowski (1986)³³, que apontou que a generosidade nativa no cerimonial do *Kula*³⁴ não pode ser confundida com um “*comunismo primitivo entre os selvagens* [já que] essa noção é tão falsa quanto a ficção que lhe é diametralmente oposta, do nativo essencialmente aquisitivo e impiedosamente tenaz” (1986, p. 100), o que para ele tem validade também nas sociedades ditas civilizadas.

Malinowski enfatiza ainda que, no *Kula*, apesar do *Noblesse oblige*³⁵ ser a regra social, a virtude pessoal e os conflitos entre os parceiros estão também presentes³⁶ nas relações, mas sem que o sentimento social de justiça e de reciprocidade seja deixado de lado, pois “o homem que é justo e generoso no *Kula* obterá para si um fluxo maior de objetos do que aquele que é mesquinho” (1986, p. 100).

Nessa mesma linha de articulação entre a generosidade social e as virtudes pessoais apontada por Malinowski, mas de forma ampliada, Marcel Mauss (1974) se debruçou sobre o sistema *potlatch* do noroeste americano descrito por Franz Boas como um “sistema econômico dos indígenas da Colúmbia Britânica [...] em grande parte baseado no crédito, tanto quanto [o sistema] [d]os povos civilizados” (BOAS, 1989, *apud* MAUSS, 1974, p. 96).

O *potlatch* é um sistema de crédito e honra, de circulação de dádivas e, ao mesmo tempo, um cerimonial de cunho “agonístico”, onde indivíduos e grupos

³³ Apesar de não ter objetivo do antropólogo de “realizar uma crítica das teorias existentes sobre a economia primitiva” (p. 99), ele acabou por fazer as primeiras críticas às visões puramente econômicas e românticas sobre a vida e a economia das sociedades ditas não-civilizadas e civilizadas.

³⁴ É um cerimonial da Melanésia Ocidental descrito por Malinowski como uma complexa troca cerimonial entre parceiros individuais, na qual o aspecto fundamental é a troca de dois artigos: braceletes e colares. De maneira genérica, uma “troca de bens e riquezas, sendo, portanto, uma instituição econômica” (1986, p.87).

³⁵ De nobres, de proceder com nobreza (T.A)

³⁶ Malinowski (1986, p. 114) fala de mecanismos sociais e psicológicos que não deixam de influenciar reciprocamente as instituições. Essas influências, que até aquele momento tinham sido pouco teorizadas, precisam ser mais pesquisadas.

rivais destruíam bens cercados de histórias e mitos (GODELIER, 1971). O sistema tinha como fundamento a busca do triunfo político de caráter coletivo (MAUSS, 1974), onde o interesse não era apenas pautado no paradigma do puro “selvagem barganhador” da economia clássica smithiana (POLANYI, 2000. p 62), mas numa aliança mais duradoura e contínua, como defende Mauss.

Os méritos desses trabalhos não foram somente demonstrar que o *Kula* e o *potlach* são instituições econômicas de sociedades do passado que se reproduzem no presente, mas também que havia racionalidade nessas práticas nativas e situações equivalentes no Ocidente. Malinowski, por exemplo, compara o *Kula* com instituições de heranças de família dos europeus e com as Joias da Coroa Britânica.

Destarte, o *Kula* e o *potlach* apresentam-se como relevantes sistemas econômicos (mas não só isso) onde as dádivas-recíprocas (generosidade, honra e aliança) são praticadas por meio de bens concretos e simbólicos, no momento do encontro entre parceiros individuais ou entre “comunidades antagônicas” (PEIRANO, 2003, p.13) em festivais, em banquetes, em feiras e em **mercados**.

Assim sendo, os estudos sobre mercados ganham relevância dentro dessa perspectiva antropológica econômica adotada aqui, já que para Mauss (1972, p. 135) o “homem primitivo” passou boa parte de sua vida nas relações de mercado e o “homem moderno” está todo o tempo no mercado. Mas como esse mecanismo econômico é visto dentro da dita perspectiva antropologia? Ele se apresenta como integrante e não como determinante da vida social.

Como parte da vida social, o mercado não pode ser desprezado nas análises dos fluxos de produtos e pessoas, porque essa preterição romantiza e idealiza a compreensão desses fenômenos. Appadurai (2008, p. 27), por exemplo, diz que esses fluxos não se reduzem a dualidades ou oposições: (...) ‘objetivação de pessoas’ *versus* ‘personificação de coisas’; ‘troca comercial’ *versus* ‘reciprocidade’; e assim por diante”, muito em voga na antropologia e na economia que opõem a dádiva recíproca à troca comercial.

A dádiva recíproca segue aqui os preceitos do *Ensaio sobre a dádiva* de Marcel Mauss (1972), no qual o autor lança o fio condutor de uma moral eterna, que “é comum às sociedades mais evoluídas, às do futuro próximo e às

sociedades menos elevadas que podemos imaginar” (p. 168). Moral em que homem, grupo e sociedade se fundem e formam ciclos de reciprocidade.

Para Mauss (1974, p.183), “Não há outra moral, outra economia, outras práticas sociais, além destas”. Então ele acredita e deixa claro no *Ensaio* que deve haver uma ética na busca por riquezas, bem como reivindica uma economia menos nociva ao social e ao indivíduo, no momento das transações, diz ele:

Devemos, acredito, mesmo na medida em que desejamos desenvolver nossa própria riqueza, permanecer um tanto indiferentes de puros finalistas, sem deixarmos de ser melhores contabilistas e melhores gerentes. A perseguição dos fins do indivíduo é nociva aos fins e à paz do conjunto, ao ritmo de seu trabalho e de suas alegrias, e – por efeito – ao indivíduo mesmo (p.177).

Enfim, mesmo não deixando claro uma *teoria da reciprocidade das dádivas* em seu *Ensaio*, Mauss apontou o caminho das relações pelas três obrigações: “dar, receber e retribuir” e, assim, construiu, mesmo que de forma intuitiva, as bases para que outros estudiosos refletissem sobre as relações que envolvem trocas materiais e simbólicas como fato social total.

O antropólogo Lévi-Strauss foi um dos que apresentou em *As estruturas elementares do parentesco*, a circulação de mulheres entre grupos e as consequências deste fluxo nos grupos que realizavam essas trocas, o que deu base para o que ele formalizou como o “algo universal por trás da diversidade no nível dos fatos [...] o princípio de reciprocidade” (LANNA, 2000, p. 178).

O estruturalista ampliou as noções de dádiva e aliança, já intuídas por Mauss, e realizou a exposição de vários de rituais de dom e de troca (nas sociedades primitivas e contemporâneas) de presentes, de convites, de gentilezas, de produtos, etc., correspondentes a reciprocidades equivalentes, ratificando que, apesar de equivalentes, “na troca há algo mais que coisas trocadas” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 99).

Pierre Bourdieu é outro que seguiu o fio condutor de Mauss. No livro *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação* ele utiliza como instrumento de ruptura com o comportamento humano encantado e mítico ao fazer a pergunta: “É possível um ato desinteressado?” (1996, p. 137). O sociólogo francês chega à conclusão que:

Se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado. Dentre esses universos, os mais típicos são, junto com a família e toda a economia de trocas domésticas, os diversos campos de produção cultural, o campo literário, o campo artístico, o campo científico, etc., microcosmos que se constituem sobre a inversão da lei fundamental do mundo econômico e nos quais a lei do interesse econômico é suspensa (p. 153).

Assim como seus antecessores, Bourdieu contrapõe-se ao utilitarismo que limita a ação dos agentes ao cálculo racional. Opõe a este a “cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo. E continua dizendo que “entre os agentes e o mundo social há uma relação de cumplicidade infraconsciente, infralingüística [...] [em que] os agentes utilizam constantemente em suas práticas teses que não são colocadas como tais” (p. 143)

Bourdieu faz ainda na dita obra sua contribuição para a análise da troca de dádivas, incluindo “o papel determinante do intervalo temporal entre a dádiva e a retribuição” (p. 159) que, segundo ele, faltava às definições de Mauss e Lévi-Strauss. Assim, o tempo:

“[...] distingue a troca de dádivas do *toma lá, dá cá* [, é como se] lá [na sociedade cabila o tempo] estivesse para permitir que quem dá defina sua dádiva como uma dádiva sem retorno – e ao que retribui, de definir sua retribuição como gratuita e não como determinada pela dádiva inicial” (p.160).

Assim, para Bourdieu a troca de dádivas gera suspense, um disfarce que esconde o verdadeiro intuito dos agentes. É a dualidade da economia das trocas simbólicas: intervalo temporal e recalque coletivo. Somado a essas propriedades, Bourdieu apresenta outra não menos relevante para a economia simbólica: “o *tabu da explicitação*, cuja forma, por excelência, é preço” (p. 162), ou preço simbólico.

Atualmente outros estudiosos vêm trabalhando dentro dessa perspectiva, como Cardoso de Oliveira, Marcos Lanna, Alain Caillé, Jacques Godbout e Eric Sabourin. Este último, por exemplo, influenciado por contribuições de Temple e Chabal, respectivas às de Mauss e Lévi-Strauss (SABOURIN, 2008), trabalha “a articulação dialética entre as implicações da troca mercantil e das práticas de reciprocidade” (WANDERLEY, 2009, p 14).

Sabourin (2001; 2009) pesquisa as comunidades do nordeste brasileiro e mostra que os produtores rurais, ao se integrarem ao mercado e à sociedade global, não abandonam por completo “os valores e formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade” (2001, p. 5). Outra contribuição de Sabourin é a não distinção das economias *substantivista* e *formalista* para uma análise crítica que fuja dos limites impostos por elas. O que, por um lado, resulta em não demonizar os mercados, como fazem/fizeram muitos estudiosos³⁷ e, por outro,

[no] reconhecimento de uma coexistência dialética entre princípio de troca e princípio de reciprocidade [o que] confirma a natureza, por vez híbrida, de tantas situações econômicas contemporâneas; mas confirma também a esterilidade do híbrido. O princípio da reciprocidade não se mistura à troca, elas convivem; e, muitas vezes, uma domina a outra (2009, p. 267 a 268).

Dito isso, é relevante deixar claro que os fluxos culturais de produtos e pessoas são vistos aqui não apenas na acepção de manter os corpos em movimento, transferindo-os de um lugar para o outro de maneira estática, e sim no sentido da reinvenção, da modificação dos cenários, das incertezas nos caminhos e desvios, enfim, em um processo contínuo de reflexão de suas complicações locais e globais (APPADURAI, 1998, 2008; HANNERZ, 1991).

Para definição de mercado opto por três entendimentos que parecem dar sentido ao mesmo tempo em que não impõem uma barreira impermeável entre ele e a noção de dádiva e reciprocidade. O primeiro é dado por Polanyi (2000), ao vê-lo como um local de encontro para finalidade de permuta ou de compra e venda. O segundo por Bourdieu (2005, p.17) que o ratifica como um “produto de uma construção social”, um artefato histórico. O terceiro por Abramovay (2004) que acredita que para existir mercados são necessárias condições sociais e comportamentais que vão muito além do que se entende por autointeresse dos atores.

Já em relação à noção de dádiva e o espírito de reciprocidade, da solidariedade da aliança, busco no sentido dado por Mauss (1972 e 1974) e de alguns dos seguidores dele, já citados anteriormente, bem como Polanyi (2000),

³⁷ Sabourin (2009, p. 267) direciona essa crítica aos ideólogos marxistas. Também coloca que na interpretação de Polanyi da *inserção do econômico no social* ele nunca apresentou a troca como categoria relevante.

Sabourin (2001, 2008, 2009), Godbout (1998), Caillé (1996), pois acredito que para eles essas noções caminham *ao encontro* do sistema de solidariedade social e *de encontro* às noções puramente utilitaristas.

Para tanto, torna-se fundamental que os fluxos dialoguem com as categorias mercado, dádiva e reciprocidade para interpretação das relações que envolvem a comercialização do açaí no Porto do Açaí do Jurunas e que estão carregadas de valores, linguagens, rituais, produção, consumo, dádivas, reciprocidade e práticas socioculturais, experiências, etc. (RODRIGUES, 2008; BORGES, 2013).

Porto do açaí: um mercado de encontro no jurunas

O Porto do Açaí foi inaugurado pela prefeitura de Belém na década de 1980³⁸. Ele fica localizado entre a margem do rio Guamá e a Avenida Bernardo Sayão, no bairro do Jurunas. É o segundo lugar de maior circulação de açaí em Belém, perdendo em volume de comércio da fruta apenas para o Porto da Feira do Açaí, no Ver-o-peso, conforme os dados da DCT/DFMP/SECON³⁹ sobre o volume do produto nos principais portos da cidade⁴⁰.

Estima-se ainda que no porto do Jurunas circulam mais de 800 pessoas por dia (Jornal “Público”, 17 fev. 2009. Caderno Dia a Dia, p. A9) e mercadorias (entre a zona rural e a urbana) dos mais variados tipos, em especial o açaí. Do mesmo modo, o Jurunas é considerado um bairro onde vivem e circulam muitos migrantes e ribeirinhos (RODRIGUES, 2008). Então, vale a pergunta: de onde vem as pessoas e o açaí que circulam no Porto do Açaí?

Em trabalho de campo entrevistei três carregadores⁴¹ do porto em questão. Eles são conhecidos como Maneca, Barriga, Mário ou Mário Pajé⁴². Este tem 65 anos e realiza essa atividade há 42 anos no referido porto. Segundo eles, o açaí

³⁸ Esta é a data de inauguração oficial feita pela prefeitura de Belém, mas a comercialização de açaí na margem do rio no bairro do Jurunas é realizada bem antes desta data (BORGES, 2013)

³⁹ Divisão de Controle Técnico/ Departamento de Feiras Mercados e Portos/Secretaria Municipal de Economia.

⁴⁰ Porto da Feira do Açaí (Ver-o-Peso), Porto do Açaí (Jurunas), Porto da Palha (Condor) e Porto de Icoaraci (Orla de Icoaraci - Distrito de Belém).

⁴¹ Esses foram escolhidos para a entrevista por terem contato direto com os ribeirinhos, que trazem o açaí para o porto do Jurunas, e com os maqueiros que compram o produto e produzem o açaí que é bebido na região. Dos entrevistados, dois trabalham tirando as rasas com açaí dos barcos e levam à “pedra” de comercialização (Maneca e Barriga), o outro da “pedra” aos pontos de venda dos maqueiros.

⁴² É relevante destacar que esses carregadores têm muitos parentes trabalhando no Porto do Açaí. O carregador chamado Barriga, por exemplo, possui vinte parentes (irmãos, esposa, cunhados, etc.) nessa situação.

comercializado no Porto do Açaí é “tirado” e trazido por apanhadores, marreteiros, etc. da região das ilhas de Belém (Ilha do Maracujá, do Combu, do Papagaio, etc.), de Barcarena⁴³, do Baixo Acará⁴⁴, Muaná, Anajás, Curralinho, São João da Boa Vista, Mocoões, Arapichi, Pracuuba, Atuar, Pau-de-Rosa, Ponta de Pedra⁴⁵.

O açaí chega ao Porto do Jurunas trazido também por via terrestre. Neste caso ele é conhecido como “açaí da estrada” e vem de Capitão Poço, Castanhal, Santa Isabel, Guamã, Inhangapi, Viseu, Bujaru, Tomé-açu, bem como o do estado do Maranhão. Ainda tem o “açaí gelado” que vem em barcos geleiros do Amapá, que encostam diretamente no Porto do Açaí, ou é trazido por transportes terrestres da Feira do Açaí para o porto do Jurunas.

Toda essa movimentação exposta nas entrevistas dos carregadores e nos dados da Secretaria de Economia de Belém se traduz na percepção de que o Porto do Açaí funciona quase que 24 horas⁴⁶ para a comercialização do açaí. Particularidade que não segue um padrão temporal rígido, pois o vaivém no porto sofre influências das festas das localidades ribeirinhas, dos fenômenos da natureza, etc. (BORGES, 2008, p.51-56).

No Porto do Açaí a comercialização do fruto ocorre em quatro **feiras de encontro** dentro desse mercado amazônico⁴⁷. Todos os dias, num intervalo de uma ou duas horas de uma feira para a outra, percebe-se a disposição dos paneiros ou rasas⁴⁸ com açaí e das pessoas na “pedra” de comercialização do referido porto.

Na primeira feira de encontro, a comercialização do açaí e a circulação de pessoas começa ainda na madrugada e se estende até as 8 horas da manhã. A segunda inicia-se às 9 horas (chamada de “feira das 9”) e termina por volta das 11 ou 12 horas. A terceira começa às 13 horas e termina às 15h. A quarta e

⁴³ Ilha das Onças, Arapari, Arauaia, Laranjeira, Cafezal, São João, Ilha da Mucura, Madre de Deus, Piramanha, Arapiranga, Ilha Grande, Capim, Jutuba, e outras locais que talvez não foram lembrados na entrevista.

⁴⁴ Comunidades: Genipaúba, Santa Quitéria, Tapicuru, São Domingos.

⁴⁵ De acordo com os entrevistados, das três primeiras regiões o açaí vem em rasas (paneiros grandes). Das seguintes, o fruto vem em paneiros ou, como eles mesmos falam, em “paneirinho”. Rasas e paneiros são utensílios feitos com tala de guarumã, palmeira típica da região amazônica.

⁴⁶ É relevante dizer vêm pessoas de outros bairros para adquirir os frutos no Porto do Açaí, mas uma grande parte é do próprio Jurunas.

⁴⁷ Ao descrever o dia a dia no Porto, a Nova cartografia Social da Amazônia (2008) colocou situação semelhante, ver página 4.

⁴⁸ Paneiros e rasas são espécie de balaios pequenos e grandes, respectivamente.

última feira, vai das 16h ao início da primeira, pois algumas pessoas continuam a vender, a comprar, a carregar e a armazenar açaí depois do pôr-do-sol.

São nessas quatro feiras que vários trabalhadores, como carregadores, marreteiros, apanhadores, maquineiros ⁴⁹ se encontram no Porto do Açaí do Jurunas. Eles são homens e mulheres muitas vezes envolvidos em redes “formadas por parentes, amigos, vizinhos, conterrâneos, compadres, colegas, *chegados*” (RODRIGUES, 2008, p.235). Assim, o porto também é um *campo* onde as pessoas praticam seus *habitus*, no sentido dado por Bourdieu (1996).

É durante esses encontros que eles fazem as articulações entre a troca de coisas concretas e as trocas simbólicas. Trocam açaí por dinheiro e, ao mesmo tempo, firmam laços sociais, solidariedades, saberes, etc. que se revelam por meio de palavras, de regras, de normas ou de costumes (SABOURIN, 2009), como é o caso da palavra nativa *forra* (como se verá à frente) a qual tem “o sentido dado pelo homem ou criado pelo homem quando entra numa relação recíproca” (SABOURIN, 2008, p. 133).

Por conseguinte, são nesses fluxos do açaí e de pessoas à beira-rio que essas palavras e relações (ditas e vividas pelos grupos no contexto local) ganham os sentidos de interface entre mercado e dádiva-recíproca. Destarte, o porto jurunense não deixa de ser um local de troca mercantil, *do toma lá, dá cá*. Nele, a comercialização do açaí sofre uma dupla influência (simbólica e econômica) para além do que a ortodoxia econômica considera como um puro dado (a oferta, a demanda, o mercado).

Ao mesmo tempo, o Porto do Açaí é um construto social e histórico (BOURDIEU, 2005, p.17), bem como um *local de encontro* entre os apanhadores e os maquineiros (mas não só entre eles), onde o padrão mercado está presente pelo menos em [boa] parte [das relações] (POLANYI, 2000, p. 76), mas que esse molde não é o suprassumo das relações ali presentes.

Logo, o Porto do Açaí ratifica-se como mercado, porque assume as “condições sociais e comportamentais que vão muito além do que se entende habitualmente por autointeresse dos atores” (ABRAMOVAY, 2004, p. 48), afirmações estas que fazem e dão sentido às relações econômicas e sociais

⁴⁹ Segundo a Agência SEBRAE de Notícias (02/09/2011), estima-se que apenas na região metropolitana de Belém exista em torno de dois mil batedores (maquineiros) de açaí no período da entressafra, número que pode chegar a quatro mil na safra.

vividas no porto do Jurunas, como a *forra*, o *contrato* e o *leilão do açaí*, que serão expostas a seguir.

A forra

No ano de 2008, observei a pronúncia da palavra “forra” nas relações que envolviam/envolvem os maquinheiros do Jurunas com outros grupos que participavam/participam da compra e venda do fruto no Porto do Açaí e na Feira do Açaí no Ver-o-Peso, mas particularmente no primeiro local. Dessas relações cotidianas, notei que o uso da palavra “forra” era bem intenso na interação que intitulei como “Relação Maquineiro-Apanhador”.

Vale dizer que as expressões linguísticas registradas neste trabalho faziam/fazem parte do cotidiano e da comunicação entre os citados grupos. Assim, apenas estranhei o que nunca foi natural no porto do Jurunas no momento da comercialização do açaí entre os grupos ali presentes; e o que leva as relações para além das coisas trocadas.

Na pesquisa de 2008 descrevi a relação Maquineiro-Apanhador [M-A daqui em diante] no Porto do Açaí nos seguintes termos:

[...] É uma relação baseada em ações que vão, em muitos casos, muito além da simples troca dos frutos do açaizeiro por dinheiro.

Muitas vezes maquineiro e apanhador criam um vínculo próximo de fidelidade. Isto é, o maquineiro dá grande preferência, no momento da compra, aos furtos de um determinado apanhador e este, por sua vez, prefere vender os caroços para um mesmo maquineiro. Esta relação tem, muitas vezes, como pauta aquilo que os ambos chamam de **‘forra’**. A **‘forra’** acontece em virtude das relações de compra e de venda dos frutos se tornarem um pacto bastante sério entre ambos. Funciona da seguinte forma: quando a oferta de açaí é grande na chamada ‘pedra’, o que é denominado como ‘tampa’, ao maquineiro cabe dá a **‘forra’**, ou seja, pagar o preço um pouco acima do valor do dia ao apanhador. Quando acontece de ter pouco fruto à disposição da compra, o que é chamado de ‘falha’, a **‘forra’** cabe ao apanhador, que vende um pouco abaixo do preço da feira os frutos do açaí ao maquineiro. A ‘forra’ também acontece quando um maquineiro, sem ter nenhum vínculo anterior com apanhador, numa ocasião de ‘tampa’, compra o açaí deste, tirando-o da ‘pedra’ e de uma situação difícil. Consequentemente, o apanhador numa ‘falha’ dá preferência de venda ao maquineiro, que um dia lhe tirou da ‘pedra’, o que pode engendrar ou não um caso de compromisso dali em diante.

Nota-se que o apanhador que mantém esse tipo de relação com algum maquineiro sempre separa as melhores rasas e paneiros de açaí e os melhores frutos para este último. Porém nem sempre isso se dá de forma

harmônica, não são raros os pactos quebrados e o vaivém ou troca de 'freguesia'. Nada que não possa ser resolvido com o presenteio de um cafezinho ou por um paninho de frutas ou, ainda, com uma boa “forra” e um bom diálogo (BORGES, 2008, p.43-44).

Em princípio, é relevante ressaltar que a relação M-A é “baseada em ações que vão, em muitos casos, muito além da simples troca dos frutos do açazeiro por dinheiro” (Idem, p. 43). Esta afirmação parece revelar a inserção, na troca, de uma humanidade diante da equivalência entre coisas (GODBOUT, 1998), de um espírito ou uma moral que vai para além da pura economia de mercado.

Como dito anteriormente, o Porto do Açaí é um **local de encontro** para finalidade de permuta ou de compra e venda (POLANYI, 2000, p.76) de açaí, onde a expressão “forra” é proferida por maqueiros e apanhadores. Mas, na relação aqui em análise, ela não tem o propósito de obter alguma agressão ou ofensa sofrida; desforra; vingança⁵⁰, e sim no sentido de retribuição por obrigações sociais subjacentes na relação M-A.

Dessa maneira, a “forra” funciona no plano simbólico e alimenta/realimenta a dita relação, gerando “vínculos próximos da fidelidade [onde] o maqueiro dá grande preferência [e] o apanhador [o] prefere...” (BORGES, 2008, p.43). Isto, porque, talvez, inconscientemente seja mais vantajoso gerar aliança, gerar confiança. Eventos que se desdobram em estruturas de reciprocidade diferentes⁵¹.

Destarte, ao contrário da neutralidade do mercado que não alimenta as relações sociais (GODBOUT, 1998, p. 10) ou do contrato da indiferença econômica de “quando eu compro o pão, as minhas relações com o padeiro começam e terminam ali” (MAUSS, 1972, p. 139) a relação M-A, pautada na “forra”, busca estender a convivência relacional entre amigos (e porque não dizer entre parentes, vizinhos, conterrâneos).

Provavelmente procura-se a certeza de que ninguém sairá perdendo com essa **voluntariedade humana obrigatória**. Porém, vale dizer que o açaí e o dinheiro circulam entre M-A livres para realizarem alianças. No entanto, há na

⁵⁰ Disponível em iDicionário Aulete (verbete). Disponível em: <https://aulete.com.br/forra>. Acesso: 05/06/2012.

⁵¹ Sabourin (2009), esquematizando algumas estruturas de reciprocidade, fala que as relações que correspondem à reciprocidade binária simétrica (cara a cara) motivam amizade.

palavra uma força estrutural que engendra o laço social e que obriga os participantes adquirirem uma “dívida voluntária” e humana.

Na relação M-A, o maquineiro dá algo simbólico para o apanhador de açaí, quando ocorre a “tampa”, ou seja, a “forra” cabe ao maquineiro, que paga “o preço um pouco acima do valor do dia ao apanhador” (BORGES, 2008, p.43) e o apanhador devolve algo simbólico para o maquineiro, quando ocorre a “falha”, ou seja, a “forra” “cabe ao apanhador, que vende um pouco abaixo do preço da feira os frutos do açaí ao maquineiro.” (Ibid)⁵².

Contudo, há algo importante que deve ficar esclarecido em relação à “negociação” entre M-A, já que há “algo simbólico” que é acionado no momento que eles proferem a palavra “forra”. Esse algo “a mais”, como coloca Godbout (1998, p. 10), corresponde ao “tabu da explicitação”, conforme Bourdieu (1996b). A “forra” enquanto experiência vivida por M-A ultrapassa o preço, que é a expressão do valor da mercadoria, ou seja, é o valor em dinheiro pago pelo açaí.

Tal situação, talvez crie uma confusão entre o valor econômico e o valor simbólico. Mas cabe lembrar que, em princípio, existe um preço geral de compra-venda (de mercado) e um “preço” simbólico no porto do Jurunas, que se diferem e se confundem com “preço um pouco acima [e com o preço] um pouco abaixo do preço da feira”⁵³ praticados nas relações recíprocas entre M-A, e que dificilmente se consegue quantificar e mesmo achar uma simetria.

Assim, ao contrário do geral que apenas quantifica, o simbólico possibilita a criação da dívida moral, da solidariedade entre os homens, bem como reforça os laços de amizade, de parentesco, etc. dos envolvidos na dita relação. Enfim, a “forra” é dádiva: “um salto misterioso para fora do determinismo [...] algo que ultrapassa a necessidade de ordem material (GODBOUT, 1998, p. 10) dentro do convívio cotidiano entre M-A no Porto do Açaí.

Destaca-se, assim, o cuidado com o outro. Fato que foge à premeditação da satisfação do interesse próprio que poderia confundir reciprocidade com simples troca (SABOURIN, 2008), já que, na relação em questão, há vínculos sentimentais e sociais de proximidade. Estes, sem ceticismo, são traços bem

⁵² Estas parecem ser a “formalização” de uma aliança na qual a circulação de riquezas é apenas um instante de um contrato mais genérico e contínuo (MAUSS, 1974).

⁵³ Em relação a isso, Sabourin (2009, p. 283) coloca que “nem todos os mercados são de troca e nem todos os preços seguem as regras de troca”.

peculiares daqueles que vivem o cotidiano da comercialização do açaí no Porto do Açaí⁵⁴. Destarte, os homens têm outras razões além do interesse monetário para produzir, entre elas, a existência do outro.

E como é evocada essa preocupação na relação M-A? Entre M-A o cuidado recíproco não é mobilizado apenas no plano das coisas materiais, mas também no plano simbólico, pela palavra “forra”, proferida no momento da relação e que carrega o *mana* do doador, seja ele M ou A. O donatário seja este ou aquele, ao aceitar a “forra”, “sabe” que está contraindo um compromisso, e através do “*habitus* do sentido do jogo” (BOURDIEU, 1996b, p.144), “sabe” que tem que haver retribuição.

Aquele que não retribui perde a dignidade, a posição, a liberdade, o nome (MAUSS, 1974), bem como diminui a possibilidade gerar vínculos sociais. E se na relação M-A se dão e retribuem-se com a “forra”, “é porque se dão e se retribuem ‘respeitos’ – dizemos ainda gentilezas. Mas é também porque o doador se dá ao dar, e se ele se dá é porque ele se ‘deve’ – ele e seu bem – aos outros” (Ibid, p. 129).

Assim sendo, de certa forma, M-A se devem tudo. Por isso, talvez, o maquineiro dá a “forra”, mesmo “sem ter nenhum vínculo anterior com o apanhador [e tire este] de uma situação difícil” (BORGES, 2008, p. 44) e vice-versa. Por conseguinte, “é preciso retribuir com mais do que foi recebido. A ‘volta’ é sempre mais cara e maior” (MAUSS, 1974, p. 164). O apanhador, então, “que mantém esse tipo de relação com algum maquineiro sempre separa as melhores rasas e paneiros e os melhores frutos para este último” (BORGES, 2008, p 44).

Por fim, vale destacar que: “[...] nem sempre isso se dá de forma harmônica, não são raros os pactos quebrados e o vaivém ou troca de “freguesia”. Nada que não possa ser resolvido com o presenteio de um cafezinho ou por um paneiro de frutas ou, ainda, com uma boa forra e um bom diálogo (Ibid).

Se for levado em conta que as “trocas”, mesmo voluntárias, são obrigatoriamente retribuídas, sob pena de guerra privada ou pública (MAUSS, 1972, 1974), o trecho em questão parece ser um caso típico de instabilidade

⁵⁴ Não por acaso, Mauss (1974, p. 163) vai concluir que homens não têm apenas moral de comerciantes, eles guardam costumes de outros tempos e os utilizam em certas épocas e ocasiões.

dentro das três obrigações (dar, receber e retribuir) que, ao deixarem de ser cumpridas, atingem as relações.

Contudo, para comercializar, como expõe Mauss (1974, p.183), é preciso aprender a baixar as armas. A generosidade tem que ser restabelecida. O dar e o se dar precisam de continuidade no caminho para a circulação da vida e das coisas. Por conseguinte, tem que haver o retorno à paz pela gentileza, pela compreensão mútua, pelos valores éticos. Caminho simbolizado pelo “presenteio de um pão” com a fruta que faz lembrar a terra natal, ou pela “forra”. Gestos ou palavras que dão continuidade à dívida, à aliança social entre os vendedores e compradores dos frutos do açazeiro.

Assim, as palavras e os gestos revelam as dádivas recíprocas desse mercado local. Fatos simbólicos típicos desse contexto amazônico, onde cotidianamente as relações nas feiras de encontro entre M e A apresentam suas práticas da vida cotidiana relacionadas ao dar-receber-retribuir de Mauss, obrigações expressadas na palavra “forra”.

O contrato

Temple (s/d), ao analisar a relativização das formas positivas e/ou negativas de reciprocidade, afirma que essa conjunção conduz a uma terceira reciprocidade que organiza dualidades da dádiva e da vingança. Diz esse pensador:

Essas dialéticas [dádiva e vingança] podem se relativizar mutuamente, e essa relativização conduz a uma terceira forma de reciprocidade: a *reciprocidade simétrica* que está na origem dos valores *éticos*. A reciprocidade simétrica tem a peculiaridade notável de não levar a nenhuma forma de dominação e, portanto, não aparece em nenhuma relação de poder. Não deixa, mesmo assim, de constituir o fundamento da sociedade humana (p. 5).

Trazer tal reflexão para a comunicação entre M-A ajuda a pensar numa outra expressão que faz parte das relações do dia-a-dia desses grupos no fluxo cultural e econômico vivenciado no Porto do Açaí: o “contrato”. Este é realizado anualmente por um número reduzido de pessoas dos grupos da relação M-A e

é observado entre os que compram e vendem um bom volume de açaí, assim como entre os que comercializam quantidades menores.

Na interação do “contrato”, observei que se busca paridade entre M-A, já que o preço do açaí acertado entre os parceiros (M-A, mas não somente entre eles, pois marreteiros também praticam essa relação com os dois primeiros) não muda, ou seja, é um valor único para os frutos durante toda a safra e a entressafra, sendo que nesta última o valor dos frutos é maior.

No “contrato”, M-A não levam em consideração a “tampa”, a “falha” e a “virada” ou “virada de preço”. Esta acontece quando os preços dos frutos estão muito baixos ou muito altos e, de maneira repentina, os frutos que estão à venda mudam de valor (BORGES, 2008, p. 44). Alguns desses vínculos chegavam a durar anos e, atualmente, algumas semanas⁵⁵, onde os maqueiros compram safras e/ou entressafras inteiras de açaí dos apanhadores⁵⁶.

Contudo, o procedimento, principalmente entre “os veteranos” M-A, se mantém, já que “o pagamento é certinho e ninguém perde” e se “honra o bigode”, disse-me um antigo maqueiro, o que engendra um ambiente de honra, de confiança e de amizade entre os atores participantes dessa relação. Logo, estabelece-se na relação M-A de “contrato” a reciprocidade simétrica, onde a honra, o prestígio e o senso de justiça prevalecem (SABOURIN, 2009; TEMPLE, s/d).

Percebe-se, então, que o “contrato” faz parte da sociabilidade e da organização social (LANNA, 2000) desses grupos e atores do Porto do Açaí. Ele se caracteriza por uma reciprocidade simétrica embarcada por parceiros e que circula em meio à dádiva e à vingança “relativizada pelos limites da necessidade do outro” (SABOURIN, 2009, p. 62), bem como é onde M-A criam uma economia mais humana, apesar das pressões do mercado local e global de comercialização do açaí.

⁵⁵ Os pagamentos têm sido feitos semanalmente, quando maqueiros e apanhadores resolvem se o preço será mantido ou alterado para cima ou para baixo, segundo um dos meus entrevistados.

⁵⁶ Mas a variação de preço contínua, a partir da década de 1990, provocada pelo choque entre a produção artesanal, o consumo interno (Belém), a grande demanda nacional e internacional do mercado de açaí, têm feito diminuir essas práticas no Porto do Jurunas.

O leilão do açaí

No Porto do Açaí, no momento da entressafra⁵⁷ do açaí os apanhadores, em virtude da escassez do fruto disponível para venda, em que a “falha” se apresenta de maneira rigorosa e periódica, geralmente eles estão “no comando” das negociações, ou melhor, da hasta pública do açaí, realizando pressão muito forte sobre os maqueiros, que acabam transformando a situação num **leilão**.

Nesta situação, se formam círculos onde os apanhadores ofertam e os maqueiros procuram, e aqueles aparecem como donos da situação, já que são os proprietários do produto mais procurado no porto do Jurunas: o açaí. Os apanhadores então se tornam o centro das atenções, viram os pregoeiros da uma espécie de bolsa valores. Eles estão “no comando” das atividades e, assim, clamam suas ofertas em voz alta um valor máximo. É quando as “mãos estendidas têm de poder encontrar-se” (WEBER, 2004, p. 64) tal a força do mercado.

Alguns maqueiros aguardam, não demonstram interesse aos apanhadores no Porto do Açaí; outros se “agoniam” e “cobrem” os apanhadores com seus corpos, com as mãos e com as demandas em dinheiro. O açaí está em um período de sucessivas “falha[s]” e os maqueiros, os compradores do fruto, têm encomendas para atender, os fregueses esperam nos pontos de produção de “vinho” de açaí, polpa ou simplesmente açaí .

Mas a complexidade do contexto é bem maior e os maqueiros também têm que estar atentos à maré, de pensar no dia (é dia santo?), as placas que anunciam as festas nas regiões das ilhas⁵⁸. Eles avaliam a qualidade do açaí, a “medida” (quantidade de açaí numa rasa), a região de precedência do açaí, se o açaí está molhado ou não, analisam se choveu no dia anterior, a fama de “bom apanhador” do parceiro, o preço de outras feiras, etc.

Em algumas ocasiões fazem alianças com outros maqueiros, muitas vezes são parentes, a fim de darem um lance conjunto e comprar os frutos. Em outros casos, escolhem o maqueiro de maior prestígio entre eles: os mais

⁵⁷ Ocorre geralmente entre os meses de dezembro e junho de cada ano.

⁵⁸ Os dias dos padroeiros das localidades e a movimentação de seca ou cheia do rio influenciam também no preço dos frutos do açaizeiro (BORGES, 2013).

antigos do grupo, os mais próximos nas relações como os apanhadores (amigo, conterrâneos, etc.), e não são poucos os casos de parentesco no Jurunas.

Diante de muitas demandas, os maquineiros não têm tempo para pensar e perante a situação difícil de “falha”, bem como na iminência não conseguir “tirar” (comprar) o açaí, eles começam a “jogar sal” no produto ou a “salgar” (cobrir as ofertas em dinheiro, tornando o açaí mais caro) o preço, para ver quem leva o precioso fruto do açaizeiro. Esta é ocasião de grande concorrência *agonística*, um *potlatch*⁵⁹ à beira do rio Guamá.

Logo, “é um sal atrás do outro”, mesmo com o risco de “morrer” com a compra de um produto que pode não ter a qualidade esperada. Contudo, fora as responsabilidades ditas acima, a honra agora também está em jogo e, às vezes, o respeito é deixado de lado, mas, ainda assim, os maquineiros com “menos tempo de feira” ficam com um pé atrás, pois os mais antigos se impõem para não perder o prestígio e a autoridade. Mesmo assim há embates, muitas vezes especulativos e silenciosos, nos quais somente as mãos com dinheiro se encontram, para ver quem paga mais pelo açaí.

Os maquineiros querem receber os sinais dos apanhadores, se o negócio está fechado ou não. Porém estes estão a observar a destruição de valores e apenas conferem os vários lances e os recusam. Em alguns leilões, os maquineiros, em meio à “salgadeira”, recebem a “forra” dos apanhadores, que vendem a um menor preço frente a maiores ofertas em dinheiro. Outros maquineiros olham os apanhadores com as mãos cheias de dinheiro de um lance ou de vários.

Os apanhadores por sua vez especulam e perguntam aos outros maquineiros: “vai levar?” os frutos como se falassem “dou-lhe uma, dou-lhe duas...”. Ninguém mais se pronuncia e os apanhadores finalizam: “vendido!” ou “pega a saca!”⁶⁰, e, ouve-se gritos, chacotas e jocosidades entre os maquineiros. Assim sendo, está encerrado o leilão daquele lote ou daquela rasa com açaí para os maquineiros.

⁵⁹ O *potlatch* é um mecanismo que tem várias formas (crédito, jogos, casamentos, guerra, etc.) e muitas características de uma sociedade para outra, por isso é um fenômeno total (MAUSS, 1974). Aqui o adoto no sentido de rivalidades e dominação entre os maquineiros no momento da comercialização do açaí no Porto Jurunense, pois observei que, por exemplo, os “maquineiros da [Rua] Mundurucus” não querem perder a compra do açaí para os “maquineiros da [Travessa] Bom Jardim”, o que leva alguns maquineiros a pagar um preço alto por frutos de baixa qualidade, somente para não perder sua honra diante dos outros trabalhadores.

⁶⁰ Sacas de fibra. É onde o fruto é armazenado para transporte.

Os maqueiros que “salgam”, isto é, cobrem diversas vezes os lances dos outros maqueiros, ficam conhecidos como “maqueiro salgador”, “olhão”, “americano”, “australiano”, e não são muito bem vistos pelo restante do grupo, os humilhados. “Jogar sal” ou “salgar”, assim, significa pagar o maior preço aos apanhadores, pelo açaí em disputa por vários maqueiros.

Os leilões engendram muitos conflitos e desentendimentos entre os que trabalham na atividade. Porém os ânimos se acalmam e tudo volta ao seu lugar. Os leilões continuam e os maqueiros ora diminuídos por outros maqueiros terão uma nova chance numa outra ocasião, já que os embates só param quando as embarcações cessam de ancorar com açaí nos horários das feiras.

Muitas vezes o maqueiro “salgador” ganha fama. E os apanhadores querem vender o seu produto ao maqueiro generoso, conhecido como “americano” (uma analogia aos moradores da poderosa e rica nação do norte da América), ou seja, para o maqueiro que paga o preço mais alto da feira pelo açaí, e nomeia aqueles que não podem pagar o preço desejado de “rói-rói” ou piranguero⁶¹, usando muitas vezes a expressão antissocial “hoje não tem pra rói-rói”.

Entretanto, a “forra” está presente, pois vários apanhadores, mesmo num momento de muita “salgação”, do “rasga-rasga” e de muitos lances, preferem vender por um lance menor para aqueles que em dia os ajudaram numa situação de feira “ruim de venda”. Já na safra, na qual a “tampa” de açaí é mais constante, há inversão dos papéis e o maqueiro vira o dono do papel principal na relação de comercialização do açaí, utilizando-se também de frases que funcionam propositalmente para atingir o psicológico dos apanhadores.

Não é difícil ouvir as verbalizações: “Quem está no comando hoje aqui é o maqueiro”, “Deixa pra amanhã”, “Hoje tem pra rói-rói”. Frases e gritos para os apanhadores que estão na “pedra” de negociação ou encostando o barco no trapiche do porto. Os maqueiros dão o recado aos apanhadores, de que a “pedra” do Porto do açaí está “tampada”. Neste momento, também nomeiam aqueles apanhadores que não querem aceitar o preço oferecido como “ruim de negócio”, “brabo”, “olhão”, “paraueiro” (nome dado a quem é péssimo apanhador).

⁶¹ Aquele que rói os caroços de açaí dos lotes pergunta o preço, mas não dá nenhum lance e nem compra.

Nesta situação, em que as “tampas” são mais sucessivas, os apanhadores têm que apresentar boas ofertas, visto que elas são muitas. A feira está “tampada de açaí” e os apanhadores estão por todos os lados. Muitos maquineiros sentam-se à espera de um melhor ou menor preço. Querem “matar” os apanhadores que um dia os fizeram “morrer”. Agora são os maquineiros que estão “no comando” do negócio. Vendem os apanhadores que se aproximarem do preço de compra mais baixo dos maquineiros.

É chegado o momento de os apanhadores ofertarem rasas grandes do produto, o “açaí bem medido”, o “açaí bem apanhado”, mas são muitos apanhadores e rasas de açaí. Assim, os apanhadores perguntam: “quanto dá pra pagar”, “já comprou?”, etc. Mas os maquineiros sabem que as outras feiras estão repletas de açaí e a probabilidade de não ter o produto ofertado é pequena.

Talvez este último exemplo se aproxime bastante do jogo de mercado. Entretanto, como diz Bourdieu (1996, p. 145), “os agentes têm ‘estratégias’ que só muito raramente estão assentadas em uma verdadeira intenção estratégica”. Assim, as relações, entre elas a relação M-A, não podem ser reduzidas a uma consciência racional calculista, pois o jogo do qual eles fazem parte carrega um paradoxo que a visão filosófica inerente ao modelo da teoria dos jogos dificilmente consegue compreender.

No Porto do Açaí, várias vezes observei a interferência de interesses não-econômicos na relação entre M-A (e não só entre eles). A “forra”, o parentesco, a amizade, a solidariedade, etc. fazem parte de uma prática peculiar do jogo incorporado por eles que também está pautado no social e no simbólico, e que colocam o econômico com apenas parte do contexto das relações cotidianas do local. Enfim, a relação M-A vai muito além de fatos colocados aqui e que são apenas um dos momentos dentro dos fluxos que propus analisar aqui.

Considerações finais

Neste artigo, por meio de uma perspectiva antropológica econômica que não vê contradições às noções de mercado, dádiva e reciprocidade descrevi e analisei os fluxos relativos às relações de comercialização açaí no Porto do Açaí do Jurunas entre maquineiros e apanhadores.

A antropologia econômica pautada nos estudos, concepções e críticas de Mauss, e outros alicerçou este estudo de modo que os fluxos fossem percebidos e interpretados dentro da interface entre mercado, dádiva e reciprocidade, no momento de encontro no dito mercado amazônico, onde coletei importantes dados etnográficos para as análises, usando as referidas categorias.

Destaquei dados e informações que caracterizam as peculiaridades e ratificam o Porto do Açaí como um dos mercados de comercialização e circulação de produtos e pessoas mais relevantes da Amazônia. O açaí, fruto que dá o sobrenome ao porto, sem dúvida, é o carro chefe das comercializações que se desenvolvem nesse **mercado de encontro local**.

Em relação ao uso de palavras e ações sociais, registrei e analisei algumas dessas práticas que fazem parte do cotidiano dos citados grupos. Entre elas destaquei: **a forra, o contrato e o leilão**.

A “forra” é uma expressão utilizada em meio às relações puramente econômicas, mas que engendra dádiva, solidariedade, confiança, amizade, etc., que os inclui em uma economia mais humana, em que os sentidos da relação vão muito além das coisas trocadas, ou melhor, do açaí por dinheiro.

O “contrato” é outra expressão usada nas relações práticas que acontecem no Porto do Açaí. Observei que ela funciona em alternância entre as ações de “forra” (dádiva) e outras, marcadas pela vingança (“matar” e “morrer”), o que conduz a relação entre maquineiros e apanhadores a uma reciprocidade simétrica.

O leilão no Porto do Açaí é prática observada no momento em que os grupos se encontram nesse mercado amazônico, durante a safra e a entressafra, para leiloar os frutos do açaizeiro. É um instante *potlatch* amazônico do açaí.

Em síntese, do Porto à mesa no Jurunas, os fluxos relativos à comercialização do açaí são vivenciados por M-A (e outros grupos) que constroem alianças e, ao mesmo tempo, instrumentalizam suas relações no momento da troca de dádivas, reciprocidades e solidariedades que na sociedade moderna estão também na compra e na venda de coisas no mercado, assim como ratificam Mauss (1974) e Lanna (2000).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.16, n.2, p. 35-64, nov. 2004.

APPADURAI, Arjun. **Introdução: mercadorias e a política do valor**; In: A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural/ Arjun Appadurai; Tradução de Agatha Bacelar- Niterói; Editora da Universidade federal Fluminense. 2008, p. 15-88.

_____. **Disjunção e diferença na economia cultural global**. In: Cultura global/ Coord. Mike Featherstone; tradução de Atílio Brunetta; 2ª edição; Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

BORGES, M.T. **Cheguei ao Jurunas, amassei, bati, vendi, fiquei: uma breve abordagem etnográfica sobre os maqueiros de açaí do bairro do Jurunas (Belém-PA)-TCC, UFPA, 2008.**

_____. **Do porto à mesa: etnografia dos fluxos de comercialização, circulação e consumo de açaí no bairro do Jurunas-Belém/PA**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais [PPGCS] da UFPA, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom**. Mana vol. 2, nº2, Rio de Janeiro Oct, 1996^a, p. 7-20. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200001&script=sci_arttext Acesso: 27/03/2012.

_____. **O campo econômico**. Revista de Sociologia Política (Política e Sociedade); v. 4, n. 6, abril de 2005, p. 15-57. Artigo publicado na revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 119, setembro de 1997, p. 48-66. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Matted. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697> Acesso: 22/11/2011.

_____. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação/ Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa- Campin, SP: Papius, 1996b.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13 n 38 São Paulo Out. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001 Acesso: 22/11/2011.

GEERTZ, Clifford. **“Do ponto de vista do nativo”**: a natureza do entendimento antropológico. In O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa/ Clifford Geertz; tradução de Vera Melo Joscelyne. 10. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. Cap. 3.

GODBOUT, J.T. **Introdução à dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13 n 38 São Paulo Oct. 1998. p.1-13.

GODELIER, Maurice. **Condições e formas de produção e de circulação de bens materiais nas sociedades primitivas e rurais**. In: Antropologia: ciência das sociedades primitivas? Tradução de J. Pinto de Andrade. Edições 70, Lisboa/Portugal, 1971.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Mana 3(1): 7-39, 1997.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva**. Revista Sociol. E Polít., Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O princípio da reciprocidade**. In: As regras elementares do parentesco/ Claude Lévi-Strauss. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes/ Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976, p. 92-107.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Aspectos essenciais da instituição kula**. In: Eunice Ribeiro Durhma; organizadora/ Bronislaw Malinowski . Antropologia. Ed. Ática. 1986, p. 84-116.

MAUSS, Marcel. **Manual de etnografia**. Lisboa: Editora Pórtico, 1972. Tradução: Maria Luísa Maia.

_____. **Ensaio sobre a dádiva. Formas e razões da troca nas sociedades arcaicas**; In: Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss; tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo, EPU, 1974, p. 37-178.

MOURÃO, Leila. **História e natureza: do palmito ao açaí**. Revista Territórios e Fronteiras V. 3 N. 2 – Jul/Dez 2010. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT. Disponível em: www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/...68. Acesso: 07/01/13.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**/ Mariza Peirano.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

POLANYI, Karl. 1886-1964. **A grande transformação: as origens de nossa época**/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel. – 2 ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2000- 13ª reimpressão.

PÚBLICO. **Trabalhadores de dois portos vão à OAB: o Portal da Amazônia prevê a retirada dos portos do Açaí e da Palha, inviabilizando o comércio**. 17 fev. 2009. Caderno Dia a Dia, p. A9.

RODRIGUES, C. I. **Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaços urbanos**. Prefácio de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. Belém: Editora NAEA 2008. 354p. : il., mapas: 155x 220 mm.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009 (Terra Mater).

_____. **Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido**. Publicado em Antropologia, nº 9, p.1-10, 2001.

_____. **Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais- Vol. 23 nº 66. 2008, p. 131-138.

TEMPLE, D. **As origens antropológicas da reciprocidade**. , p. 1-18.

Disponível em:

www.jornaldomauss.org/periodico/wp_content/uploads/2009/04/temple_origens_antropogiadareciprocidade.pdf . Acesso: 23/03/2013.

CAPÍTULO 6

FORÇA, RAÇA E GANA SEMPRE! O PAPEL DA LIDERANÇA E DO PROTAGONISMO FEMININO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR MOEDA VERDE EM IGARAPÉ AÇU (PA)

DOI: 10.36599/itac-peam.0006

Mariana Neves Cruz Mello⁶²

Andreza Araújo Lima⁶³

Carolina do Socorro Ferreira Magalhães⁶⁴

Resumo: O presente artigo aborda a importância do protagonismo e liderança feminina para a consolidação do Movimento Popular Moeda Verde em Igarapé-Açu (PA). Foi construído por meio de entrevistas estruturadas realizadas com mulheres em papel de liderança dentro da cidade, cujas narrativas revelam como o gênero influencia em aspectos de confiabilidade e dignificação dos cargos que ocupam. O projeto Moeda Verde foi concebido e construído a partir de uma rede de parcerias e propostas debatidas e lideradas por mulheres, que identificaram dentro do município de Igarapé-Açu a ameaça aos recursos hídricos, florestais e históricos do município. Coletivamente, estas lideranças pensaram em estratégias para o envolvimento da sociedade civil como um todo, tendo como foco principal a proteção dos recursos naturais e do patrimônio histórico material e imaterial da cidade de Igarapé-Açu, resultando no Movimento Popular Moeda Verde. Através de princípios de uma economia solidária, o projeto estabeleceu uma moeda social, promoveu a educação ambiental localmente e inaugurou ações de coleta seletiva de resíduos recicláveis dentro do município, alinhando-se a Agenda 2030 promulgada pela ONU, cujo Objetivo (ODS) número 5 estimula o protagonismo feminino como forma de alcançar a igualdade de gênero e acelerar o desenvolvimento sustentável.

Palavras chaves: Moeda Verde. Liderança. Protagonismo feminino. Educação ambiental.

Introdução

A divisão sexual do trabalho remonta a formação das sociedades, onde homens e mulheres desempenham papéis sociais, políticos e econômicos diferenciados. Beauvoir (1980) destacava em sua obra que essa diferenciação de gênero se faz por meio de processos de alteridade, que parte do ser e

⁶²Professora Dra. Em Ecologia Aquática e Pesca. Mncruz1988@gmail.com.

⁶³Coordenadora do Movimento Moeda Verde. anasclaraelis@gmail.com.

⁶⁴Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, pós graduação em gestão ambiental e graduação em Administração pela Uni-Anhanguera, Goiás. magalhaes.carol@yahoo.com.br.

classificar, diferenciando homens e mulheres, onde um depende do outro para se estruturar, sendo a mulher o “outro” submisso ao “um”, que é o homem. Dessa forma, esse reconhecimento do “outro” em relação ao “um” por meio do processo de alteridade, subjuga a mulher por meio da precípua supremacia masculina.

A masculinidade se trata de “um conjunto de atitudes, ideias, valores símbolos e comportamentos” (OLIVEIRA, 2009, p. 21), relacionando-se aos atos que caracterizam a figura e comportamento do homem. Para March (2025, p. 25) a perspectiva e expectativa social que se tinha para a figura masculina era a “prover o lar trabalhando honestamente, deveriam controlar suas pulsões, ser disciplinados, ‘homens de bem’ nas suas mais variadas acepções”.

Para Beauvoir (1980), o processo de opressão feminina é legitimado por meio de uma conjuntura social fundamentada no patriarcado e nos aspectos da masculinidade, admitida e reforçada socialmente por séculos. A diferenciação de gênero era (talvez ainda seja?) critério para o protagonismo social, cabendo às mulheres papéis sociais secundários, principalmente nos cuidados do lar e da família. Tal perspectiva construiu relações sociais assimétricas de poder entre os sexos, sendo o uso da violência doméstica uma das estratégias sociais de manutenção da mulher como cativa, recatada e sob a supervisão masculina.

Beauvoir (1980) destaca ainda outros aspectos que legitimam e justificam a subjugação da mulher, como aspectos biológicos, psicanalíticos, materialista histórico e, até mesmo mitológico, como veremos a seguir.

No aspecto **biológico**, há o destaque para a fraqueza e inferioridade da fêmea em relação ao macho. Este aspecto foi transportado do universo biológico ao universo social na tentativa de convalidar a perspectiva do triunfo masculino em relação à mulher.

No aspecto **psicanalítico** a autora elucida que há uma construção social simbólica em torno do falo masculino, que, por meio de um constructo social, passa a simbolizar superioridade e soberania. Desta forma, todos os atos de afirmação feminino, como exercer atividades e valores socialmente estabelecidas como masculinos, seriam uma tentativa de sublimação ao falo masculino.

Quanto ao **materialismo histórico**, a autora se baseia em textos de Friedrich Engels para ilustrar que a ascensão de técnicas e de relações de poder

do homem por meio da propriedade privada da terra e de homens acaba por se estender a mulher, que também torna-se uma espécie de propriedade. A mulher torna-se o “outro” que também é passível de opressão social e econômica propalada pelo “um”. Para Engels, neste sentido, tal contexto de opressão à mulher só poderá extinguir-se mediante a obtenção da igualdade de direitos jurídicos entre os sexos.

Neste aspecto, a autora destaca que tal perspectiva ignorou questões peculiares da relação entre homens e mulheres, incapazes de justificar a opressão da mulher e certas condições sociais que lhes são impostas, destacando, para aquele contexto histórico (década de 1940), conduções jurídicas construídas para que a mulher cumprisse o papel social que lhe era imposto, ou seja, o aparato jurídico legitimando a opressão feminina:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (...) É impossível, vê-se por esse exemplo, encarar a mulher unicamente como força produtora; ela é para o homem uma parceira sexual, uma reprodutora, um objeto erótico, um Outro através do qual ele se busca a si próprio. (BEAUVOIR, 1980, p. 79).

Na análise histórica pode-se destacar a perspectiva psíquica junguiana de uma mulher pela compreensão de Éstes (1994) em que o ser mulher significa ter uma natureza intuitiva somada a preocupação com o grupo social do qual faz parte, além da capacidade de adaptação às circunstâncias em constantes mudanças, demonstrando uma determinação feroz e extrema coragem, muito embora, lhes sejam atribuídos alguns predicados, como: voraz e agressiva quando perseguidas.

Quanto à construção **mítica** da mulher, a autora destaca a estória de Gênesis, onde Deus cria, primeiramente o homem e, de sua costela, cria a mulher, exclusivamente para ser sua companheira e lhe afastar da solidão, justificando a transfiguração e redução da mulher para a condição de serva do homem.

Destaca-se, desta forma, que para se descobrir a estrutura social de opressão à mulher, seria, portanto, necessária, a articulação entre os diferentes

fatores por ela destacados, circunstanciados pelo conjunto de valores, contextos sociais e prerrogativas do significado de ser homem ou ser mulher.

Diante das considerações levantadas por Beauvoir (1980), a perspectiva de inferioridade da mulher persiste em nossa sociedade, apesar de todas as conquistas sociais em relação ao direito e cidadania. A visão da mulher como ser inferior e subjugada ao homem edifica comportamentos agressivos e opressivos, tolhendo sua conduta e seu cotidiano.

Para Cunha (2014, p. 150):

A violência contra a mulher é um fenômeno antigo e, também por isso, muito banalizado. Ele se encontra justificado por pressupostos biológicos bem duvidosos, mas infelizmente comuns, que apontam a mulher como ser mais frágil, de menor força física e capacidade racional, que por sua própria natureza domesticável tem tendência a ser dominada, pois necessita de alguém para protegê-la e orientá-la.

As diferenciações entre os sexos, conforme apontado, são frutos de construção social e cultural fundada em uma sociedade patriarcal, que tem o homem como protagonista da sociedade, resultando em relações desiguais de gênero. No âmbito do direito, o código civil promulgado no ano de 1916, conhecido como O Estatuto da Mulher Casada, definia a **mulher casada** como incapaz de realizar certos atos e previa que ela necessitava da autorização do seu marido para exercer diversas atividades, inclusive a de ter uma profissão ou receber uma herança.

Esse cenário só começa a ser alterado após muito pressionamento social, que culminou no reconhecimento dos direitos femininos por meio do princípio da igualdade previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que engendrou, ao mesmo tempo, mudanças legais e culturais orientadas à equidade de gênero e à expansão da cidadania das mulheres, pois promulga em seu artigo 5º e seus incisos a igualdade frontal entre homens e mulheres.

Todavia, a promulgação da CF 1988 e seus princípios que alocam homem e mulher lado a lado no protagonismo social não cessou a opressão e submissão da mulher, pois apesar de prever igualdade constitucional, social e cultural, tal qual percebido por Beauvoir, na prática, a mulher ainda permanecia sendo o “outro”.

Para Lima (2011, p. 24):

Vale ressaltar que quando se fala em direitos iguais em homens e mulheres, significa entender que trata-se igualmente os iguais na medida de suas igualdades e os desiguais da mesma forma, ou melhor, que os direitos entre homens e mulheres devem ser equiparados, mas tratando-se de força, estrutura física há grande desigualdade entre ambos os sexos.

Socialmente, a violência doméstica resolvia-se no âmbito do espaço familiar, particular. Entretanto, em 1995 com a criação da Lei 9099/95 “houve a institucionalização dos Juizados Especiais Criminais, o que trouxe a violência doméstica para o rol dos crimes de menor potencial ofensivo” (RUSSO, 2020, p. 3).

O consentimento velado socialmente para cometer violência contra a mulher, apesar das conquistas jurídicas, demonstrava a necessidade de um instrumento jurídico específico para garantir o direito da Mulher a vida. O caso emblemático de Maria da Penha, que teve por resultado a promulgação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da penha) promoveu a visibilidade necessária para 2 aspectos fundamentais em curso: 1) a violência, opressão e submissão da mulher; 2) a morosidade do sistema jurídico brasileiro em prover a segurança da mulher (RODRIGUES, 2020).

No ano de 2015 foi promulgada a Lei do Feminicídio (lei nº 13.104/15), alterando o código penal para incluir o feminicídio como mais uma modalidade de homicídio qualificado quando o crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Internacionalmente, também foram celebrados acordos para somar-se a estratégias de fortalecimento do protagonismo feminino e ao reconhecimento da importância da mulher na sociedade. Ainda no ano de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e estabeleceram a Agenda 2030 cuja tônica é a prosperidade e paz universal por meio do estabelecimento de Objetivos e Metas entre todas as nações, voltados para acelerar o desenvolvimento sustentável.

A agenda 2030 indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. São objetivos e metas claras para que todos os países adotem de

acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global para um melhor presente e futuro para a humanidade.

Neste trabalho, destacamos o ODS 5, que possui 9 metas universais e 14 indicadores de monitoramento para alcance destas, cujo objetivo principal é “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Para tanto, há a prerrogativa de que incentivar mulheres a serem líderes irá fortalecer políticas para uma maior igualdade de gênero, direito humano básico crucial para acelerar o desenvolvimento sustentável, pois a capacitação de mulheres e meninas tem um efeito multiplicador e gera crescimento e desenvolvimento econômico.

É salutar explicitar que as normativas jurídicas nem sempre são capazes de inibir ações de violência física ou psicológica contra a mulher, pois na prática, nem sempre o direito à vida, liberdade e a equidade são reconhecidos e respeitados seja por homens e, até mesmo, por outras mulheres. Ademais, destaca-se que há cargos cujas atribuições podem ser relacionados à figura masculina e quando exercidos por mulheres, carecem da confiança de subordinados, que questionam sua capacidade de liderança.

É diante deste contexto, onde toda uma conjuntura social reforça a invisibilidade feminina e submete as mulheres a uma condição de inferioridade em relação a figura masculina que inserimos o protagonismo feminino em uma pequena cidade do interior da Amazônia, cujas ações vem alterando a paisagem, o comportamento, a ética e valores partilhados entre a população do município.

Um grupo de mulheres concebeu e construiu a partir de uma rede de parcerias e de confiança mútua o Movimento Popular Moeda Verde, cujo principal objetivo era promover a educação ambiental no município de Igarapé-Açu por meio da troca de materiais recicláveis por uma moeda social, mas para além disso, acabou inaugurando a economia solidária no município e, posteriormente, a segurança alimentar (por meio da troca da Moeda social por alimento nos mercados parceiros), a movimentação da economia local por meio do cadastro de comércios parceiros (padarias, mercados, lojas de roupas, pequenos comércios e restaurantes), retenção da riqueza dentro do município e coleta seletiva de resíduos recicláveis em parceria com a prefeitura municipal.

Todavia, tal Movimento ainda carece de confiança de parte da população do município pelo fato de ser protagonizado e conduzido por lideranças femininas, sendo comum que haja questionamento quanto a sua capacidade profissional e a idoneidade quanto às ações e parcerias estabelecidas, bem como a capacidade de liderança destas mulheres diante da complexificação e crescimento do movimento.

Desta forma, o presente texto objetiva evidenciar o papel da liderança e protagonismo feminino para a consolidação do Movimento Moeda Verde em Igarapé Açu (PA) à luz do ODS 5, destacando o efeito multiplicador que esse movimento poderá ter, demonstrando que um outro envolvimento social é possível para promover o desenvolvimento local por meio de ações locais particulares, voltadas para o bem viver e prosperidade de toda a população. Todavia, a discriminação, desqualificação e ausência de confiabilidade na figura feminina poderá ser (ou já é) um empecilho para que haja o fortalecimento e consolidação do movimento Moeda Verde.

Para a construção deste trabalho, foram realizadas entrevistas com 7 mulheres em papel de liderança (formais e informais), de várias faixas etárias no município de Igarapé-Açu que atuam dentro do Movimento e na sua rede de parceiros. Suas narrativas destacam os desafios para que o protagonismo e liderança que exercem sejam reconhecidos e dignificados (ou não) socialmente e também quais estratégias utilizam para suplantar eventuais dificuldades relacionadas ao fato de serem mulheres em papel de líder.

Foram feitos os seguintes questionamentos: 1. Quais as dificuldades, cotidianas você enfrenta por ser mulher em posição de liderança e que estratégias adota para superá-las? 2. Já houve algum momento em que sofreu desqualificação profissional ou enfrentou alguma situação de assédio (moral ou sexual) pelo fato de ser mulher em posição de liderança? 3. Que agentes sociais oferecem maior resistência para reconhecer o seu papel de liderança e/ou seu protagonismo? 4. Como você avalia os impactos dos resultados que você alcança como uma liderança feminina? Os questionamentos foram submetidos à elas e respondidos via e-mail devido a particularidades da pandemia de COVID-19.

As respostas foram organizadas sem evidenciar o questionamento feito, mas dialogando com os assuntos abordados nestes trabalho, organizando-as de acordo com os debates estabelecido nas seções.

Apesar de avanços jurídicos para assegurar o direito à vida e liberdade da mulher, tais seguridades, na mesma medida em que escancaram a desigualdade entre os sexos (evidenciada pela necessidade de se estabelecer medidas específicas para a mulher) esbarram em aspectos de uma cultura patriarcal que, em pleno século XXI, ainda coloca a figura da mulher como segundo sexo, constantemente precisando provar e comprovar suas qualificações profissionais, submissa às necessidades masculinas, o que a invisibiliza e lhe retira a importância social e cultural para a humanidade. Destarte, apesar desta estrutura, as mulheres despontam como líderes competentes, que não disputam por postos masculinos, mas sim, lutam pelo reconhecimento de sua capacidade de liderança e protagonismo social.

A INSURGÊNCIA DE LIDERANÇAS FEMININAS EM IGARAPÉ-AÇU (PA): NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE VOZES ATIVAS E O ODS 5

De acordo com Cardoso e Rameiro (2016, 2013),

Mulher é uma categoria em construção e desconstrução permanentes, porém aqui é compreendida como um grupo de sujeitos que se posiciona e reposiciona no mundo, composto por microgrupos plurais, mas com experiência histórica compartilhada e identidade já negativamente delimitada, numa vivência comum e secular de negação de direitos, em diferentes níveis e cujas principais variáveis são o período histórico e a localização geográfica.

As mulheres de Igarapé Açu, tal qual muitas mulheres em muitas regiões brasileiras ainda enfrentam desafios para que suas vozes sejam ouvidas, mesmo aquelas que hoje estão em posição de liderança e ocupam cargos de chefia em seus locais de trabalho.

O Movimento Popular Moeda Verde foi concebido no ano de 2018 por 5 mulheres com diferentes trajetórias, todavia, que tinham em comum a preocupação com os recursos naturais presentes no município, destacando os igarapés e o patrimônio histórico da cidade. A proposta de solução para os problemas identificados partia de ações de educação ambiental tendo por

principal público alvo as crianças, por meio da sensibilização quanto aos problemas relacionados ao descarte inadequado dos resíduos domésticos pelas famílias.

Desta forma, foi estabelecido como estratégia para a educação ambiental a troca de material reciclável (a exceção do vidro em um primeiro momento) por uma moeda social denominada de Moeda Verde, equivalente ao mesmo valor da moeda corrente no país. A divulgação do movimento ocorreu por meio das redes sociais e foi amplamente aceito pela comunidade, que acolheu o projeto e passou a recolher os resíduos descartados inadequadamente nos igarapés, quintais, ruas, balneários e demais locais da cidade para trocar pela moeda social.

52 comércios foram cadastrados e 7 mil moedas verdes foram produzidas. O material reciclável era comercializado pelo movimento para empresas, preferencialmente da cidade que trabalham com reciclagem. O movimento foi crescendo e ganhando visibilidade nacional, estabelecendo parcerias com universidades, com outros movimentos populares, inclusive religiosos, inspirando outros locais e chegou até a prefeitura local, que estabeleceu parceria para promover a coleta seletiva de resíduos recicláveis no município.

Todavia, apesar de tantos resultados positivos, conforme supracitado, o movimento perde apoiadores e também 2 coordenadoras da sua base estratégica. Os motivos foram os mais diversos, desde a necessidade de buscar novas causas até a opções político-partidárias. Atualmente o projeto é coordenado por 3 mulheres e apoiado por outras que exercem posição de destaque na rede de contribuição ao movimento, estabelecendo relações de apoio mútuo. O fato de serem mulheres influenciou na credibilidade do movimento, que passou a ser questionado e alvo de desconfiança quanto aos acordos estabelecidos.

Isso demonstra que, por mais que tenhamos tido avanços jurídicos em relação à equidade e proteção dos direitos da mulher, esses avanços se esbarram na cultura, singularidades e práticas locais ainda com forte vínculo em perspectivas sexistas edificadas sob a égide do patriarcado.

Em Igarapé-Açu há ainda uma estrutura social conservadora em relação ao estereótipo feminino e quanto ao papel da mulher na sociedade, que contribui

e reforça comportamentos arbitrários em relação à liderança feminina que, contudo, serve como catalisador para que muitas mulheres suplantem esta estrutura e, apesar dela, conquistem papéis de liderança, se empoderando e sendo espelhos multiplicadores para que outras mulheres se coloquem em destacado papel no município.

O movimento Moeda Verde, desta forma, mesmo sem ter esse como foco em sua concepção, alinha-se ao Objetivo 5 para o desenvolvimento Sustentável, pois foi concebido e desenvolvido por mulheres que passam a empoderar-se politicamente e a assumir papéis de vanguarda na construção de relações de confiança entre comerciantes e comunidade por meio da adoção de uma moeda social, promovendo a adesão espontânea através da seleção de resíduos recicláveis e sua disponibilização para a coleta seletiva realizada em parceria com a prefeitura do município.

É diante deste contexto que inserimos as narrativas autobiográficas de 7 mulheres com destacada atuação dentro do movimento Moeda Verde e na sua rede de relações, cujos nomes serão suprimidos como meio de resguardar suas identidades, que evidenciam mudanças e permanências em relação à perspectiva que a sociedade igarapeaquense tem das mulheres em papel de liderança no município.

Para a interlocutora C1:

O papel feminino na liderança ainda é pouco reconhecido e por isso menos valorizado, se comparado ao papel dos líderes masculinos. A desqualificação profissional acontece quase que imperceptivelmente, culpando a tensão pré menstrual e a (minha) capacidade em tomar decisões racionais por causa disto. Mensagens recebidas via e-mail ou aplicativos com **teor sexual** explícito ou não, são quase uma **rotina** mensal. Ser interrompida por diversas vezes durante uma fala e não ter a oportunidade de fechar um pensamento, também é frequente. Outras mulheres colegas, as vezes do meu círculo de amizades, também costumam aprovar atitudes masculinas desqualificando tecnicamente uma outra mulher com o argumento de que “fulana não sabe o seu lugar ou não sabe se comportar”. (Grifo nosso).

C1 destaca alguns aspectos da sociedade patriarcal, antes naturalizados e que, atualmente, estão em evidência por conta do protagonismo feminino. O primeiro destaque é para a banalização da imagem da mulher por meio da objetivificação de seu corpo, a hipersexualizando. Outra relação é a de

Maninterrupting e *Mansplaining*, caracterizados, respectivamente, pela constante interrupção das mulheres enquanto falam e quando o homem tenta explicar algo a uma mulher por assumir que ela não compreende determinado assunto, subestimando sua inteligência.

A relação mais nociva que se estabelece com todas as entrevistadas (transcendendo as entrevistas) é a hipersexualização da mulher, que naturaliza os assédios diários sofridos em todos os ambientes de circulação destas mulheres, sejam ambientes físicos ou virtuais. São assédios que chegam em forma de mensagens dúbias, cumprimentos mais carinhosos e olhares sobre seus corpos que chegam a constranger. De tão naturalizado, dificilmente as mulheres denunciam esses atos, pois quando o fazem, é a sua palavra e sua reputação que são postas em evidência em detrimento aos atos masculinos.

A interlocutora C2 reforça a perspectiva de C1:

quando assumir (sic) o cargo de coordenação passei por situações bastante constrangedoras onde no meu local de trabalho eu fui assediada moralmente por colega de trabalho fato este que foi duvidado sobre a minha capacidade profissional uma vez que por calúnias a respeito da minha pessoa foi feito um documento pedindo afastamento no meu local de trabalho simplesmente por estar à frente de alguns projetos da instituição e por desempenhar aquela função de liderança na frente de determinado projeto sendo recente (sic) contratada, e outros que estava ali há mais anos não desempenharam, isto causou desconforto em alguns colega de profissão ficar (sic) gerou uma assédio moral.

A relação mais comum relatada e presente em todas as narrativas é o *Mansplaining*. O mais alarmante é que, em alguns casos, há o reforço feminino em subestimar a inteligência e capacidade de liderança de outras mulheres, gerando uma constante necessidade de comprovar suas qualificações, algo que, para os homens, está implícito.

Para a entrevistada C3:

Praticamente em todas as situações do dia é possível encontrar um olhar de desprezo, ou uma ação que não valorize o trabalho de liderança, até que uma mulher prove a capacidade de executar ou operacionalizar as tarefas em chefia. Então quando a gente percorre o caminho do trabalho a gente encontra muitas situações em que você deve provar ser capaz. E no cargo da liderança percebe no olhar na postura em que um homem trata a gente, é na feição de desprezo ou na falta de atenção, é no olho no olho, quando é discutido o tema ou a execução das tarefas que devem ser realizada. O

desprezo é o pior mecanismo de assédio moral para dizer que você e suas ideias não valem nada. Para superar tudo isso a liderança surge na execução, no fazer, provando de que é capaz. Se é para ministrar uma palestra a gente fala do tema muito bem, se é para executar uma tarefa, a gente faz, com propriedade é a propriedade é de quem conhece a faceta feminina, masculina e até mesmo as outras faces é desse gêneros presentes no contexto de hoje.

C3 destaca que as mulheres precisam reforçar e provar constantemente sua competência e, ainda assim, continuam sendo alvo de desconfiança. Mesmo quando eleitas democraticamente para representar pautas feministas, ainda há resistência e desconfiança em relação a capacidade e polaridade política das mulheres, conforme nos esclarece a entrevistada C4:

é uma grande responsabilidade para mim ocupar a posição de liderança política feminina atualmente, pois fui a primeira mulher a ocupar um cargo majoritário na política local. Por isso, carrego dentro de mim o compromisso de representá-las de forma íntegra na sociedade igarapeaquense, mostrando a todos que tem como fazer uma política limpa, correta e honesta no momento em que vivemos. Basta querer ver um município melhor, justo e democrático, onde as políticas públicas cheguem àqueles que mais precisam.

Para a interlocutora C5, a perpetuação da desconfiança quanto capacidade de liderança feminina se origina:

através da falta da promoção de uma cultura organizacional dentro de cada empresa ou repartições, para que seja trabalhado (sic) a igualdade de gêneros e, assim possa manter o respeito igualitário, independente da liderança ser mulher ou não. Em pleno século XXI, ainda temos que enfrentar esse preconceito, que a (sic) tempos vem de uma cultura machista, que faz com que a própria sociedade nos enquadre numa injusta desqualificação de que nós mulheres, somos menos capazes de exercer tal função. Muitos colaboradores se sentem mais atraídos por serem comandados por homens, então quando estou a frente de uma liderança, procuro sempre ser assertiva e, caso precise **agir como homem** (rsrs) não exitarei (sic) em agir como tal, para que possa ser visto como uma **liderança normal**, taí (sic) uma ótima estratégia. (...) Mesmo sabendo que a própria sociedade é incrédula a superioridade de uma mulher na **competição** com o sexo oposto e, muitas das vezes a desistência e retirada (no caso a minha), se faz necessário, por desvalorização daqueles que estão acima de você.

Apesar de ter sido dita por uma mulher, a partir desta fala, verificamos o quanto ainda está incrustado no seio da sociedade a pretensa superioridade

masculina e a perspectiva de que, para se alcançar a igualdade e respeito social, é necessário que as mulheres se comportem igual aos homens. Todavia, as mulheres precisam ser respeitadas por serem **mulheres**, sem perder sua feminilidade para tal. O homem não deveria ser considerado uma liderança inata e se tornar um arquétipo para o exercício da liderança na sociedade, tampouco as mulheres deveriam competir com os homens por um lugar de superioridade, perpetuando um ciclo infinito de guerra entre sexos. O que precisa ser edificado socialmente é a perspectiva de isonomia entre homens e mulheres que, em qualificações semelhantes, são igualmente capazes de liderar.

C2 destaca, ainda, outros aspectos e outras dificuldades em seu protagonismo:

pode-se dizer que o avanço dos direitos sociais da mulher a partir do século XIX, onde mulher apenas de servir (sic), cuidar da casa, família e sua esposa (sic), a ela não pertence o direito de desenvolver uma atividade fora de casa principalmente se fosse remunerada estas dificuldades foram superadas pelo fato de poder exercer atualmente uma profissão e principalmente participação na sociedade. No entanto juntamente com nossas (sic) também tenho nossas conquistas, penso nas dificuldades cotidianas em conciliar as tarefas de casa filhos e trabalho além dos fatores culturais de igualdade de gênero. E as estratégias adotadas é (sic) buscar mostrar a igualdade demonstrando a importância do papel da mulher na liderança nas organizações. (sic – texto enviado pela entrevistada).

C2 destaca o papel que mulheres líderes e protagonistas podem ter enquanto multiplicadoras para outras mulheres, demonstrando essa importância nas organizações. Por estar a frente da assessoria da Universidade do Estado do Pará em Igarapé Açu, C2 se torna um espelho para estimular meninas e mulheres a exercer seus papéis de lideranças e como protagonistas nas comunidades em que cresceram, sendo estas também espelhos para outras mulheres e meninas.

Como exemplo, temos estudantes de diversos cursos que destacam-se dentro das pautas feministas. Em posição de acadêmica e liderança feminina jovem cuja trajetória ainda está em construção, C6, destaca que “(...) nós, mulheres ainda enfrentamos muita discriminação e preconceito, então quando estou em alguma posição de liderança sempre busco dar o meu melhor para que os resultados sejam satisfatórios”.

Na fala de C6, percebemos que a discriminação, desconfiança e preconceito independe da idade e tempo de carreira. Tais dificuldades em início de carreira também foram destacados por C7:

Inicialmente sofri (sic) algumas dificuldades não por ser mulher, mas por ser a de menor idade dentre os membros da equipe. No entanto, fui utilizando estratégias de empatia, resiliência e me posicionando com habilidades e competências técnicas e no decorrer do tempo “ganchei” a Equipe. A arte de liderar é constante e precisamos ouvir as pessoas, procuro fazer uma liderança humanizada e assim, os funcionários, geram os resultados necessários.

Todas essas mulheres, apesar de diariamente enfrentarem uma estrutura social, organizacional e cultural que as coloca em situação de inferioridade, juntas, foram capazes de conceber e fortalecer um movimento social que demonstra que, a partir de escolhas coletivas voltadas para o bem comum, um outro desenvolvimento é possível. Para tanto, é necessária a construção de uma coesão social que corrobore para que se construa uma nova estrutura de sociedade que prime pela equidade e integração, e não, pela diferenciação e exclusão.

Prosperidade, bem viver e desenvolvimento sustentável: o papel multiplicador que se alcançou a partir do movimento popular moeda verde

Clóvis Cavalcanti (2012) destaca que o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade ocidental, baseado na infinita necessidade de consumo de bens finitos é insustentável. Evidencia que, se as economias mundiais decidirem que devem crescer 8% ao ano, haverá, fatalmente, um colapso ecológico. Desta forma, mais do que enaltecer o desenvolvimento sustentável como solução mágica para questões como consumismo e colapso ambiental, é necessário que a humanidade faça uma escolha Moral e, a partir dela, mude sua postura em relação aos recursos naturais.

Tim Jackson (2013) destaca que as nações perseguem um crescimento econômico pautado no consumo, onde o padrão de comportamento social e o padrão de consumo são formulados e reforçados socialmente, guiados pela individualidade. O custo desse crescimento econômico é a deterioração

ambiental, que deveria entrar nos cálculos das contas nacionais, cobrando da sociedade como um todo uma visão ecológico social: a prosperidade sem crescimento.

Significa dizer que, mais do que produzir bens de consumo, a escolha da humanidade deveria centrar-se na imaterialidade, em melhoria da qualidade de vida, no bem comum, o bem viver e a felicidade humana. Esta postura teria como centralidade o capital imaterial humano, o espírito, a compaixão. A prosperidade sem crescimento permitiria o desenvolvimento integral da humanidade, não apenas o desenvolvimento econômico.

Para Leff (2001) a cultura realiza as mediações, adequações e seleção do uso dos recursos naturais, valorizando ou desvalorizando determinado recurso de acordo com sua importância material. Como exemplo temos que para a sociedade ocidental os recursos minerais despontam em importância geopolítica pela matriz energética que desenvolveram. Todavia, esta escolha não é imutável e os recursos naturais podem assumir diferentes importâncias em diferentes contextos.

No caso de Igarapé-Açu os recursos naturais do município passam a assumir uma nova importância dentro do Movimento Moeda verde. Despontam enquanto patrimônio coletivo que deve, juntamente como patrimônio histórico municipal, ser salvaguardado coletivamente.

A educação ambiental e adoção de uma moeda social conjugaram os cenários destacados por Cavalcanti (2012), Jackson (2013) e Leff (2001): uma escolha moral, que não se baseia, apenas, no desenvolvimento econômico mas também, na construção do espírito coletivo, baseado na prosperidade, ou seja, na melhoria da qualidade de vida da população.

Para garantir que o movimento possa ter sustentabilidade e capilaridade é imprescindível o estabelecimento de parcerias com a sociedade como um todo, perpassando por setores políticos e econômicos do município. Desta forma, desponta o empreendedorismo dentro do movimento, que se caracteriza por propor inovações e soluções alternativas, sobretudo, para as questões ligadas a gestão dos resíduos sólidos da cidade. Daí a necessidade de se fomentar uma cooperativa para intermediar ações para a coleta seletiva dentro do município que permitam a dignificação do trabalho com materiais recicláveis.

Por ter sido concebido por mulheres, o movimento foi gestado com uma visão holística da comunidade, pois as mulheres costumam ocupar, mesmo que tidas como coadjuvantes, todos os espaços sociais, desde o espaço da casa, escola, trabalho, igreja a espaços imateriais, como a proteção da família, perpassando pela necessidade de garantir um ambiente seguro para si, para seus maridos e para seus filhos. Essa característica feminina faz com que, em muitas comunidades, as iniciativas de organização social partam de mulheres.

São as mulheres que levam a frente o Movimento Moeda Verde, seja na sua coordenação e/ou rede de parceiras-apoiadoras. Neste sentido, multiplicam a perspectiva de que o envolvimento social é capaz de construir um município que preze pelo bem comum, inspirando outras mulheres e outros homens. Também inspiram-se mutuamente e, a partir desta rede de apoio, se fortalecem, se empoderam politicamente e economicamente, desenvolvendo autonomia e protagonismo no município e destacam a liderança feminina enquanto um potente catalisador de profundas mudanças ecológicas e sociais.

Sobre o que as inspira a persistir e a resistir, mesmo diante de intempéries políticas, econômicas, sociais, culturais, familiares e religiosas, as entrevistadas destacam:

O que me inspira a continuar, é saber que o cenário entre líderes e liderados já está mudando. Muitas empresas corporativas, já apostam no reconhecimento da capacidade feminina e, acreditam que mulheres na liderança, podem trazer mais lucro, tudo por conta das suas grandes características que contribuem na administração e nas tomadas de decisões. Já estamos conseguindo outros olhares e, grandes multinacionais se atualizam através de estudiosos que dizem que somos mulheres que conseguimos ver o todo, ser mais centrada, equilibrada, raciocinar e pensar pela instituição e, com todos esses atributos a nós mulheres, está (sic) fazendo com que mais mulheres sejam contratadas a um cargo, por desenvolvermos o engajamento e a motivação da equipe de colaboradores dentro da empresa. (C5)

Para C7:

Como liderança feminina, meu trabalho tem um alto impacto no desenvolvimento dos pequenos negócios, que representam mais de 98% das empresas da Região Guamá e por consequência, desse País. Nesse contexto, o que me motiva a cada dia a seguir e servir é saber que contribuo com a transformação de vidas de muitos paraenses que empreendem seja por necessidade ou por oportunidade.

Para C6:

O que me inspira a continuar são as mulheres que me criaram (a minha avó e minha mãe) sempre foram mulheres muito independentes, trabalhadoras e isso sempre me inspirou a querer ser uma mulher igual a elas. Assim como elas foram líderes a sua maneira, também quero um dia assumir esse papel com determinação e **coragem**. E quem sabe **inspirar outras mulheres**, demonstrando que precisamos sempre lutar pelo que acreditamos e pelo que queremos e que isso é essencial para **enfrentarmos** os preconceitos, sabendo sempre do nosso potencial e da nossa força. (grifo nosso).

Como o título do presente artigo sugere, a força, gana e raça (conotação de persistência) torna-se a tônica para que movimentos idealizados e geridos por mulheres possam vigorar. A persistência e capacidade de resiliência são imprescindíveis nestes empreendimentos e movimentos, pois estão constantemente submetidos a avaliações e julgamentos culturais e sociais, sendo esses fatores agravados em municípios interioranos, sobretudo os que ainda contam com fortes vínculos religiosos.

Para C3, é importante destacar que:

(nós mulheres) podemos executar as coisas, que consegue abrir novas perspectivas ou pelo menos reescrever a história presente. Mulher é mudança seja numa relação que precisa ser acabada, seja um trabalho que precisa ser realizado, seja uma ideia que precisa ser mostrada, seja uma cor nova no cabelo, então mulher é transformação. Tá aí, é isso que inspira ser mulher é ter um ciclo a cada mês, é ter um inferno astral a cada lua, e aí que a gente busca uma nova Esperança, um novo ânimo, é quando amanhece, é quando a gente faz uma prece, é quando a gente termina de chorar, se descabelar todinha. É aí que a gente encontra uma nova luz, um novo caminho de ser mulher, é tão fácil assim! É Gostoso o que a gente pode fazer, inclusive pedir ajuda, chorar e gritar para o mundo que a gente precisa dar as mãos um para os outros é isso que me inspira.

Estamos diante de uma mudança paradigmática, uma mudança global, que finalmente começa a esplandecer que o que se deve evidenciar não é a questão de gênero, seja ela vinculada a aspectos biológicos, seja vinculada a auto atribuição. O que está em voga é a garantia do direito à vida, à liberdade, à equidade; também ofertar as ideias explicitadas como forças para aqueles e aquelas que lutam por um mundo mais harmônico de justiça social. As mulheres não querem assumir o lugar dos homens, mas seu próprio lugar no mundo, um lugar que lhe é negado ainda hoje, em pleno século XXI.

Considerações finais

O presente artigo procurou mostrar que ainda há percalços no caminho para o reconhecimento das mulheres enquanto protagonistas dentro da sociedade. Apesar de avanços jurídicos, esbarramos em práticas culturais que são cristalizadas no seio da sociedade, erigidas sob a égide do patriarcado.

Significa que mulheres com a mesma qualificação que homens e exercendo os mesmos cargos ou cargos semelhantes precisam, de maneira constante, provar sua capacidade e habilidades dentro das funções que exercem, algo que os homens não precisam fazer. Um outro aspecto relevante destacado ao longo do texto foi a objetivificação da mulher, mesmo quando exerce cargo de liderança. Assédios sexuais e assédios morais apareceram em todas as narrativas levantadas, sendo tão comuns que são naturalizadas, silenciadas e superados dentro dos ambientes de trabalho, restringindo-se, basicamente ao âmbito da intimidade de cada uma.

Todo esse cenário só é superado a partir da construção e fortalecimento de redes de apoio entre mulheres, que se inspiram mutuamente e encontram estratégias pontuais para superar as adversidades que vivem.

No Movimento Moeda Verde essa rede se expande diariamente, complexificando o movimento e evidenciando ainda mais o protagonismo e liderança de mulheres em Igarapé-Açu. Novas parcerias são estabelecidas na mesma medida em que são necessárias novas estratégias para a resistência e resiliência do movimento.

O Moeda Verde desponta enquanto um projeto piloto em constante processo de adaptação e readequação à realidade para o qual foi gestado, pois é a partir do lugar que se constroem estratégias sociais para permitir a melhoria da qualidade de vida da população.

A comunidade igarapeçuense tem aderido a uma nova postura ética e moral que pode ser multiplicada em pequenos municípios, desde que adequadas as peculiaridades de cada um, para que, a partir das singularidades e práticas locais, se adote uma nova postura moral, baseada no bem viver, enaltecendo o espírito de coletividade, a felicidade e a prosperidade da população.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Viva**. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1980.

BRASIL. Lei nº 4.121. **Estatuto da Mulher casada**, de 27 de agosto de 1962.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. **Lei nº. 11.340 (Lei Maria da Penha)** de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.104 (Lei do Feminicídio)** de 9 de março de 2015.

CARDOSO, D. M., & RAMEIRO, A. P. F. (2019). O Lugar do Gênero nas Trajetórias Profissionais de Mulheres Desembargadoras do Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Um Estudo de Caso. **Revista Cantareira**, (24). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27863>. Acesso: 21/02/2021.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estud. av.** vol.26 no.74 São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100004. Acesso em: 21/02/2021.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos: Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem crescimento: vida Boa em um planeta finito**. São Paulo: Abril, 2013.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, Rosiane Campos Silva. **Uma breve análise sobre a Lei Maria da Penha Nº**

11.340/06. Monografia curso de Direito da Faculdade Três Pontas – FATEPS: Três

Pontas – MG, 2011. Disponível em:

<http://192.100.247.84/bitstream/prefix/412/1/Rosiane.pdf>. Acesso em: 22/08/2020.

MARCH, Kety Carla de. **Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

OLIVEIRA Yomara Feitosa Caetano de. **A honra masculina como defesa nos autos**

de processo de homicídio (década de 1940 e 1950, Itajaí-SC). Revista *Ágora*, Vitória, n.10, 2009, p.1-13.

SOBRE OS AUTORES

ANDREZA LIMA ARAÚJO

Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Autónoma de Assunção, 2015. Bacharel e licenciatura plena em Geografia pela UFPA, 2003. Professora pela SEDUC-PA, desde 1999. Membro do IDEASSU e Movimento Moeda Verde Igarapé-Açu, desde 2018.

CAROLINA DO SOCORRO FERREIRA MAGALHÃES

Mestra em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal. Pós-Graduada em Gestão Ambiental. Especialista em Planejamento Estratégico e Gestão do 3º Setor. Graduada em Administração de Empresas, com Formação Complementar em Educação Corporativa, Responsabilidade Social Empresarial e Mobilização/Facilitação comunitária para o desenvolvimento de comunidades (Instituto Elos/SP). Vinte anos de experiência em Gestão de Pessoas, Desenvolvimento de Líderes Sustentáveis, Gestão de Projetos Sociais e Ambientais, Articulação de parcerias com instituições da sociedade civil organizada, comunidade do entorno e instituições governamentais. Facilitadora do Instituto Elos no Programa de Desenvolvimento Local da empresa Natura em Benevides (PA) 2017/2018. Atualmente ocupa os cargos de Gerente Executiva do IDEASSU, Coordenadora do Projeto Movimento Moeda Verde. Também atua como Consultora Independente prestando assessoria técnica para os projetos contemplados pelo Prêmio Acolher, do Movimento Natura Acolher, na cidade de Benevides, Pará desde outubro de 2018. E-mail: magalhaes.carol@yahoo.com.br

FAUSTO MARTINS FONTES DEL GUERCIO

Graduado em Meteorologia (USP), Mestre em Demografia (UNICAMP). E-mail: faustomartinsfontes@gmail.com

HELOÍSA CORRÊA PEREIRA

Doutora em Demografia (UNICAMP), Mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM), Graduada em Turismo (IESPES). Atualmente é pesquisadora do Instituto Mamirauá. E-mail: helo.santarem@gmail.com

JONATHA RODRIGO DE OLIVEIRA LIRA

Doutor em Demografia (UNICAMP), Mestre em Geografia (UFPA), Graduado em Geografia (UFPA). Possui Pós Doutorado em Sociedade e Fronteiras (UFRR). Professor de Geografia da Secretaria do estado do Pará. E-mail: rodrigao@hotmail.com

MARCOS TRINDADE BORGES

Graduado em Ciências Sociais e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, com experiência em trabalhos com base em antropologia econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: economia informal, mercado, dívida e reciprocidade. Atualmente é antropólogo do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR01, onde coordena o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, em que realiza trabalhos voltados à elaboração de RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - para fins de regularização de Territórios Quilombolas.

MARIANA NEVES CRUZ MELLO

Graduado (Bacharel e Licenciada) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPA e Doutorado em Ecologia Aquática e Pesca pelo Programa de UFPA Pós Graduação em Ecologia Aquática e Pesca pela UFPA. Experiência com assunto indígenas, Quilombolas e populações tradicionais atuando em consultorias etnoambientais com essa temática. Experiência com docência em nível Fundamental II, nível técnico e Nível Superior. Colaboradora do Movimento Moeda Verde, Sócia Fundadora da Empresa Amazônia Etnoambiental e Sustentabilidade LTDA. E-mail: mncruz1988@gmail.com

MICHEL DE MELO LIMA

Graduado (Bacharel e Licenciado) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui Mestrado em Geografia, na linha Gestão Urbana e Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA. Doutorou-se em Ciências (Desenvolvimento Socioambiental), no ano de 2020, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (PPDMU) da Universidade da Amazônia (Unama) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM).

SAMUEL VIEIRA CRUZ

Antropólogo, indigenista da FUNAI de 1980 à 1999. Mestre em Antropologia Pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA (PPGA). Antropólogo aposentado do INCRA. Consultor Sênior em assuntos etnoambientais envolvendo povo Indígenas, Povos Quilombolas e Populações Tradicionais de uma maneira geral. Experiência em Coordenação de Estudos de Componentes Indígenas e Quilombolas. Experiência com Relatórios Antropológicos e Construção de Árvores Genealógicas. Sócio-fundador da Organização Não Governamental (ONG) KANINDÉ (RO), Presidente da Empresa Amazônia Etnoambiental e Sustentabilidade LTDA. E-mail: samuacruz55@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altamira, 5, 8

Amazônia, 3, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 43, 51, 59, 62, 63, 64, 73, 80, 84, 87, 94, 106, 108, 115

Ambiente, 7, 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 63, 78, 82, 86, 101, 125

E

Ecologia, 3, 45, 65, 85, 110

Esfera privada, 5, 8

I

Igarapé, 5, 45, 110, 117

M

Mobilização social, 5, 45

Moeda verde, 5, 45, 110

P

Política, 2

Protagonismo feminino, 5, 110

R

Rio, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 87, 93, 95, 102, 103

S

Salvaterra, 5, 65

ANDREZA LIMA ARAÚJO

CAROLINA DO SOCORRO FERREIRA MAGALHÃES

FAUSTO MARTINS FONTES DEL GUERCIO

HELOÍSA CORRÊA PEREIRA

JONATHA RODRIGO DE OLIVEIRA LIRA

MARCOS TRINDADE BORGES

MARIANA NEVES CRUZ MELLO

MICHEL DE MELO LIMA

SAMUEL VIEIRA CRUZ

